

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Fernanda Graña Kraft

**Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO**

Ribeirão Preto

2023

FERNANDA GRAÑA KRAFT

**Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, para obter o título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Kraft, Fernanda Graña

Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO. Ribeirão Preto, 2023.

136 p.

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação.

Orientador: Silva, Ana Paula Soares da.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; comunidades ribeirinhas; desastres ambientais; conflitos socioambientais; floresta amazônica.

Nome: Fernanda Graña Kraft

Título: Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, para obter o título de Mestre em Ciências. Área de Concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho aos povos da floresta e a todas/os as/os atingidas/os por desastres ou submetidos a situações difíceis por conflitos socioambientais.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à comunidade de Cavalcante pela acolhida, pois sem eles esse trabalho de pesquisa não aconteceria. Agradeço todas as experiências, aprendizados e trocas que tive com a comunidade. E, especialmente, agradeço aos que participaram ativamente desse estudo, com diversas conversas e caminhadas. Agradeço às famílias que me receberam em suas casas por tantos dias, alterando suas rotinas, mas também àqueles que sempre me recebiam para um café, um almoço ou um jantar. Sou muito grata pela convivência que tive na comunidade e por conhecer vocês nessa vida.

Aos meus pais, pelo suporte que foi dado ao longo de toda minha trajetória, pelo amor e carinho que me deram e que traduz parte do que sou hoje. Vocês são a base de toda minha história e desenvolvimento. Amo vocês!

À minha querida orientadora, Prof. Ana Paula, pela paciência, atenção e compreensão diante de todas as questões que surgiram durante esse trajeto da pesquisa e, especialmente, pelo apoio final para conseguir efetuar a entrega desse trabalho.

Às companheiras e aos companheiros do LAPSAPÉ, que proporcionaram muitas risadas, boas trocas e aprendizados diversos. Sou muito grata por ter encontrado esse grupo de pessoas maravilhosas, que tanto me acolheram e que também fazem parte da construção de todo o meu trajeto nessa pesquisa. É um lugar de muito conhecimento e de muita afetividade.

Ao NAPRA, por proporcionar a oportunidade de conhecer a Amazônia e suas territorialidades. É gratificante fazer parte dessa organização que possui princípios de diversidade e equidade, que respeita a cultura das comunidades, com trabalhos consistentes na formação de pessoas e nos territórios que atua. Nos altos e baixos da organização, tive uma relação de muita dedicação e amor, sendo momentos que me fortaleceram e que me proporcionaram conhecimentos diversos. Sou muito grata, ainda, pelas inúmeras pessoas que conheci nesses últimos 10 anos via NAPRA, seja na formação ou atuação em campo. Aos integrantes que passaram pela organização, aprendi muito a cada encontro e cada relação, inclusive nos momentos mais conturbados. Agradeço, de coração, a cada um de vocês! O NAPRA, é, com certeza, um espaço de muita legitimidade e desejo muito sucesso a todas e todos que fizeram e fazem essa organização existir.

Ao meu companheiro de vida, Anderson, pela paciência e encorajamento perante minhas incertezas. Apesar do longo trabalho que tive nesse mestrado, ele sempre esteve apto para me apoiar e me auxiliar.

Às amigas e amigos que também estiveram ao meu lado, me encorajando e me fortalecendo dia a dia para conseguir finalizar este trabalho.

Ao meu filho Ravi, que nasceu no meio desse trajeto e me trouxe muitas alegrias, muita força e novas formas de enxergar a vida e de se posicionar no mundo.

À Capes, pelo financiamento desse estudo, que sem ele essa pesquisa não poderia ter ocorrido.

E por fim, à todas e todos que lerão essa pesquisa. Desejo uma ótima leitura! Mesmo com algumas limitações, espero que essa pesquisa proporcione aprendizados diversos e, principalmente, que possa contribuir para a construção de novos paradigmas na relação com a natureza, bem como o reconhecimento da potência das populações tradicionais com efetivas mudanças de melhorias para suas vidas, uma vez que vivem diariamente diversas violências em seus territórios.

## RESUMO

Kraft, F. G. (2023). *Rio que transborda e Terra que enraíza: o impacto de uma cheia e o deslocamento de comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira/RO*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Em 2014, ocorreu uma cheia histórica no Rio Madeira que desalojou e desabrigou inúmeras famílias pela inundação de várias cidades, distritos e comunidades. A partir do contato com algumas comunidades ribeirinhas da região do Baixo Rio Madeira, zona rural do município de Porto Velho (RO), foi possível acompanhar muitos dos impactos materiais e subjetivos relacionados à esse desastre, entre eles, o deslocamento de algumas famílias ribeirinhas para um novo pedaço de terra. Na tentativa de obter um olhar sobre a situação e, ao considerar a característica sociocultural das comunidades ribeirinhas amazônicas de uma relação ativa com seu território, de permanência, subsistência e historicidade, o estudo apresentado teve como objetivo analisar os processos psicossociais de (des)enraizamento da comunidade ribeirinha de Cavalcante (RO) frente às transformações socioambientais do impacto da cheia histórica de 2014 e deslocamento territorial das famílias atingidas. Com base em uma pesquisa qualitativa de fundamentação teórico-metodológica materialista histórico-dialética, foram realizadas 11 entrevistas individuais semiestruturadas; dois percursos comentados; e observação participante com registro em diário de campo. A análise dos dados promoveu um movimento entre a escala ampla do contexto do objeto de estudo e a escala dos sujeitos em referência aos objetivos específicos de apreender os processos psicossociais que envolviam a vivência dos sujeitos com o desastre da enchente, com o deslocamento territorial e a relação que estabeleciam com o novo território e a localidade de origem. Os dados foram apresentados, primeiramente, em uma Leitura Socioambiental do Território, que evidenciou as singularidades, particularidades e universalidades que atravessam o contexto dos sujeitos, a relação com o território e seus conflitos. Em seguida, foram apresentadas as análises das falas dos sujeitos pelas categorias “Fundo d’água” e “Subindo o barranco”, e suas subcategorias correspondentes. A primeira categoria, trouxe à tona diversos processos psicossociais que envolveram os impactos subjetivos e objetivos que a enchente provocou nos sujeitos, entre eles a surpresa pela inundação, a elaboração das perdas, as estratégias de enfrentamento e de entendimento sobre as situações vividas, assim como os sentimentos expressos nesses processos. A segunda categoria, pôde-se captar as motivações e dificuldades que tiveram no deslocamento, evidenciando processos psicossociais de resiliência, confronto e adaptabilidade, assim como a ressignificação da relação sujeito-espço. Tais análises evidenciaram processos globais e locais que incidem sobre a inter-relação sujeito-espço, bem como o ciclo dialético de (des)enraizamento de profunda relação identitária com o lugar, que articula passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; comunidades ribeirinhas; desastres ambientais; conflitos socioambientais; floresta amazônica.



## ABSTRACT

Kraft, F. G. (2023). River that overflows and Earth that takes root: the impact of a flood and the displacement of riverside communities on the Lower Madeira River/RO. (Masters dissertation). Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

In 2014, there was a historic flood on the Madeira River that displaced and left countless families homeless due to the flooding of several cities, districts and communities. From the contact with some riverside communities in the region of Baixo Rio Madeira, rural area of the municipality of Porto Velho (RO), it was possible to follow many of the material and subjective impacts related to this disaster, among them, the displacement of some riverside families to a new piece of land. In an attempt to obtain a look at the situation and, when considering the sociocultural characteristic of the Amazonian riverside communities of an active relationship with their territory, of permanence, subsistence and historicity, the present study aimed to analyze the psychosocial processes of (de)rooting of the riverside community of Cavalcante (RO) in the face of the socio-environmental transformations of the impact of the historic flood of 2014 and territorial displacement of the affected families. Based on a qualitative research based on theoretical-methodological materialist historical-dialectic, 11 individual semi-structured interviews were carried out; two commented routes; and participant observation with registration in a field diary. Data analysis promoted a movement between the broad scale of the context of the object of study and the scale of the subjects in reference to the specific objectives of apprehending the psychosocial processes that involved the subjects' experience with the flood disaster, with the territorial displacement and the relationship they established with the new territory and the place of origin. The data were presented, firstly, in a Socio-environmental Reading of the Territory, which highlighted the singularities, particularities and universalities that cross the context of the subjects, the relationship with the territory and its conflicts. Next, the analysis of the subjects' speeches by the categories "Fundo d'água" and "Subindo o Barranco" and their corresponding subcategories were presented. The first category brought up several psychosocial processes that involved the subjective and objective impacts that the flood caused in the subjects, including the surprise caused by the flood, the elaboration of losses, strategies for coping and understanding the situations experienced, as well as the feelings expressed in these processes. In the second category, it was possible to capture the motivations and difficulties they had in the displacement, showing psychosocial processes of resilience, confrontation and adaptability, as well as the redefinition of the subject-space relationship. Such analyzes showed global and local processes that affect the subject-space interrelationship, as well as the dialectical cycle of (un)rooting a deep identity relationship with the place, which articulates past, present and future.

Keywords: Environmental Psychology; riverside communities; environmental disasters; Amazon rainforest.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Mapa Gestão Integrada Cuniã-Jacundá - Região do Baixo Rio Madeira.....  | 15 |
| Figura 2: Comunidade São Carlos do Jamari em julho de 2012 e maio de 2014.....  | 20 |
| Figura 3: Comunidade Nazaré em Julho de 2013 e Maio de 2014.....  | 20 |
| Figura 4: Levantamento Socioeconômico PNUD/ICMBio em Cavalcante - agosto de 2014. .   | 21 |
| Figura 5: Comunidade de Cavalcante em Agosto de 2014.....   | 22 |
| Figura 6: Percurso comentado até a comuidade de Terra Caída.....  | 54 |
| Figura 7: Percurso comentado até a comunidade de Curicacas.....   | 55 |
| Figura 8: Mapa da localização da comunidade Cavalcante na região do Baixo Rio Madeira. .  | 61 |
| Figura 9: Mapa do município de Porto Velho com seus distritos, hidrografia, rodovias, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação e área urbana..... | 63 |
| Figura 10: Casas de comunitários em Cavalcante - abril de 2019.....   | 66 |
| Figura 11: Casinha de um motor de energia a diesel na comunidade de Cavalcante - abril de 2019.....   | 67 |
| Figura 12: Igreja Assembléia de Deus na comunidade de Cavalcante.....   | 68 |
| Figura 13: Igreja católica e Posto de Saúde (em construção) na comunidade de Cavalcante - abril de 2019.....  | 69 |
| Figura 14: Mapa aéreo da comunidade de Cavalcante.....  | 71 |
| Figura 15: Praia em frente a comunidade de Curicacas - agosto de 2019.....  | 74 |
| Figura 16: Percurso na mata com Ubirajara (c/h), Lauane (c/m) e sua filha.....  | 75 |
| Figura 17: Quadro de atividades produtivas sazonais.....  | 76 |
| Figura 18: Concurso de Maiores Melancias do Baixo Madeira – Festa da Melancia - agosto de 2019.....   | 78 |
| Figura 19: Concurso do arremesso de Melancia - Festa da Melancia - agosto de 2019.....  | 78 |
| Figura 20: Percurso de retorno para Cavalcante após a colheita em Curicacas - agosto de 2019 .....  | 80 |
| Figura 21: Carregando os produtos agrícolas na rabeta para levar até a feira na cidade - agosto de 2019.....  | 81 |
| Figura 22: Feira da Agricultura Familiar Sabores do Norte em Porto Velho (RO) - Agosto de 2019.....   | 81 |
| Figura 23: Cotograma das cheias e vazantes observadas em Porto Velho (de 1967 a 2013)....   | 95 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 24: Notificações de ataques por animais peçonhentos em Porto Velho (janeiro a agosto de 2014)..... | 99  |
| Figura 25: Casa de Raoni (t/h) em Terra Caída - Percorso Comentado - 22/04/2019.....                      | 104 |
| Figura 26: Destroços da casa de Guaraci(t/h) em Terra Caída - Percorso Comentado - 22/04/2019.....        | 106 |
| Figura 27: Destroços da casa de Moacir (t/h) em Terra Caída - Percorso Comentado - 22/04/2019.....        | 107 |
| Figura 28: Casa de Jandir (c/m) em Curicacas - Percorso Comentado - 23/04/2019.....                       | 108 |
| Figura 29: Casa de Niara (c/m) em Curicacas - Percorso Comentado - 23/04/2019.....                        | 109 |
| Figura 30: Quadra em São Carlos do Jamari com pertences dos atingidos - maio de 2014..                    | 111 |
| Figura 31: Bananal de Jandir (c/h) destruído pela cheia de 2019 - Percorso Comentado - 22/04/2019.....    | 117 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| <i>Tabela 1: Quadro com origem, nome, idade, local, tempo e data da entrevista.....</i>  | 50 |
| Tabela 2: Quadro com origem, nome e ocupações dos/as entrevistados/as.....   | 51 |
| Tabela 3: Quadro com origem, nome, relações, espaços percorridos ou especificidades de nomes que aparecem durante a apresentação dos resultados..... | 52 |
| Tabela 4: Maiores cheias (antes de 2014) na estação de Porto Velho – Rio Madeira.....  | 88 |

## LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas  
AVC – Acidente Vascular Cerebral  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
COBRADE – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres  
CONACOBAM – Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira  
EIV – Estágio Interdisciplinar de Vivência  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ESEC – Estação Ecológica  
FFCLRP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto  
FLONA – Floresta Nacional  
GICJ – Gestão Integrada Cuniã-Jacundá  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MST – Movimento dos Sem Terra  
NAPRA – Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia  
NRC - Norwegian Refugee Council  
PFNM – Produtos Florestais Não-Madereiros  
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RESEX – Reserva Extrativista  
SGB – Serviço Geológico Brasileiro  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UC – Unidade de Conservação  
UHE – Usina Hidrelétrica  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

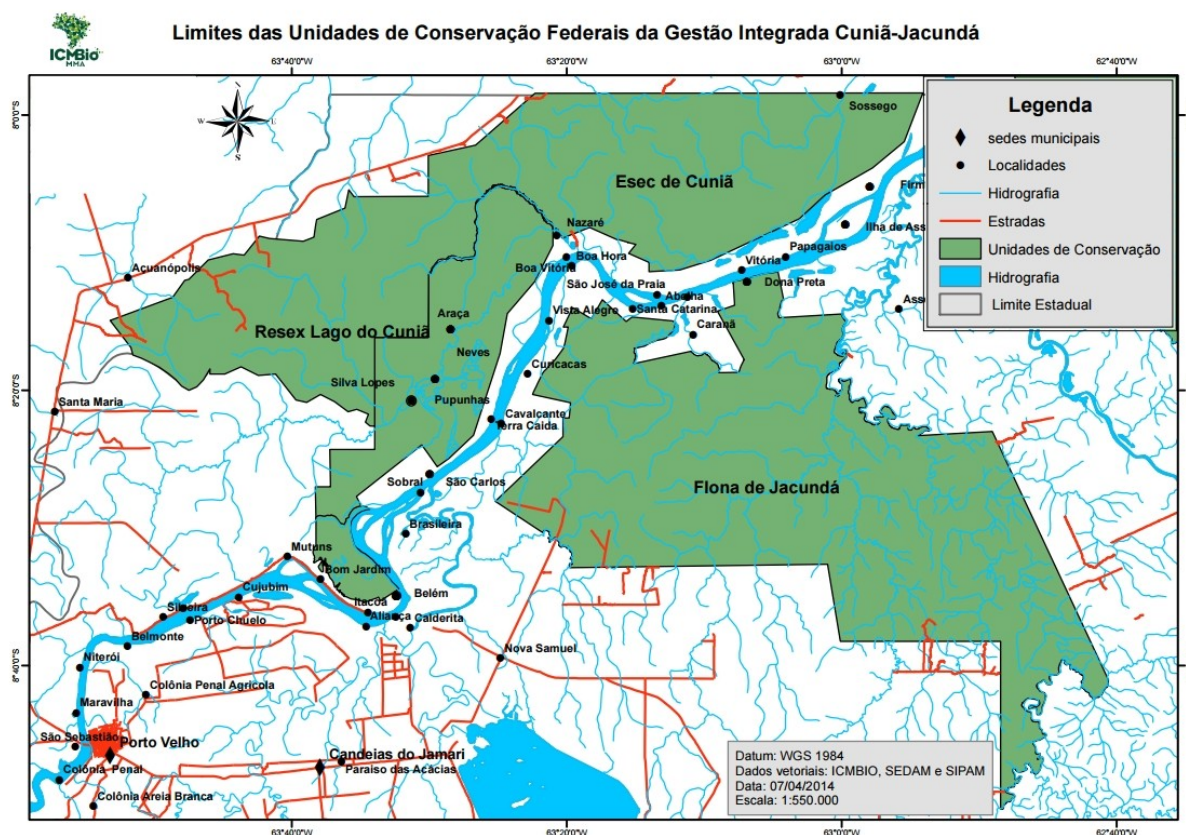
|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO.....  | 15  |
| 1) A CHEIA HISTÓRICA DO RIO MADEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO DESASTRE.....                   | 27  |
| 2) ENRAIZAMENTO E DESENRAIZAMENTO: Referencial teórico-conceitual.....                                     | 34  |
| 3) MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A PSICOLOGIA SOCIOAMBIENTAL: Fundamentação teórico-metodológica..... | 38  |
| 4) PERCURSO METODOLÓGICO DE INSERÇÃO NO TERRITÓRIO.....  | 43  |
| 4.1. A pesquisa socioambiental qualitativa.....  | 43  |
| 4.2. As idas a campo.....  | 45  |
| 4.3. Procedimentos e Instrumentos de pesquisa.....   | 47  |
| Contato Inicial e Visitas Domiciliares.....  | 47  |
| Reunião Comunitária.....   | 48  |
| Observação Participante.....   | 49  |
| Entrevista semi-estruturada.....   | 50  |
| Percurso Comentado.....  | 54  |
| 4.4. Análise e interpretação dos dados.....  | 56  |
| 4.5. Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos.....   | 59  |
| 5) LEITURA SOCIOAMBIENTAL: primeiras aproximações.....   | 61  |
| 5.1. O Território.....   | 61  |
| 5.2. Os Sujeitos do Território.....  | 71  |
| 5.3. As Lutas.....   | 85  |
| 6) FUNDO D'ÁGUA.....   | 92  |
| 6.1. Quando a água subiu: o evento inesperado.....   | 93  |
| 6.2. O que a água destruiu: os sentidos e significados em torno das perdas.....                            | 102 |
| 6.3. As águas do sentir: os impactos na saúde mental e física dos sujeitos.....                            | 119 |
| 6.4. O ciclo do rio transfigurado: as causas do desastre atribuídas pelos sujeitos.....                    | 128 |

|  |     |
|--|-----|
| 7) SUBINDO O BARRANCO.....   | 138 |
| 7.1. Escapando d'água: as motivações e os movimentos em torno do deslocamento.....                       | 138 |
| 7.2. Um solo tortuoso: a assistência da defesa civil e as dificuldades ao chegar no novo território..... | 149 |
| 7.3. Quando a água desceu: os detritos do desastre e as perspectivas de reconstrução.....                | 157 |
| 8) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 163 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 168 |
| APÊNDICES.....   | 173 |
| APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....   | 173 |
| APÊNDICE B – Roteiro Entrevistas.....  | 175 |

## APRESENTAÇÃO

Essa dissertação versa sobre o processo de (des)enraizamento de famílias ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, em Rondônia, que se deslocaram de seus territórios devido ao desastre causado por uma enchente que ocorreu no ano de 2014 na região. O estudo foi realizado na comunidade de Cavalcante, local que foi ocupado por essas famílias ainda durante a enchente. A princípio, esse território era para ser somente um abrigo para elas até que a água baixasse, porém se tornou um lugar permanente de moradia para muitas famílias que não conseguiram retornar para suas casas devido a destruição que a enchente causou em seus territórios de origem. Com diferentes constatações sobre sua causa, a enchente provocou inúmeras transformações ambientais e sociais nas comunidades atingidas. Durante esse trabalho, é possível desvendar um pouco desse contexto diverso e contraditório, mais especificamente no que concerne aos processos psicossociais da relação sujeito-ambiente das pessoas que tiveram que deixar suas casas e locais de origem.

Figura 1: Mapa Gestão Integrada Cuniã-Jacundá - Região do Baixo Rio Madeira



Fonte: ICMBio, 2014.



Para iniciar essa dissertação, apresento brevemente minha trajetória e sua relação com as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, no intuito de expor o caminho que trilhei até conhecer a comunidade de Cavalcante e as motivações que tive para realizar essa pesquisa. Em seguida, apresento os objetivos desse estudo junto das fundamentações teóricas que os embasam e a estrutura dos capítulos desse trabalho.

Em um estudo sobre a relação sujeito-ambiente, optei por falar um pouco dos espaços que integraram a formação de minha subjetividade, de significados que foram desenvolvidos nessa inter-relação junto dos sentidos que dou no presente momento de escrita. Essa apresentação, portanto, possui aspectos espaciais e temporais de relações que permeiam as motivações passadas, presentes e futuras em relação à temática de estudo.

Nasci e cresci em São Paulo, no extremo sul da cidade, em um bairro e uma rua conectada à Represa Guarapiranga, que fazia-me sentir sempre próxima à natureza mesmo estando em uma cidade grande que nem sempre favorece essa conexão. Costumo dizer que, em São Paulo, há diversas cidades, porque ao vivenciar os diferentes espaços que esta me proporcionava, muitas vezes, sentia-me como uma estrangeira. Durante minha infância e minha adolescência, o meu bairro e os bairros do entorno eram minha cidade, cujos lugares e espaços construíram minhas primeiras relações sociais e ambientais. Fora daqueles limites, era um mundo desconhecido, ao qual comecei a me aventurar na adolescência e com mais veemência na vida adulta, ao ingressar no trabalho e na faculdade.

A universidade e o trabalho, que eram distantes de onde morava, com certeza foram um divisor de águas na minha relação com a cidade de São Paulo, considerando outros espaços e outras relações que se somaram a meu modo de ver o mundo. Foi durante essa vivência com os diferentes lugares que fui percebendo o quanto me sentia estrangeira dentro daquela cidade. Além disso, foi na universidade, cursando Psicologia, que comecei a me indagar sobre as diferentes relações sociais constituídas com os espaços de vida, os processos de exclusão que haviam na cidade e na sociedade como um todo e os diferentes olhares e conexões com os espaços, territórios e lugares. Obviamente que essa reflexão está impregnada por toda a vivência, estudos e relações que tive até o momento de escrita desse texto, como notifiquei anteriormente, contudo, os tipos de indagações que eu me fazia, embora com outras conotações, guardavam esse mesmo conteúdo.

Diante dessas inquietudes, conscientes e inconscientes, comecei a buscar lugares,

grupos e movimentos que poderiam me proporcionar um aprendizado e uma vivência que o curso de Psicologia não conseguia preencher. Essa busca se deu, inicialmente, nos limites da própria universidade, expandindo-se posteriormente para além de seus muros. Talvez não consiga demarcar todos os espaços que integram essa construção, porém, elenco os mais significativos na minha trajetória, especialmente relativos à temática abordada aqui na pesquisa.

Dentro da universidade, minha participação no movimento estudantil, apesar de singela, foi algo que marcou o início dessas conexões, abrindo para mais questionamentos. Por meio dela, tive a oportunidade de realizar o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), que consiste em uma formação política a partir de uma vivência em assentamentos ou acampamentos do Movimento Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Estado de São Paulo. A formação política foi realizada nas dependências de uma escola rural em Ibiúna (SP) e minha vivência foi realizada no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto (SP). Nesses espaços, tive a oportunidade de conhecer pessoas diversas, de diferentes universidades e contextos, bem como tive um salto na compreensão social e política da sociedade, e mais especificamente, sobre os entendimentos acerca da dinâmica social do meio rural; que mesmo com algumas conexões por meio de vivências familiares, estas não se adentravam nas suas especificidades sociopolíticas.

Após essa vivência, segui implicada com essas e outras questões, engajando-me em grupos e movimentos políticos fora da universidade. Minha forma de ver o mundo se expandiu, e com isso, minhas referências na Psicologia - que já tinham um viés social - foram se aprofundando em questionamentos sobre a relação dos sujeitos com a terra e sobre as tradições culturais que permeiam suas relações socioculturais e territoriais. Qual é a importância da terra na constituição da subjetividade dos sujeitos? As tradições culturais dizem algo sobre a relação dos sujeitos com seu território? Essas são algumas das questões que me moviam, entre outros questionamentos que perpassavam as temáticas de cultura, terra, território, relações sociais e, ainda, processos de exclusão da sociedade e seus impactos na constituição das subjetividades.

Nesse fluxo, ao final do curso, optei por realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em uma comunidade que poderia me ajudar a aprofundar meus estudos nessas temáticas. Diante da memória que tinha da infância de uma comunidade indígena localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, em um bairro razoavelmente próximo ao meu, decidi

realizar a pesquisa em dois territórios Guarani Mbyá. Após um período de procura de um/a orientador/a e negociações junto ao curso, inclusive assumindo a reprova de um semestre para alcançar esse objetivo, consegui realizá-lo sob a orientação de uma docente, da área de Psicologia Política, que ingressara naquele ano em minha universidade. E assim, desenvolvendo a pesquisa sobre a resistência cultural indígena na cidade de São Paulo, adentrei um pouco mais em estudos interdisciplinares sobre memória, território e cultura, encontrando-me com o conceito de enraizamento em textos de Simone Weil (1996) e Éclea Bosi (2000), o qual me acompanha até hoje nessa pesquisa de mestrado.

Ainda no último ano de graduação, conheci o Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), uma associação sem fins lucrativos que realiza a formação de estudantes e profissionais acerca do contexto amazônico e desenvolve projetos socioambientais junto a comunidades ribeirinhas da região do Baixo Rio Madeira, zona rural de Porto Velho, em Rondônia. Ingressei nessa organização, portanto, em novembro de 2011 para realizar sua formação, indo atuar em uma das comunidades em julho de 2012, sendo a primeira vez que fui para a Amazônia.

Não preciso dizer o quanto essa formação e essa vivência na Amazônia foram relevantes para o rumo que eu teria daí em diante na minha vida profissional e pessoal, já que, cerca de 10 anos depois apresento essa dissertação que envolve uma das comunidades ribeirinhas dessa região em que o NAPRA atua. De qualquer forma, vale dizer, bem resumidamente, alguns dos processos de minha vivência com o NAPRA, com as comunidades ribeirinhas e outros espaços amazônicos até chegar nessa pesquisa.

Em 2012, na minha primeira ida à Amazônia, tive a oportunidade de vivenciar e realizar projetos com algumas famílias da Reserva Extrativista (RESEX) Lago do Cuniã. Foi um processo intenso de compreensão da relação que os sujeitos possuem com seus territórios, do papel que eles exercem na manutenção da floresta - no sentido cultural, ambiental, social e político -, bem como pude sentir cotidianamente que existem outros tempos de vida com o espaço. Fui movida, ainda, tanto pelas complexidades que envolvem esses sujeitos e esses territórios, quanto pela magia que a floresta amazônica nos transmite. A partir daí, a Amazônia entrou em mim e nunca mais saiu. Apesar de ser um pequeno recorte da Amazônia, retornei para o sudeste totalmente mobilizada e com a necessidade de continuar junto ao NAPRA, formando outras pessoas para que pudessem ampliar sua visão de mundo, assim como

desenvolver ações em comunidades, engajando-se na luta de resistência dessas populações diante dos diversos conflitos presentes em seus territórios e no fortalecimento da inter-relação que já possuem com a floresta.

Em 2013, comecei a trabalhar na parte administrativa e formativa do NAPRA, mudando-me para São Carlos/SP onde era sua sede, e também tive a oportunidade de conhecer as outras comunidades ribeirinhas em que o NAPRA atuava, potencializando ainda mais minha compreensão e aproximação com as diversidades territoriais que existiam na região amazônica. Naquele mesmo ano, transitei um pouco mais pela cidade de Porto Velho, aproximando-me de outros espaços e movimentos por meio do NAPRA. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Rondônia, por exemplo, que já tinha uma relação com a organização quando ingressei, foi aquele do qual mais pude acompanhar ao longo desses anos em algumas articulações, tendo promovido formações e desenvolvido ações conjuntas aos integrantes do NAPRA e às comunidades. Outro espaço que conheci naquele ano foi o Conselho da Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (GICJ), tornando-me conselheira via NAPRA em anos subsequentes. Esse conselho concilia a participação de representantes das comunidades e representantes de instituições públicas e privadas da região para atuarem em conjunto nas unidades de conservação que integram o mosaico Cuniã-Jacundá<sup>1</sup> e suas comunidades do entorno (vide mapa das comunidades e unidades de conservação na figura 1). Apesar de ser um espaço que necessita de maior fortalecimento e engajamento em prol das necessidades das comunidades, é legítimo de participação e de promoção de políticas públicas.

Em seguida, no início do ano de 2014, ocorreu o desastre de uma cheia histórica na região, alagando todas as comunidades que havia conhecido e mantido a conexão via NAPRA, refletindo em mim um sentimento difícil de expressar em palavras. Algo como uma tristeza pela situação que todas aquelas famílias estavam passando e um sentimento de impotência por estarmos longe, sem recursos financeiros e pessoais para contribuir. Mantivemos o contato de longe com algumas famílias e, no mês de maio de 2014, conseguimos ir a campo, em três pessoas, via projeto que estava em andamento de fortalecimento da cadeia produtiva da castanha na RESEX Lago do Cuniã. Mesmo com algumas áreas ainda alagadas, naquele período, a água já tinha começado a baixar e pude acompanhar mais de perto o processo de

---

1 As unidades de conservação que integram o mosaico Cuniã-Jacundá são as unidades de uso sustentável: Reserva Extrativista (RESEX) Lago do Cuniã e Floresta Nacional (FLONA) Jacundá; e de proteção integral: Estação Ecológica (ESEC) Cuniã.

retorno de algumas famílias em São Carlos do Jamari e a assistência da defesa civil na comunidade de Nazaré e adjacências. E somente de passagem, fui à RESEX e à comunidade de Calama, as quais foram parcialmente alagadas.

*Figura 2: Comunidade São Carlos do Jamari em julho de 2012 e maio de 2014*



*Fonte: Arquivo pessoal.*

*Figura 3: Comunidade Nazaré em Julho de 2013 e Maio de 2014*



*Fonte: Arquivo pessoal.*

No mesmo ano, tivemos nossa atuação em julho, porém um pouco diversa e sem muito conhecimento de como atuar em locais atingidos por desastres, abalando nossa relação com as

comunidades e nossa própria dinâmica interna<sup>2</sup>. Logo após essa atuação, trabalhei junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de Rondônia, em um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de Levantamento Socioeconômico das famílias que viviam dentro e no entorno das unidades de conservação da Reserva Extrativista (RESEX) Lago do Cuniã e Floresta Nacional (FLONA) Jacundá, conhecendo, assim, outras comunidades ribeirinhas da região (vide mapa das comunidades e unidades de conservação na figura 1). Nesse trabalho, pude ampliar ainda mais minha compreensão sobre as territorialidades do Baixo Madeira e as inúmeras transformações socioambientais que vivenciavam as comunidades diante do desastre que sofreram. Transformações que se estendem até os dias de hoje, como poderão perceber ao longo dessa dissertação sobre uma dessas comunidades da região.

*Figura 4: Levantamento Socioeconômico PNUD/ICMBio em Cavalcante - agosto de 2014*



*Fonte: Arquivo pessoal.*

Foi durante este trabalho, realizado entre agosto e setembro de 2014, que conheci a comunidade de Cavalcante. Foi uma localidade que não estava na rota do levantamento do

---

<sup>2</sup> Nos anos subsequentes, continuei minha atuação no NAPRA de diferentes formas, ocupando atualmente o cargo de conselheira consultiva da organização.

ICMBio, por falta de conhecimento de sua existência; entretanto, no decorrer das visitas, ao não encontrar diversas famílias em suas comunidades de origem, soubemos dessa localidade e a adicionamos em nosso percurso para realizar o cadastramento das famílias que antes viviam em comunidades que estavam previstas no levantamento e que haviam se deslocado para esse novo território.

Naquele período, era notável o processo de transição que essas famílias estavam vivendo no território, pois muitas delas estavam em barracas da defesa civil ou casas de palha, e algumas já iniciavam a construção de suas casas de madeira, como é possível observar nas fotos abaixo

*Figura 5: Comunidade de Cavalcante em Agosto de 2014*



*Fonte: Arquivo pessoal.*

Conhecer essa comunidade, que estava surgindo ali devido ao deslocamento das famílias atingidas pela cheia, foi algo que reacendeu todas minhas indagações em torno da relação dos sujeitos com seus territórios, somado a outras perspectivas que as vivências na Amazônia me proporcionaram, como a importância da natureza na constituição das subjetividades e o impacto dos conflitos socioambientais na floresta e na vida daqueles sujeitos que vivem a ela conectados. Todavia, desde quando surgiram essas indagações e a partir do caminho que fui seguindo com meus estudos e práticas, parecia que a Psicologia ficava cada vez mais distante, como se ela não se encaixasse, especialmente na atuação profissional. Foi aí que decidi buscar uma pós-graduação, instigada pela mobilização que a situação da comunidade de Cavalcante provocou em mim e pelas inquietudes que tive ao presenciar muitos dos impactos que a cheia histórica provocou na região. Como não me sentia parte integrante da Psicologia naquele momento, busquei primeiramente outras áreas do conhecimento, mas logo retornei à Psicologia ao encontrar a Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva e o Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto/SP (FFCLRP-USP). Esse encontro me apresentou a Psicologia Ambiental e Socioambiental, que me elucidaram a indissociabilidade que há entre sujeito e ambiente, contribuindo para compreensão de minhas indagações, cuja perspectiva considera que os processos psicossociais do sujeito estão comprometidos por uma história, por ações e práticas relacionadas ao seu território, permeadas pelas vivências, experiências, emoções e formas de se relacionar com as pessoas e com o espaço (Tassara & Rabinovich, 2003).

Ainda em processo de aprendizagem nessa área, é importante salientar que compreender as questões que envolvem as relações dos sujeitos com seus territórios, bem como uma prática da Psicologia nesses contextos, não foi, e não está sendo, um caminho fácil de se construir. Acredito que essa dissertação é apenas um pequeno passo de minha trajetória nesse campo, cuja atuação profissional ainda é algo nebuloso. Vale dizer, ainda, que chegar até aqui foi um caminho longo e turbulento. Desde o momento que minhas indagações geraram a necessidade de realizar uma pós-graduação, demorei alguns anos para encontrar esse lugar, e após o ingresso, demorei outros tantos anos para finalizar, diante de processos pessoais e os processos pandêmicos no meio desse trajeto.



Para além da pós-graduação, a minha relação com o NAPRA, mesmo que em menor intensidade nos últimos anos, foi essencial para que esse estudo não tivesse um fim em si mesmo, uma vez que este trabalho foi realizado no intuito de que a organização pudesse ampliar seus trabalhos em outras comunidades da região e com a perspectiva de que as famílias da comunidade de Cavalcante pudessem ter um retorno da pesquisa em ações concretas diante de suas necessidades. Obviamente que ainda há um caminho longo a se percorrer, mas a semente foi plantada para que haja futuras articulações e ações conjuntas. Perante esse resumo de minha trajetória até aqui, apresento-lhes, neste documento, parte de meus estudos e o processo de pesquisa que foi desenvolvido a partir do entendimento que o desastre da enchente do Rio Madeira provocou diversos impactos materiais e subjetivos nas comunidades ribeirinhas da região. Impactos que foram visivelmente notáveis e inquestionáveis por quem acompanhou e vivenciou os processos do desastre - antes, durante e após a enchente -, assim como a angústia das famílias afetadas. Mesmo assim, tal fato ainda possui lacunas, pouca compreensão, divulgação e apoio do poder público, das empresas envolvidas e outros atores sociais que se vinculam àquele território, fazendo-se necessário desenvolver mais reflexões sobre o ocorrido, gerar conhecimento na temática dos desastres e suas consequências na relação sujeito-ambiente. Em suma, busca-se responder a quais são os processos psicossociais que atravessam os sujeitos e a relação constituída com seus espaços de vida ao se depararem com a situação adversa de um desastre em seus territórios e ao deslocamento forçado de seu lugar de origem? .

À vista disso, no intuito de compreender os elementos subjetivos e objetivos que perpassam a relação dos sujeitos com seu território, no tempo e no espaço, essa pesquisa foi realizada com o **objetivo geral** de analisar os processos de (des)enraizamento da comunidade ribeirinha de Cavalcante frente às transformações socioambientais decorrentes do impacto da cheia histórica de 2014 e do deslocamento territorial das famílias atingidas.

A pesquisa orientou-se pela Psicologia Socioambiental e optou pelo conceito de enraizamento/desenraizamento para aprofundar essa compreensão da inter-relação sujeito e ambiente no novo espaço de vida das famílias deslocadas, já que, segundo Simone Weil (1996), o enraizamento condiz com uma necessidade vital do ser humano de participação ativa e natural na existência de uma coletividade, em que suas múltiplas raízes se consolidam com seu ambiente, cultura e modo de vida; são raízes de seu lugar de origem, de seu trabalho, de suas

trocas naturais e vivências coletivas com o meio, em que se preservam significantes do passado e se constroem presságios do futuro. Em contraposição, o desenraizamento, condiz a uma “doença” que advém de uma influência externa que submete as populações a um novo modo de vida, e que retira da relação desenvolvida com o ambiente seus laços culturais e materiais.

A partir de uma concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Socioambiental, qualifico e tenho como hipótese que o enraizamento e o desenraizamento estão presentes na vida cotidiana da relação dos sujeitos com o território em um movimento dialético dessa relação ativa com o espaço (enraizamento) e as forças externas que adentram essa relação (desenraizamento). No que se refere a este estudo, por exemplo, supõe-se que esse movimento pode ocorrer entre os aspectos da cultura ribeirinha que rege a relação com o ambiente desses sujeitos (enraizamento) e as transformações socioambientais que adentram essa relação por meio das contradições sociopolíticas globais e locais, e mais especificamente, com as transformações impostas pela situação vivida do desastre e do deslocamento territorial (desenraizamento). Devido a essa hipótese, utilizo o termo (des)enraizamento, isto é, o “des” entre parênteses junto da palavra “enraizamento” como forma de representar a dialética desses fenômenos.

Diante dessa concepção, para uma efetiva análise dos processos psicossociais de (des)enraizamento, que englobam processos passados, presentes e futuros na relação sujeito-espaço, o estudo têm como **objetivos específicos**: apreender a experiência vivida durante o desastre da enchente e os impactos subjetivos e objetivos suscitados nos sujeitos; caracterizar as motivações e as necessidades dos sujeitos para efetuar o deslocamento de território; identificar os processos psicossociais que perpassam a inter-relação dos sujeitos com o novo território e com sua comunidade de origem; e, por fim, conhecer as dificuldades sofridas e suas formas de enfrentamento diante das expectativas de futuro no novo território.

Para dar conta desses objetivos, **essa dissertação está estruturada** em oito capítulos, distribuídos entre as bases teóricas deste estudo, o percurso metodológico, as categorias de análise e, por fim, as considerações finais.

O **primeiro capítulo**, intitulado “*A cheia histórica do Rio Madeira e as transformações socioambientais do desastre*”, introduz a temática, referindo-se a uma compreensão geral do recorte empírico desse estudo, isto é, apresenta brevemente a localidade onde a pesquisa foi realizada, junto de um retrato da cheia histórica de 2014 com algumas

discussões teóricas sobre a concepção sociológica de desastres.

No **segundo capítulo**, “*Enraizamento e Desenraizamento: referencial teórico-conceitual*”, apresento a base conceitual de enraizamento e desenraizamento que delinea as discussões dessa pesquisa. Logo, no **terceiro capítulo**, “*Materialismo Histórico Dialético e da Psicologia Socioambiental: fundamentação teórico-metodológica*”, articulo os fundamentos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Socioambiental que ancoram a construção dessa pesquisa.

Após essas discussões teóricas fundamentais, no **quarto capítulo**, apresento o “*Percurso metodológico de inserção no território*”, que trata do método de pesquisa, as idas a campo, os instrumentos de pesquisa, análise e considerações éticas necessárias.

Em seguida, o **quinto capítulo** “*Leitura Socioambiental do Território*”, contextualizo a localidade da pesquisa com elementos históricos, sociais, ambientais e políticos que englobam o território, assim como algumas das principais ações dos sujeitos e principais objetos presentes nessa inter-relação.

Dando continuidade aos resultados e análise da pesquisa, o **sexto capítulo** “*Fundo d’água*” apresenta os elementos subjetivos e objetivos que envolveram o impacto da enchente para os sujeitos e o **sétimo capítulo** “*Subindo o barranco*” apresenta as motivações e dificuldades no deslocamento para Cavalcante, assim como elementos de reconstrução na nova localidade, concluindo, assim, no **oitavo capítulo** com as considerações finais.

## **1) A CHEIA HISTÓRICA DO RIO MADEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO DESASTRE**

A Amazônia, floresta tropical úmida, que corresponde a 54% do território nacional, rica em biodiversidade, é, em geral, vista como uma região homogênea. No entanto, a Amazônia é, sobretudo, diversidade. Diversidade ecológica, social e cultural. É a Amazônia de inúmeros povos indígenas e outros povos que foram se estabelecendo na região, habitando, convivendo e aprendendo com os vários espaços de organização ao longo dos padrões rio-várzea-floresta e estrada-terra firme-subsolo (Gonçalves, 2012). É ainda um território marcado por enormes pressões e conflitos que, em diferentes momentos históricos, os interesses econômicos, os traços de dominação e as relações de poder consolidaram um crescente processo de mercantilização da vida humana e da natureza (Becker, 2009; Ribeiro, 2006).

Esses elementos podem ser identificados na paisagem e na dinâmica sociocultural amazônica, dado que, em prol de um modelo desenvolvimentista, a floresta é derrubada para abrir estradas, pastos, grandes latifúndios; os rios são barrados para geração de energia; o solo, as matas e as águas são contaminadas pela exploração do minério; e as populações amazônicas, afetadas pelas transformações do meio, são abandonadas ou deslocadas de seu território (Gonçalves, 2012).

Nesse cenário, complexo e contraditório, cerceado por diferentes configurações e atores que imprimem suas marcas na terra, nos sujeitos e na história da Amazônia, é que se insere a presente pesquisa; ele compõe o pano de fundo das discussões acerca das transformações socioambientais da cheia histórica do Rio Madeira, ocorrida em 2014, em Rondônia, que impactou profundamente a vida da população local.

Embora a Amazônia seja uma região que vivencia as cheias dos rios ano a ano, em 2014 a cheia do Rio Madeira atingiu um nível acima da média, especialmente, entre os meses de fevereiro e maio. Em 12 de fevereiro, o rio atingiu a cota de 17,02 metros, considerada acima da cota de transbordamento, sendo declarado estado de emergência no dia seguinte pela continuidade de elevação da água. Em 26 de fevereiro, com a marca de 18,5 metros, a prefeitura de Porto Velho declarou calamidade pública e, no dia 30 de março, o rio atingiu a cota máxima de 19,74 metros - 3,06 metros acima da cota de transbordamento. Em 04 de abril, devido ao agravamento da situação em todo o Estado, o governo também declarou

estado de calamidade pública, com apoio do governo federal. As regiões do Baixo, Médio e Alto Rio Madeira<sup>3</sup> foram intensamente atingidas pela inundação de várias cidades, distritos e comunidades, que desalojou e desabrigou cerca de 6 mil famílias em 11 municípios do Estado de Rondônia, alagando, inclusive, parte da BR-364, que provocou o isolamento do Estado do Acre (Governo do Estado de Rondônia, 2014; Controladoria Geral da União, 2014).

Somente no município de Porto Velho, foram desabrigadas e desalojadas 3.758 famílias, totalizando 9.309 pessoas atingidas. Muitas famílias que viviam integralmente da vida produtiva relacionada ao campo e à floresta perderam toda sua produção em virtude da inundação das áreas agricultáveis, com uma perda estimada em 2.215,5 toneladas de cultura de grãos e árvores frutíferas, afetando também as áreas de pesca e as áreas destinadas à pecuária. O município foi afetado em diversos setores, obtendo danos ao meio ambiente, em suas estruturas físicas e no campo econômico. Houve danos em casas de moradores da cidade e dos distritos, bem como em diversos prédios públicos, vias públicas e serviços essenciais (Controladoria Geral da União, 2014).

Segundo Lourenço (2015), o fenômeno da inundação é muitas vezes confundido com a cheia em regiões que já possuem essa cultura; porém, sinaliza a importância de sua diferenciação, uma vez que a inundação demonstra uma alteração no ambiente que pode gerar uma situação de crise. Ademais, se identificado previamente, pode contribuir para que ações específicas sejam realizadas pelos órgãos públicos e pela população em vista de minimizar os prejuízos e a vulnerabilidade social na região afetada.

Na América Latina, os órgãos de proteção nacional e defesa civil associam a inundação a um desastre natural, bem como outros episódios de caráter físico que causam danos coletivos (Valencio, 2014). No Brasil, por exemplo, a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) qualifica os desastres como naturais (de causas geológicas, hidrológicas, meteorológicas, climatológicas e biológicas) e tecnológicos (relacionado a substâncias radioativas, produtos perigosos, incêndios urbanos, obras civis, transporte de passageiros e cargas), sendo estas terminologias utilizadas para identificação, ação legal e registro histórico das ocorrências no país (Ministério da Integração Nacional, 2013).

---

3 Alto, Médio e Baixo Rio Madeira referem-se a regiões estabelecidas a partir do sentido da correnteza do Rio Madeira (da nascente até a foz), sendo o Alto Rio Madeira a região mais próxima da nascente e o Baixo Rio Madeira a região que está abaixo da cidade de Porto Velho, mais próxima da foz.

Por conseguinte, a inundação do rio Madeira foi correlacionada a um desastre natural pelos órgãos federais, devido a precipitações hidrológicas na região sudoeste da Amazônia, mais especificamente nas cabeceiras do Rio Beni, na Bolívia, e do Rio Madre de Dios, no Peru, que são os principais formadores do Rio Madeira (Controladoria Geral da União, 2014).

Entretanto, a partir de uma concepção sociológica da temática, constata-se que essa classificação é insuficiente para compreender os verdadeiros problemas socioambientais e os processos sócio históricos que desencadeiam a dinâmica dos desastres. Isso porque, parte-se do pressuposto de que os desastres não são um fato isolado que possui origem em forças naturais, mas são, de certo, historicamente construídos na relação da sociedade com o ambiente, sendo indissociáveis dos processos de desenvolvimento que ocorrem nos territórios (Valencio, 2014).

Pautando-se nessa perspectiva crítica em relação ao fenômeno, o pesquisador Philip Fearnside (2014) relata que a inundação do Rio Madeira foi provocada por um “evento meteorológico extremo” (p.56) sugestionado por mudanças climáticas de episódios que estão ocorrendo em todo o mundo, mas afirma que alguns dos impactos da inundação foram agravados pelas Usinas Hidrelétricas (UHEs) – Santo Antônio e Jirau – instaladas em seu curso.

Baseando-se em evidências anteriores, segundo o autor, a UHE Santo Antônio, por exemplo, provavelmente agravou a erosão da orla de Porto Velho em 2014, uma vez que, em 2012, após o início de sua operação, cerca de 300 casas foram atingidas por uma erosão súbita à beira do rio. Essa erosão se deu devido ao fato de que “a canalização de água pelo vertedouro<sup>4</sup> alterou a correnteza a jusante<sup>5</sup> da barragem, lançando mais água contra as áreas da cidade que ficam mais próximas do rio” (Fearnside, 2014, p.57). Para o autor, o reservatório da UHE, que inundou várias cachoeiras daquele trecho do Rio Madeira, fez com que a força da água na enchente de 2014 fosse agravada pela potência da vazão na queda única de grande dimensão da barragem, afetando assim as áreas à jusante. Isto é, a correnteza do rio que antes tinha diversas quedas na cachoeira de Santo Antônio, é atualmente controlada pelo escoamento de água da barragem.

Tais análises acerca dos impactos socioambientais causados pela enchente e pela ação das UHEs Santo Antônio e Jirau também foram reforçadas por pesquisadores do Projeto Nova

---

4 O vertedouro tem a função de descarregar toda a água não utilizada para geração de energia.

5 Jusante é o sentido da correnteza num curso de água (da nascente para a foz), abaixo da barragem.

Cartografia Social da Amazônia (PNCOSA)<sup>6</sup> do núcleo de Rondônia. A partir da coleta de depoimentos dos moradores das diversas comunidades atingidas e de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as análises indicaram que, somada aos impactos ambientais e sociais notáveis desde 2008 com a instalação das duas usinas, a intensificação das chuvas na época normal de cheia do Rio Madeira fez com que os reservatórios ultrapassassem suas cotas máximas, liberando e impedindo o escoamento de água relativo às necessidades de controle da UHE, fato que não teve comunicação e tampouco mediação (Caderno Nova Cartografia, 2014).

Esse diagnóstico é enfatizado na Ação Civil Pública (2014) realizada por uma articulação entre Ministério Público Federal e Estadual de Rondônia, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia, a Defensoria Pública da União e do Estado de Rondônia *contra* o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Energia Sustentável do Brasil (UHE Jirau) e a Santo Antônio Energia (UHE Santo Antônio). Nesse pedido de liminar, relatam que o “subdimensionamento das áreas dos reservatórios e os impactos dos empreendimentos” (p.5) haviam sido notificados em estudos realizados por consultores antes do licenciamento das obras. Dentre os impactos identificados, destacam-se: alterações do fluxo e nível de água do rio, com efeitos sobre a sedimentação na retenção de sólidos; perda da diversidade de peixes e áreas de desova; perda de ecossistemas de fauna; prejuízo em áreas de vegetação; aumento da incidência de malária; e mudança na qualidade de vida da população local, com modificações na organização social, política e produtiva (Switkes, 2008).

Análoga a essas apurações, uma pesquisa realizada na Vila de São Sebastião, localizada à jusante da UHE Santo Antônio, sinalizou alguns desses impactos que foram vivenciados pela comunidade desde a construção da barragem e agravados com a inundação do Rio Madeira em 2014: diversos danos físicos no território, transtornos econômicos para as famílias afetadas e sentimentos de ansiedade, preocupação, tristeza e estresse pela situação de perda e instabilidade (Rainey & Rainey, 2016).

De acordo com Valencio (2016), na ocorrência de desastres, os megaempreendimentos defendem seus interesses corporativos respaldando-se pelo argumento de que os impactos

---

6 O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCOSA) tem como “objetivo dar ensejo a auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia” (<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>).

sucedem por forças naturais e postergam ao máximo suas ações até que se esvaeça a visibilidade do ocorrido. Com a ausência de responsabilidades, as populações afetadas pelo desastre são as mais desfavorecidas perante suas perdas materiais e simbólicas.

Isso mostra que os desastres, além de resultarem de uma crise social associada a um acontecimento físico devastador que “*causam vítimas, perdas econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas*”, também fazem parte de conflitos socioambientais mais amplos e expõem as injustiças sociais que estão formadas no interior da sociedade (Quarantelli, 2015, p. 41; Valencio, 2014).

Nesse sentido, reduzir os desastres a fenômenos naturais somente fortalece que esses eventos continuem a ocorrer mais frequentemente sem a devida atenção para as ações que os provocam. O mesmo condiz em relação às mudanças climáticas, que no imaginário social vincula-se a um processo natural, aliado ao discurso dos desastres por precipitações e alterações naturais, porém é resultante da ação antrópica no meio ambiente, haja visto pelas altas emissões de gases estufa pelo desmatamento, por exemplo. As mudanças climáticas são ameaças formuladas pela própria sociedade, cujos danos são causados por nós a nós mesmos. É um desastre em escala global, que fará com que eventos extremos atuais sejam secundários. Em suma, nós mesmos produzimos nossa própria vulnerabilidade e a culpabilização da natureza, que nos integra (Valencio, 2009).

Logo, a possibilidade de ocorrência de fenômenos atmosféricos e biofísicos tidos como atípicos e adversos diz respeito à forma como a sociedade se organizou contemporânea e globalmente seus meios e modos de vida. Deve-se buscar explicações no seio da própria sociedade uma vez que a natureza não protagonizou uma hostilização deliberada ao processo organizador da sociedade no espaço e, ao contrário, há uma tessitura historicamente construída em relação às catástrofes anunciadas (Valencio, 2009, p. 20)

Diante disso, o olhar sob o impacto dos desastres na relação sujeito-ambiente precisa ser direcionado para a compreensão dialética dos processos locais e globais que incidem sobre o território e sobre os sujeitos, em suas histórias e aspirações. Ainda mais porque esses processos possuem uma dimensão sociopolítica, isto é, ocorrem em territórios mais vulneráveis, resultado de uma ocupação histórica que desfavorece certas populações e que contribui para que os desastres provoquem maiores danos nesses locais.

As vulnerabilidades a que essas populações estão expostas e que são intensificadas pelos desastres concernem a violação e a falta de acesso a direitos sociais básicos, como a



moradia digna, água potável, energia, acesso à saúde e à educação, entre outros. Para mais, a situação pode ser agravada quando há perdas de vidas e/ou perdas de seus territórios.

Com isso, adentramos aí na questão dos deslocados por desastres, um tema que está sendo discutido em consonância a qualificação global de “refugiados ambientais”. O termo refere-se a mobilidade de pessoas que foram obrigadas a deixar seus territórios de origem devido a alguma instabilidade ambiental que tenha impossibilitado a vida no lugar. Por se tratar de modo genérico a esses problemas ambientais e por haver pouca diferenciação na ação jurídica em relação aos refugiados políticos, com atenção voltada a mobilidade externa, há estudos no âmbito dos Direitos Humanos que defendem a utilização do termo “deslocados ambientais”. Essa mudança de terminologia é defendida no intuito de evidenciar as mobilidades internas dos deslocados por problemas ambientais, além de especificar as causas dessas migrações, como no caso dos deslocamentos que ocorrem devido a um desastre em seus territórios. Ademais, ter uma legislação específica a esses casos pode diminuir as violações que sucedem frequentemente com essas populações. (Vedovato, Franzolin & Roque, 2020).

Em consonância a discussão acerca da mobilidade interna devido aos problemas ambientais, há uma iniciativa do Norwegian Refugee Council (NRC)<sup>7</sup> que monitora e analisa os deslocamentos internos anualmente, contribuindo para diversas políticas públicas. Em relatório de 2023, o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)<sup>8</sup> apontou que o Brasil é o país com maior número de deslocados internos das Américas, evidenciando a importância de estudos direcionados às situações que forçam esses deslocamentos humanos e as consequências subjetivas e objetivas para as pessoas que vivenciam esse fenômeno.

No contexto da cheia do Rio Madeira, o evento provocou diversos danos e desabrigou muitas famílias, as quais receberam assistência da Defesa Civil, sendo alocadas em abrigos provisórios instalados em escolas do município de Porto Velho e escolas de distritos que não foram totalmente alagados. Houve, ainda, a construção de um abrigo único em um parque da cidade com a disponibilidade de barracas (Controladoria Geral da União, 2014), o qual se tornou um lugar bastante inóspito pelo excessivo calor que elas provocavam.

Em relação às famílias atingidas do Baixo Madeira, muitas se deslocaram até a cidade de Porto Velho, com ou sem ajuda da Defesa Civil, e instalaram-se em um dos abrigos ou em

---

7 Em português: Conselho Norueguês de Refugiados.

8 Em português: Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno.

casas de familiares. Outra opção foi o abrigo em escolas ou casas de familiares em comunidades que foram parcialmente alagadas, assim como houveram famílias que procuraram abrigo em terras mais altas, instalando-se por conta própria ou em barracas cedidas pela Defesa Civil. Este último foi o caso de famílias ribeirinhas da comunidade de Cavalcante, local em que foi realizada essa pesquisa, como já apresentado anteriormente.

Durante e após a inundação, muitas famílias de comunidades vizinhas foram viver nesse novo pedaço de terra e iniciaram outra estrutura organizacional de espaço, de relações e de direitos. Por ser uma terra mais alta e próxima de suas moradias, durante a enchente, as famílias que não quiseram ir para os alojamentos nas cidades ou para outras comunidades que não foram afetadas, decidiram se instalar nessa localidade com auxílio da Defesa Civil ou por conta própria. Após o período de cheia, almejaram voltar prontamente para suas localidades de moradia, porém, a inundação intensificou a erosão dos barrancos, destruiu diversas casas e áreas de plantio ou deixou um grande acúmulo de sedimentos, inviabilizando a moradia. Deste modo, muitas famílias permaneceram na nova localidade e exigiram sua regularização para moradia.

A comunidade de Cavalcante integrou, assim, o plano de reconstrução do Governo do Estado de Rondônia, sendo uma das localidades adquiridas pela Prefeitura de Porto Velho para abrigar permanentemente as famílias atingidas pela cheia. Foram 60 hectares adquiridos, distribuídos, *a priori*, entre 80 famílias que já ocupavam aquele território; porém, não houve uma divisão de lotes e a instalação de serviços de energia e água previstos no plano de ocupação. As famílias daquele território vivem até hoje em situação de abandono pelo Estado, somente com o reconhecimento de sua existência e com um auxílio mínimo aos direitos de saúde e de educação, vinculados ao distrito de São Carlos do Jamari.

Diante desse contexto, pode-se dizer que a situação de desastre prolonga-se até os dias atuais, já que a vulnerabilidade vivida por essas famílias, e tantas outras que vivem ao longo do rio Madeira, condizem com a situação adversa que a cheia histórica do Rio Madeira provocou em seus territórios, bem como em suas relações de permanência e subsistência com a terra e com o rio. Esse trabalho, portanto, irá destrinchar alguns dos processos vividos por essas famílias de Cavalcante em relação às transformações socioambientais que a enchente causou em seus espaços de vida e quais significados pertinentes ao (des)enraizamento surgiram ao analisá-los.

## 2) ENRAIZAMENTO E DESENRAIZAMENTO: Referencial teórico-conceitual

De acordo com Simone Weil (1996), o enraizamento é um conceito que diz respeito a uma necessidade vital do ser humano, demonstrando sua participação ativa e natural na existência de uma coletividade em que múltiplas raízes se consolidam com seu ambiente, cultura e modo de vida. São raízes de seu lugar de origem, de seu trabalho, de suas trocas naturais e vivências coletivas como meio, em que se preservam significantes do passado e se constroem presságios do futuro.

Segundo Weil (1996), as múltiplas raízes de que o ser humano precisa são recebidas, em seu meio natural e coletivo de existência, por meio de valores morais, intelectuais e espirituais. São essas múltiplas raízes que consolidam sua identidade e memória pessoal/coletiva junto de seu ambiente, além de sentimentos que envolvem a alegria, a esperança, a gratidão, a liberdade, a sabedoria, a participação e a ação de ser e estar no mundo. As trocas existentes entre meios muito diferentes, que não são menos importantes que o ambiente natural, são recebidas como estímulo, e não como uma importação. Essas trocas, que tornam a vida mais intensa, devem ser digeridas e vividas pelos sujeitos de maneira que fortaleçam e confirmem suas raízes. É o enraizamento baseado na afetividade das relações e dos encontros.

No que se refere à memória, Weil (1996) ensina que, das necessidades humanas que se vinculam ao enraizamento, não há outra tão fundamental como o passado. São os tesouros herdados do passado, digeridos e recriados por nós que nos dão a força de construir o futuro. Segundo Éclea Bosi (2000), é do vínculo com o passado que se torna possível extrair forças para a construção da identidade, a qual se mostra vital para a recriação e consolidação das raízes humanas. As mediações simbólicas do passado, que se colocam no presente sob a forma de expressões culturais, sustentam as identidades.

“A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca” (A. Bosi, 1992, p. 15). Nas comunidades tradicionais, a celebração do culto se caracteriza pelo alimento, pela música e pela dança, que traz ao povo sua felicidade e sua esperança e que são grandes princípios enraizadores. Incluem-se, também, o processo linguístico de diálogos, aclamações e fala coral. A música e a linguagem representam uma

ação viva ligada totalmente à natureza; as palavras foram sendo articuladas a partir dos sons e ritmos trazidos pelas águas, pelo vento, pelas matas e pelos animais (E. Bosi, 2000).

Na relação entre o passado e o presente, as expressões culturais se difundem e se recriam e, independentemente de sua raiz étnica ou de suas difusões, a classe popular se constitui como propulsora dessas formas culturais, que conjuram todas as suas simbologias e significantes (A. Bosi, 1992; E. Bosi, 2000).

O conceito de enraizamento é desenvolvido a partir da vivência com a condição operária, num momento de opressão social, antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

A autora via o enraizamento como um direito humano quase que esquecido pela humanidade, identificando várias forças e contextos que produziam o que ela denominou de desenraizamento. Para a autora, o desenraizamento ocorre nas conquistas coloniais e militares, situação em que se produz a permanência de um estranho no território que se conquista (Weil, 1996). Nesta permanência, as diferentes formas culturais defrontam-se e revelam-se mutuamente, expressando suas várias formas de existir. Essa convivência entre formas culturais distintas pode resultar em uma experiência de dominação de uma cultura sobre a outra. Nesse processo, a cultura dominada perde sua originalidade e se engaja em um modo de vida imposto pela cultura dominante, retratando-o ideologicamente como necessário e digno de almejar-se (E. Bosi, 2000).

Segundo Weil (1996), por exemplo, as populações exploradas no processo de colonização foram submetidas a um desenraizamento brutal de suas tradições e raízes culturais, ocasionando profundo sofrimento e danos muitas vezes irremediáveis. Em consequência disso, o desenraizamento se expande por inúmeras formas, ao longo da história, pelos próprios indivíduos e coletivos desenraizados, dentro e fora de si mesmos. A conquista colonial da América e a imigração, realizada por vários séculos, espalharam a doença do desenraizamento da qual os europeus brancos sofriam, difundindo-a por intermédio de sua influência dominante e violenta. “O desenraizamento, é evidentemente, a mais perigosa doença das sociedades humanas” (Weil, 1996, p. 415).

A dominação econômica também desencadeia a disseminação destrutiva da doença do desenraizamento sobre territórios e coletivos humanos. A instrução tecnicista e fragmentada, a destruição do passado e da história, o individualismo, e tantas outras formas que ignoram a naturalidade das trocas, dos valores, da memória, do conhecimento, dos sentimentos de

pertencimento coletivo, propagam igualmente o desenraizamento (Weil, 1996).

Os princípios do mercado e do capital se difundem, impondo padrões e valores para os mais diversos povos, independentemente de sua cultura. São princípios que se transformam progressivamente na desterritorialização, isto é, em novas formas de territorialização baseadas na produtividade, lucratividade, consumismo e tecnificação (Ianni, 2001). Desagregam todos os valores que foram construídos por uma práxis coletiva e solidária. Esvaziam toda significação humana de lembranças e aspirações, pois desconsideram aspectos essenciais do passado no presente, vislumbrando o futuro somente no sentido econômico e político de novos repertórios individuais (E. Bosi, 2000).

Para Ecléa Bosi, em alguns países, o desenraizamento de algumas populações foi tão devastador que uma longa tradição não foi suficiente para resgatá-las ao menos moralmente. A expansão da produção capitalista transformou todas as formas tradicionais de vida, recursos naturais e seres humanos em mercadoria. As pessoas que mantinham suas relações tradicionais comunitárias e seu vínculo originário com a natureza tornaram-se mão-de-obra do mercado numa lógica individualista e os valores religiosos, artísticos e morais transformaram-se em produto para o capitalismo (E. Bosi, 2000).

No caso brasileiro, Ecléa Bosi (2000) destaca a conquista sobre o campo que, por meio de empreendimentos agrícolas monocultores e pecuários, expulsa comunidades rurais inteiras de suas próprias terras, devastando as várias formas familiares de produção e gerando outros modos de relação com a terra. Para a autora, plantar e colher em terra própria reflete o efeito enraizador do ser humano. Terra é vida e produz alimentos; terra nos dá sustentação. O sistema econômico dominante, com seu efeito desenraizador, trata a terra como dinheiro, impõe às populações nativas e camponesas trabalhar sob o peso do escravismo continuado na roça ou nas cidades, impõe o deslocamento de suas terras, destruindo suas raízes.

Apesar da força de processos que promovem o desenraizamento, a dialética trazida pela interação entre os conceitos de enraizamento e desenraizamento, permite falar de processos psicossociais que não dissociam sujeito e ambiente. Desta forma, se a influência externa for imposta sem assimilação real dos sujeitos, o desenraizamento pode suceder como uma doença quase mortal para as populações submetidas. As múltiplas raízes se partem, suas tradições e costumes se desfazem dentro do ambiente e da cultura que lhe foram impostos (E. Bosi, 2000; Weil, 1996).

Por outro lado, este processo não ocorre de forma linear. Sabe-se que, diante do sofrimento da exploração, as formas de resistência também se pronunciam. A cultura popular, a religião, os ritos e músicas entoam a esperança do futuro em contínuo contato com o passado. Na política, as mobilizações e a organização coletiva também dão prova de resistências e de processos de recriação (E. Bosi, 2000).

Simone Weil (1996) alerta que a submissão pode ser intensa, porém sua insurreição pode ser ainda maior. De acordo com a autora, o sofrimento do desenraizamento pode ser encontrado nas reivindicações das classes oprimidas por terras, melhores salários e empregos, buscando-se a essência de suas raízes e os direitos que lhes foram retirados. Este sofrimento faz articular o indivíduo ao seu destino e a sua dimensão política, encontrando e criando, na estrutura social, laços comunitários e núcleos de resistência como uma forma presente de enraizar.

O processo de enraizamento requer participação e relacionamento, respeito à cultura, aos valores e ao passado. É o envolvimento do sujeito com o meio em que vive, constrói-se, com o que se faz, por onde anda, por onde e como vai. É ser, é estar e é sentir pertencente a um grupo e a um lugar. É um passado que se vive no presente e que se fortalece no futuro (Weil, 1996).

### **3) MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A PSICOLOGIA SOCIOAMBIENTAL: Fundamentação teórico-metodológica**

O conhecimento científico é regulado por diferentes paradigmas que estão em constante movimento para alcançar aquilo que se almeja conhecer. Em cada forma de conhecimento e opção metodológica deve haver coesão e articulação entre as bases epistemológicas, ontológicas e o método que conduzem a temática apresentada ou a problemática de investigação (Tassara & Ardans-Bonifácio, 2008).

Baseando-se nisso, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Socioambiental que embasam a concepção de conhecimento, de sujeito e o método dessa pesquisa, que propõe a investigação em torno da inter-relação sujeito-ambiente de uma comunidade ribeirinha diante do impacto de uma enchente e do deslocamento territorial. Outrossim, tais referenciais são essenciais para complementar a vertente teórico-conceitual do enraizamento que conduz nosso olhar ao objeto de estudo.

A concepção filosófica do materialismo histórico-dialético concebido por Karl Marx, influenciada e em diálogo com pensadores como Engels, Feuerbach e Hegel, refere-se a uma teoria social de caráter ideopolítico que visa a transformação da realidade social e que, até hoje, sustenta inúmeras teorias e práticas tanto no campo científico quanto no campo político. Seu estudo se consolida em uma visão crítica da realidade, que buscava compreender a sociedade burguesa em sua dinâmica e estrutura, sendo esta uma das bases para formulação de sua teoria e método de conhecimento (Netto, 2011).

O materialismo histórico-dialético parte do pressuposto filosófico de que a realidade já está dada e está em constante movimento contraditório. A realidade existe independente do pensamento do homem, determinando nossas ideias e, ao mesmo tempo, constitui-se por nossas ações no espaço e no tempo. Ou seja, essa realidade objetiva se configura por processos culturais e históricos presentes no meio e nas relações sociais. Portanto, a realidade material se inter-relaciona com o ser humano e ambos estão em constante mudança, que por sua vez se constituem por forças contrárias que geram ao mesmo tempo sua afirmação e negação (Souza Filho, 2003; Konder, 2008; Netto, 2011).

Essa linha de pensamento integra a Psicologia no que tange a área social e ambiental embasada em uma teoria crítica, na medida em que compreende a constituição da

subjetividade pela correlação ativa do sujeito com a realidade material e assume que há mutualidade entre a objetividade e a subjetividade. Seja pelo estudo da relação do sujeito com a sociedade ou da relação do sujeito com seu ambiente, a Psicologia Socioambiental concebe o ambiente, a vivência, a história, a cultura, as relações sociais e econômicas do sujeito como fundantes de sua subjetividade, e visa a transformação social (e ambiental) desde a relação e ação do sujeito na realidade objetiva.

Isto posto, de acordo com Tassara e Ardans-Bonifácio (2008), a Psicologia Socioambiental está situada em um campo interdisciplinar que parte da Psicologia Ambiental articulada com a Psicologia Social e outras áreas do conhecimento e busca compreender o sujeito, a sociedade e/ou o meio ambiente pelo “estudo de relações entre seres humanos e circunstâncias histórico-culturais que condicionam suas existências e são por elas condicionadas” (p. 128).

Remetendo-se também a principal base desse campo de conhecimento, a Psicologia Ambiental, Moser (2005) a delimita como o campo de “estudo das interrelações entre o indivíduo e seu ambiente físico e social, nas suas dimensões espaciais e temporais” (p. 281). Rabinovich (2005) complementa como sendo o estudo “do modo de ocupação, no tempo e no espaço, das trajetórias dos indivíduos no território, não esvaziando-o de sua especificidade cultural, mas inscrevendo-o em sua geografia e história” (p. 125).

Deste modo, pode-se dizer que os processos psicossociais do sujeito implicado no espaço-tempo são estabelecidos nos modos como o sujeito percebe o ambiente, que se constroem mutuamente, a partir de seu movimento histórico, cultural e territorial (Tassara & Rabinovich, 2003). Ou seja, suas vivências, experiências, emoções e formas de se relacionar são co-construídas nas relações humanas e ambientais, que possuem uma história situada em diferentes períodos, de ações e práticas centradas na relação com seu território, com uma organização espacial própria.

A visão de espaço que se alia a esse referencial é a de Milton Santos (2014), que o compreende como o conjunto indissociável, e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, de elementos materiais ou não, entre os quais existe uma relação. Esses objetos podem ser naturais ou técnicos, dado que os objetos técnicos constituem-se em elementos artificiais, criados pelo homem, como: hidroelétricas, fábricas, portos, estradas, etc. E as ações referem-se ao meio social, aos atos, forças e gestos do homem. Destarte, tais



sistemas estão em constante interação, já que os sistemas de objetos regulam a forma como se dão as ações e o sistema de ações criam novos objetos ou se satisfazem com os já existentes.

O espaço é também visto como indissociável do tempo, sendo o lugar de encontro entre o passado, presente e o futuro. O espaço é traçado pela história individual e coletiva do território, intercedido pelas relações que se concretizam entre pessoas e o meio, que dão significados e sentidos no presente para construir um futuro (Campos, 2008). Logo, é possível compreender a relação sujeito-espaço por meio de suas atividades práticas e de suas relações humanas, na conexão entre formas, processos e conteúdos inscritos no território, uma vez que o sujeito constrói seu contexto e é por ele construído. Essa relação se configura ainda pela dialética entre o global e o local, já que o sujeito está inserido em processos globais que incidem sobre os processos locais sendo mediados pelo espaço (Silva, 2017).

Na dinâmica do espaço, pode-se dizer que há forças descontínuas, que atuam separando e interligando pontos no espaço global: as horizontalidades e as verticalidades. As primeiras referem-se a forças que se agregam sem descontinuidade, em uma função de coesão territorial, constituindo o espaço de vida, o tempo lento dos que ali habitam, o espaço que desenvolve uma contra-racionalidade, ou seja, que não segue o padrão da racionalidade dominante da sociedade. As segundas referem-se a forças que separam pontos um dos outros, em uma função de fragmentação, que asseguram o funcionamento global da sociedade e de sua economia, o modelo hegemônico (Campos, 2008; Santos, 2014; Silva, 2017).

Para apreender os significados desse conjunto de forças, o olhar e a análise a partir de diferentes escalas que se concretizam em dado território podem contribuir e elucidar a relação entre indivíduo e mundo. A noção de escala nos permite situar esse sujeito em suas dinâmicas espaciais e temporais, do movimento dialético entre o local e o global (Silva, 2017).

Segundo Milton Santos (2014), a totalidade forma uma unidade, um conjunto de coisas e de pessoas, de um todo. Mas não é somente um todo de soma das partes, pois as partes não conseguem explicar esse todo; contudo, a totalidade pode explicar as partes. Há ainda diferentes totalidades que são “unidade” ao mesmo tempo em que são “partes” de um todo, que se relacionam. Por isso, o autor diz que a escala pode ser aplicada a partir do entendimento da “origem”, cuja sua incidência pode se dar em diferentes lugares, próximos ou longínquos; e sobre seu impacto ou realização, que condiz com a objetividade da escala em si, de diferentes eventos que são sobrepostos em uma área em comum.

Quer dizer, esse sujeito, inserido em um conjunto de sistemas de objetos e ações (espaço) que é permeado por ideias, princípios e relações que significados co-constituídos pelo território em diferentes períodos (tempo), é atravessado tanto por elementos de ordem micro quanto elementos de ordem macro. Os fenômenos psicossociais, os modos de pensar, sentir e agir são mediados pela realidade material e social, configurados no indivíduo e no espaço por meio de um conjunto de forças de aspectos gerais e específicos, em nível mundial, no nível dos territórios e no nível local (Campos, 2008; Santos, 2014; Silva, 2017).

Para aprofundar nessa discussão, vale destacar as articulações entre totalidade, contradição e mediação, sendo três categorias que fundamentam a elaboração teórico-metodológica do materialismo-histórico pautado na dialética. A realidade concreta é uma totalidade concreta, macroscópica, de máxima complexidade, formada por múltiplas totalidades de menor complexidade. A totalidade é também dinâmica, composta pelo movimento contraditório de todas as totalidades que a constituem. As contradições não são determinadas e referem-se ao movimento das forças internas contrárias que dependem da estrutura de cada totalidade, que são mediadas pelas relações entre as totalidades (Konder, 2008; Netto, 2011).

Essa totalidade formada por contradições e mediações envolve a universalidade, a singularidade e a particularidade que ganham novos significados diante da realidade social (Netto, 2011; Souza Filho, 2003). A singularidade condiz a um fenômeno empírico específico, inscrita no plano da aparência, que contém em si determinações universais, de leis gerais. Para desvelar como a universalidade se materializa na singularidade, é preciso captar a essência do real por um processo de abstração que só pode ser realizado pelo movimento do pensamento que busca superar a aparência do fenômeno. Nesse fluxo, o particular refere-se à mediação entre o singular e o universal, dos quais são indissociáveis e constituem uma unidade contraditória. O particular se expressa na universalidade e condiciona o modo de ser do singular (Pasqualini & Martins, 2015).

Para Silva (2017), esse olhar singular-particular-universal é de grande relevância para a Psicologia na medida em que se considera inseparáveis a totalidade do espaço, os fragmentos geográficos e a ação dos sujeitos. Em congruência, Pasqualini e Martins (2015) estimam que, ao incorporar esse pensamento na Psicologia e compreender a produção das subjetividades pela universalidade e singularidade, sendo mediada pela particularidade, a

visão dicotômica entre indivíduo e sociedade ou entre indivíduo e ambiente possa ser superada. Isso porque, a contribuição dessa metodologia auxilia na captação dos fenômenos psicossociais em sua essência, em seu processo e em sua totalidade, “como sínteses de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico e que se formam e se transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza” (p. 362).

Além disso, Tassara e Ardans-Bonifácio (2008) sinalizam que, ao compreender o sujeito inserido em um campo socioambiental complexo, de diferentes problemáticas sociais e ambientais inscritas na dialética entre local e global, a construção do conhecimento em Psicologia Socioambiental deve ser pautada na inter-relação entre a pesquisa e a prática, que por sua vez, deve pressupor uma ação democrática comprometida com a transformação social.

Em Marx, o conhecimento é a reprodução e interpretação do movimento real do objeto no pensamento. É revelar suas conexões internas, suas contradições e processos. É apreender a realidade concreta e reproduzi-la como realidade concreta pensada. Pode-se dizer, assim, que teoria e método são indissociáveis, pois o método propicia o conhecimento teórico que se torna uma instância de verificação de sua verdade, com um embasamento crítico e ativo que, por conseguinte, sustenta sua verificação efetiva na prática social e histórica. Isso é o que se denomina de práxis, que demonstra a verdade pelo conhecimento em sua relação com a prática (Souza Filho, 2003; Netto, 2011).

Tais reflexões teórico-metodológicas se complementam e elucidam a este trabalho que a realidade concreta e o sujeito concreto são indissociáveis, constituintes de um processo histórico e de um movimento contraditório de suas estruturas totalizantes (Silva, 2017; Pasqualini & Martins, 2015). Esclarecem ainda que o ambiente, traçado pela organização humana em um espaço total, que envolve fragmentos territoriais, é socioambiente na medida em que aspectos sociais, históricos e culturais circundam a análise da problemática específica de sua inter-relação entre as forças locais e forças globais, e seus limites técnicos, políticos e geopolíticos (Tassara & Ardans-Bonifácio, 2008). E isso nos desafia a buscar a essência e as contradições da inter-relação sujeito e ambiente ou sujeito-espaço, por meio de uma práxis comprometida com a transformação social.

#### **4) PERCURSO METODOLÓGICO DE INSERÇÃO NO TERRITÓRIO**

Partindo da Psicologia Socioambiental, que possui bases teórico-metodológicas que evidenciam a unicidade da relação sujeito-espço, o presente trabalho se ancora, ainda, na perspectiva metodológica de uma “Psicologia Territorializada”, isto é, uma Psicologia que caminha no território junto aos sujeitos do lugar, utilizando-se de procedimentos e instrumentos que promovem a relação do/a pesquisador/a ou psicólogo/a com o território e que mobilizam os sentidos e significados nos sujeitos do território (Silva et. al., 2021). Essa inserção territorializada requer:

deslocar-se para o e no território; conversar e fazer junto com os sujeitos do território; dedicar tempo às pessoas; observar as atividades e os tempos; conhecer as estruturas de serviços e os equipamentos públicos e privados; conhecer como se movem e como se fixam os sujeitos no lugar; ver e partilhar o espaço em movimento e em uso; enfim, implicar-se e descrever/sentir o espaço em seus sistemas de objetos e sistemas de ações (Silva et. al., 2021, p. 87)

Baseando-se nessa perspectiva foi que se construiu (a) os procedimentos e instrumentos metodológicos desse estudo, do qual foi revisado junto aos sujeitos do território no decorrer da pesquisa; (b) a forma de análise dos resultados, que buscou evidenciar os diferentes movimentos *no* e *do* território e os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos em relação aos objetivos desse trabalho; (c) articular as bases qualitativas de pesquisa condizentes ao campo socioambiental e ao trabalho com comunidades; (d) e os princípios éticos em relação ao objeto de estudo.

##### **4.1. A pesquisa socioambiental qualitativa**

De acordo com a visão teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, o papel do/a pesquisador/a deve ser de uma ação ativa que busca ir além da aparência (nível de realidade) por meio da abstração (análise) para alcançar sua essência (sua estrutura e dinâmica). Deve-se ainda ser fiel ao objeto de estudo, que o conduz em seus procedimentos e instrumentos de pesquisa. O método é uma perspectiva que coloca pesquisador/a e o objeto (o problema) em constante relação de análise para extração de suas múltiplas determinações, ou seja, seus elementos constitutivos (Netto, 2011).

Diante disso, a abordagem utilizada nessa pesquisa é de cunho qualitativo e explora o

fenômeno ou processo a partir dos significados, símbolos, relações, aspirações, crenças, valores e atitudes implicados na realidade sócio histórica vivida e partilhada pelos sujeitos envolvidos. A questão social possui um dinamismo e uma especificidade histórica, pois a sociedade humana se constrói e se organiza em um determinado espaço, vivendo o presente marcado pelo passado e, a partir disto constrói seu futuro, pautando-se na “dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo” (Minayo, 2009, p.12).

Alinhado a esse prisma, mas principalmente considerando a realidade em que essa pesquisa se incorpora em todas as suas nuances, isto é, a realidade amazônica, englobando as comunidades ribeirinhas e partindo de um problema sociopolítico e socioambiental relacionado à questão territorial, esse trabalho tem como base metodológica a pesquisa participante, da qual defende a não neutralidade no desenvolvimento da pesquisa (Demo, 1995; Calegare, Higuchi & Forsberg, 2013).

Em vista de sua base dialética histórico-estrutural, a investigação compromete-se com uma dimensão metodológica de qualidade formal e política, defendendo que o conhecimento científico e o saber popular são complementares. Pesquisador e participantes da pesquisa se educam e se organizam, sendo ambos agentes e produtores de conhecimento da ação coletiva, que condiz ao pressuposto da Psicologia Socioambiental de uma pesquisa comprometida com a transformação social. Evidencia-se que essa participação dos sujeitos pode ser considerada também na qualidade de informantes ou interlocutores, já que sem essa relação não há produção científica possível (Demo, 1995; Brandão, 1999; Calegare, Higuchi & Forsberg, 2013; Tassara & Ardans-Bonifácio, 2008).

Essa compreensão de pesquisa possui grande relevância diante do trabalho com comunidades, já que se trata de um compromisso ético-político que se inicia logo na escolha da temática e do contexto a ser pesquisado. Além disso, durante o trabalho de campo, há uma imersão cotidiana, e essa relação diária implica em uma construção coletiva, tanto pela vivência e conversas realizadas quanto pelas expectativas e fantasias criadas na presença e na relação ativa do pesquisador em campo (Calegare, Higuchi & Forsberg, 2013).

Dentro desse parâmetro, em confluência ao contexto socioambiental que se insere, este trabalho busca ainda conciliar diferentes procedimentos e instrumentos em seu desenho metodológico para auxiliar no desafio de captar a essência e as contradições aludidas na realidade objetiva e subjetiva que compõem o estudo. Calegare, Higuchi e Forsberg (2013)

salientam que suas experiências em pesquisas realizadas no contexto amazônico lhes ensinaram que a utilização de diferentes métodos, provenientes de diferentes disciplinas, tornam-se mais adequadas e eficientes para o estudo junto às comunidades ribeirinhas amazônicas.

Isso se alinha ao método da “Leitura Socioambiental”, que propõe a construção do percurso metodológico a partir de duas dimensões: diacrônica e sincrônica. A dimensão diacrônica busca compreender a história dos sujeitos, do território e da problemática a ser estudada; e a dimensão sincrônica adentra nos diversos elementos materiais e simbólicos presentes no momento da inserção no território, levantando aspectos da paisagem e do espaço. É um método que auxilia na escolha dos instrumentos a serem utilizados e na aproximação de análise do objeto de estudo em referência à perspectiva da Psicologia Territorializada e Socioambiental (Silva et. al., 2021), o que concilia ao objetivo central desta pesquisa de buscar compreender o processo de (des)enraizamento dos indivíduos relacionado às transformações em seu socioambiente.

#### **4.2. As idas a campo**

Foram realizadas duas idas a campo no ano de 2019, no mês de abril e no mês de agosto, considerando as diferentes relações sujeito-ambiente nessas épocas do ano diante do ciclo de cheias e estiagem do rio.

A primeira ida a campo foi realizada no mês de abril com uma imersão de 15 dias no período final da cheia do Rio Madeira, momento em que as chuvas não são tão frequentes, facilitando minha mobilidade em campo. Mesmo indo ao final deste período, foi possível observar algumas relações que os sujeitos estabelecem com seu território na estação de inverno, forma como eles atribuem esse período de chuvas e cheia na região. Nesse primeiro momento da pesquisa, fiquei abrigada na casa de Niara(c/m), uma das participantes da pesquisa, que já conhecia anteriormente pelas reuniões do Conselho da Gestão Integrada Cuniã-Jacundá.

A segunda ida a campo foi realizada durante o mês de agosto e os primeiros dias de setembro, contribuindo nos primeiros cinco dias com uma atuação do NAPRA que foi organizada a partir de minha primeira imersão em campo e que, naquele momento, estava há

três dias em andamento na localidade. Nessa ida a campo, realizei uma imersão de 32 dias, sendo 24 dias na comunidade de Cavalcante e os outros 8 dias foram momentos que transitei com pessoas da comunidade em outros espaços: 2 dias em Nazaré, devido a Festa da Melancia; 3 dias em Porto Velho - indo com eles à Feira da Agricultura Familiar Sabores do Norte, promovida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Estado de Rondônia, que alguns deles participam semanalmente ou quinzenalmente; e nos últimos 3 dias em campo fui ao IV Encontro de Mulheres Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira com Lauane (c/m) e suas filhas.

Durante esse mês de imersão, pude transitar com eles por outros espaços de vida e observar outras formas de relação com seu ambiente, que estava mais voltada para o trabalho com a terra da produção agrícola, devido ao período de seca, estação de verão, forma como atribuem essa temporada de estiagem do rio e pouca chuva na região. Nesse segundo momento, fiquei abrigada nas dependências da igreja, junto à equipe do NAPRA nos primeiros dias, e posteriormente, na casa de Lauane (c/m), uma vez que tivemos uma boa relação em minha primeira ida a campo.

Como sinalizado por Calegare, Higuchi e Forsberg (2013), a realidade amazônica nos desafia a criar uma abertura metodológica, isto é, estar atentos e acessíveis às situações diversas que podem surgir nas idas a campo e que podem não condizer com os momentos pré-estabelecidos pela pesquisa. Deve-se estar sensível e predisposto ao contexto sociocultural e ao tempo comunitário dessa realidade. De acordo com os autores, alinhada à perspectiva de uma pesquisa participante, a construção do conhecimento acontece a todo o momento na interação entre pesquisador-pesquisado e nas vivências práticas com a comunidade, em que a compreensão teórica vai se delineando antes, durante e após o trabalho em campo.

Nesse sentido, mesmo conhecendo a região em que a pesquisa está inserida, busquei sempre estar atenta às particularidades socioculturais do contexto local, ao tempo comunitário e às diferentes situações que podiam suceder no contato e na vivência com os comunitários. Sempre aprendi e conheci algo novo nessa relação, a cada ida para a Amazônia e para as comunidades. Tanto na atuação quanto na pesquisa, foi necessária uma grande sensibilidade nos contatos e na imersão em campo, incluindo a questão do uso dos instrumentos e procedimentos.

### **4.3. Procedimentos e Instrumentos de pesquisa**

#### **Contato Inicial e Visitas Domiciliares**

O contato inicial foi realizado por telefone e redes sociais, no segundo semestre de 2018, com quatro pessoas, duas das quais já conhecia pessoalmente. Mesmo com esses contatos, eles mostraram-se mais efetivos após a chegada em Porto Velho, já que os possíveis participantes preferiam conversar pessoalmente sobre a pesquisa.

Na minha primeira semana em Porto Velho, consegui encontrar as duas pessoas que já conhecia na segunda semana, fui até a comunidade com uma delas. Conversei com outra pessoa da comunidade por telefone, que também me ofereceu possibilidade de estadia em Cavalcante, porém ela estava em Porto Velho para tratamento de saúde e somente retornaria à comunidade em maio.

Na comunidade, fui recebida por Niara (c/m) e sua família e, além disso, ela me acompanhou nas visitas domiciliares para me apresentar e falar de minha pesquisa. Realizamos as visitas juntas nos dois primeiros dias, e em seguida realizei as visitas sozinha, já que ela teve que retornar à Porto Velho. As visitas que realizei com ela foram mais longas e majoritariamente nas casas de famílias que se deslocaram da comunidade de Curicacas, já que era sua comunidade de origem. Nesses momentos, ela aproveitou para convidar algumas famílias a participar na Feira da Agricultura Familiar Sabores do Norte, promovida pela EMATER, e que iria iniciar naquela semana em Porto Velho..

Esse contato inicial e visitas domiciliares foram fundamentais, pois proporcionaram muitas conversas e construção de vínculos. É necessário dizer que não consegui realizar visitas em todas as casas, pois em algumas não havia pessoas quando passei e em outras não consegui chegar sozinha. Nas visitas que fiz, abordei a possibilidade de realizar uma reunião comunitária para expor os detalhes da pesquisa em grupo, porém algumas famílias não acharam que seria necessário. De qualquer maneira, como já tinha essa proposta e como algumas famílias avaliaram como importante realizá-la, a reunião foi marcada para um domingo, dia em que a maioria estaria mais disponível para isso.

Na segunda ida a campo, consegui fazer visitas em outras casas, que agregaram a totalidade dessa pesquisa. Nos primeiros dias, realizei junto ao NAPRA as visitas que integravam o diagnóstico socioambiental proposto pela equipe, aproveitando o momento para falar de minha pesquisa em casas que não havia ido anteriormente. Além das visitas,



realizamos algumas ações com um grupo de mulheres e com crianças, momentos que favoreceram a construção de vínculo com outras pessoas da comunidade.

### **Reunião Comunitária**

No contato inicial da primeira ida a campo, durante as visitas e conversas realizadas, foi marcada uma reunião comunitária para explicação mais aberta dos motivos de pesquisa, motivos de escolha daquela localidade, apresentação da temática, apresentação dos aspectos éticos e metodológicos envolvidos durante o processo, além de dirimir dúvidas em relação ao estudo e minha presença na comunidade como pesquisadora. Sendo assim, a reunião foi marcada para um domingo, dia em que as famílias tinham mais disponibilidade, sendo o quinto dia de minha estadia na localidade. A reunião, que durou cerca de 1 hora e meia, foi realizada em um dos espaços de sinuca da comunidade, um espaço aberto próximo ao porto principal.

Durante a reunião, alguns líderes que estavam presentes aproveitaram o momento para falar de outros assuntos, como a questão do loteamento da terra, os principais problemas que enfrentavam em relação à estrutura da comunidade e a proposição de uma possível reivindicação na Prefeitura Municipal acerca do loteamento e postes de energia.

Visualizava essa etapa como essencial para o consentimento de pesquisa pela comunidade, dando relevância ao contexto comunitário que situava a pesquisa e à coletividade que sofreu o deslocamento territorial. Entretanto, cerca de 20 a 30 pessoas foram nessa reunião, sendo em sua maioria pessoas que já havia conversado mais vezes nos dias anteriores. Mesmo com baixa adesão, o acontecimento desse momento foi de extrema importância para evidenciar os princípios éticos de pesquisa comunitária e da inserção coletiva nesse processo.

Na segunda ida a campo, tivemos um momento coletivo junto à equipe do NAPRA, em que passamos um documentário sobre a organização e que teve grande adesão da comunidade. Após a exibição do documentário, houve uma conversa sobre nossa estadia e possíveis ações conjuntas, obtendo abertura para falar de minha pesquisa e de minha presença na comunidade nos próximos dias.

### **Observação Participante**

Esta etapa foi realizada nas duas idas a campo, ao longo de toda minha estadia na comunidade, a partir da vivência e relação estabelecida com os moradores. O propósito foi realizar esta etapa concomitantemente às outras etapas e procedimentos.

Segundo Minayo (2009), a observação participante possibilita captar uma gama de situações ou fenômenos que não são possíveis apreender por meio de perguntas, transmitindo inúmeros aspectos pertinentes à cultura dos sujeitos. Há uma relação direta da pesquisadora com os interlocutores em seu espaço social, participando ativamente, na medida do possível, da dinâmica cotidiana da vida comunitária.

Essa etapa foi fundamental para possibilitar a participação dos sujeitos nas etapas seguintes e para aprofundar nas dimensões diacrônica e sincrônica propostas pelo método da Leitura Socioambiental, já que a realização de conversas informais e espontâneas que ocorreram nos espaços de diálogo e convivência puderam contribuir na apreensão das experiências cotidianas, da memória dos aspectos socioambientais relacionados ao problema de pesquisa e à história dos sujeitos e do território. Contribuiu também para captar os elementos do contexto referentes à paisagem e ao espaço, como as moradias, a distribuição espacial das famílias, os serviços de comércio e políticas públicas, locais de lazer e de trabalho, problemáticas estruturais e não-estruturais mobilidade no território, entre outros elementos que se inter cruzam com o processo de (des) enraizamento dos sujeitos *no* e *do* território.

Para registro das impressões, informações, trocas, conversas, histórias, momentos, aspectos da paisagem e sentimentos envolvidos nas vivências com os sujeitos e com a comunidade, foi utilizado o diário de campo.

Vale salientar, que a vivência na comunidade foi mais ativa na parte em que havia mais famílias oriundas da comunidade de Curicacas, especialmente na primeira ida a campo, pelo fato de minha estadia ter sido nas casas de Niara (c/m) e Lauane (c/m) que são pessoas provenientes dessa comunidade citada. Ao perceber que tive essa relação mais próxima à eles no primeiro campo de pesquisa, busquei transitar mais pelos espaços que se alocavam as famílias provenientes de Terra Caída e outras comunidades durante minha estadia no segundo momento da pesquisa de campo.

Entendida como um momento de interação na vida cotidiana da comunidade, a observação participante foi o instrumento que mais trouxe elementos para compreender a inter-relação sujeito-espço, já que pude vivenciar com as pessoas seus momentos de trabalho e de ócio, em diferentes lugares e situações.

### **Entrevista semi-estruturada**

De acordo com Minayo (2009), nessa técnica de entrevista o pesquisador possui um roteiro preestabelecido de perguntas e/ou temáticas, o qual pode ser alterado durante o diálogo com os participantes. Nas entrevistas realizadas, os sujeitos foram convidados a falar livremente e as perguntas foram feitas para explorar determinados aspectos, ampliar o campo de informações trazidas, dinamizar a produção da fala e buscar maior profundidade às reflexões feitas pelo/a participante.

Esta etapa teve como finalidade ser um momento de comunicação verbal individual para registro e aprofundamento de informações pertinentes ao objeto de estudo. As temáticas que conduziram a conversa abordaram aspectos relativos ao passado, ao presente e ao futuro dos sujeitos, vinculados aos objetivos de pesquisa e à perspectiva teórica do processo de (des)enraizamento que se baseia nas relações culturais e sócio-históricas dos sujeitos com o meio, a partir de sua vivência individual e coletiva, significantes do passado e as construções que estabelecem para seu futuro (Weil, 1996).

A entrevista foi dividida em cinco blocos temáticos de interesse: (1) História de vida – a inter-relação com a região e com a comunidade que vivia antes; (2) Enchente de 2014 – como foi essa vivência e os efeitos individuais (para o sujeito) e coletivos (para sua comunidade); (3) Processo de deslocamento para a comunidade de Cavalcante – quais foram as mudanças, sentimentos e articulações ocorridas durante o deslocamento; (4) Vivência atual na comunidade – a inter-relação atual com o ambiente, sentimentos e articulações nesse novo espaço; (5) Perspectivas futuras – pretensões e estratégias pessoais e coletivas no enfrentamento da situação vivida (Vide roteiro de entrevista no Apêndice B).

Na aproximação ao campo de pesquisa, durante as visitas domiciliares, na apresentação do trabalho e outras conversas, as pessoas foram convidadas a participar da entrevista e poucas mostraram interesse, pois havia certa desconfiança ou vergonha de início. Notou-se que, ao longo de minha convivência na comunidade, algumas pessoas foram

demonstrando interesse em participar, e outras notificaram que não queriam falar sobre o processo vivido no desastre da cheia de 2014.

Foram realizadas 11 entrevistas, não havendo a equivalência entre homens e mulheres de cada localidade e tampouco a diversidade de lideranças e ocupações. Das 11 entrevistas realizadas, cinco foram feitas com antigos/as moradores/as de Curicacas, sendo quatro mulheres e um homem; cinco foram feitas com antigos moradores de Terra Caída, sendo todos homens; e, por fim, uma entrevista, realizada na segunda ida a campo, com antiga moradora da Ilha de Iracema, da comunidade de Santa Catarina.

*Tabela 1: Quadro com origem, nome, idade, local, tempo e data da entrevista*

| <b>Comunidade de Origem</b>   | <b>Nome Fictício</b> | <b>Idade*</b> | <b>Local da entrevista</b> | <b>Tempo de entrevista</b> | <b>Data da entrevista</b> |
|---|----------------------|---------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| <b>Curicacas</b>  | Moema                | 52 anos       | Beira do Rio               | 45m48s                     | 16/04/19                  |
|   | Iracema              | 50 anos       | Beira do Rio               | 50m41s**                   | 16/04/19                  |
|   | Jandir               | 65 anos       | Casa                       | 2h00m31s                   | 17/04/19                  |
|   | Lauane               | 40 anos       | Em frente à sua casa       | 31m01s                     | 22/04/19                  |
|   | Niara                | 49 anos       | Porto Velho                | 11m35s + 16m52s            | 29/04/19                  |
| <b>Terra Caída</b>  | Raoni                | 64 anos       | Casa                       | 34m57s                     | 16/04/19                  |
|   | Guaraci              | 44 anos       | Casa                       | 1h01m34s                   | 17/04/19                  |
|   | Mair                 | 76 anos       | Casa                       | 1h12m16s                   | 18/04/19                  |
|   | Ubiratã              | 65 anos       | Beira do Rio               | 39m26s                     | 19/04/19                  |
|   | Moacir               | 73 anos       | Casa                       | 21m40s                     | 22/04/19                  |
| <b>Santa Catarina</b>   | Jarina               | 49 anos       | Casa                       | 20m11s                     |                           |
| (*) Idade que tinham no momento que foi realizada a entrevista.                         |                      |               |                            |                            |                           |
| (**) Moema participou junto da entrevista de Iracema, tendo diversas falas em conjunto. |                      |               |                            |                            |                           |

*(Elaborada pela autora)*

Apesar de vários serem familiares entre si, próximos ou distantes, já que a constituição dessas comunidades envolve inclusive casamentos entre primos, dos entrevistados de Terra Caída, três deles são parentes bem próximos – Moacir é irmão de Raoni e pai de Guaraci –, o que desfavoreceu a diversidade proposta, mas pôde trazer conteúdos complementares.

Todos/as os/as entrevistados/as são ou já foram agricultores, alguns/as pescadores/as e extrativistas, sendo que sete são atualmente aposentados/as: duas aposentadas por invalidez, devido a problemas de saúde, e cinco aposentados por tempo de trabalho ou idade. Todos/as aposentados/as seguem pescando ou plantando, sendo um trabalho que integra a relação que

estabelecem com o ambiente cotidianamente, porém somente quatro deles que seguem com trabalho mais ativo na agricultura, pesca ou extrativismo.

Referente ao engajamento em organizações sociais locais, uma das entrevistadas era presidente da Associação de Moradores e Produtores de Curicacas, sendo uma forte liderança da localidade; e quatro entrevistados compõem a diretoria atual da Associação de Moradores e Produtores de Cavalcante, sendo que um deles é o vice-presidente.

Na tabela abaixo é possível visualizar a ocupação de cada entrevistada/o, segundo sua própria descrição na entrevista.

*Tabela 2: Quadro com origem, nome e ocupações dos/as entrevistados/as*

| Comunidade de Origem   | Nome Fictício | Agricultor/a | Pescador/a | Extrativista | Dona de Casa | Aposentado/a | Vinculados/as à Associação |
|--|---------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|----------------------------|
| <b>Curicacas</b>   | Moema         |              |            |              | x            | x *          |                            |
|  | Iracema       |              |            |              | x            | x *          |                            |
|  | Jandir        | x            | x          | x            |              | x            |                            |
|  | Lauane        | x            |            |              | x            |              | x                          |
|  | Niara         | x            | x          |              |              |              | x**                        |
| <b>Terra Caída</b>   | Raoni         | x            | x          |              |              | x            | x                          |
|  | Guaraci       | x            | x          |              |              |              | x                          |
|  | Mair          | x            | x          |              |              | x            |                            |
|  | Ubiratã       | x            |            | x            |              | x            | x***                       |
|  | Moacir        |              |            |              |              | x            |                            |
| <b>Santa Catarina</b>  | Jarina        | x            | x          | x            | x            |              |                            |
| (*) Aposentadas por invalidez<br>(**) Ex-Presidente da Associação de sua comunidade de origem: Curicacas<br>(***) Vice-Presidente da Associação de Cavalcante (na época da entrevista) |               |              |            |              |              |              |                            |

*(Elaborada pela autora)*

Para identificação dos participantes ao longo do texto, optou-se por utilizar um nome fictício (como já sinalizado nas tabelas 1 e 2) e na frente do nome foi identificado entre parênteses a inicial da comunidade de origem com o gênero do participante. Portanto, para as pessoas provenientes de Curicacas foi utilizada a letra (c), as provenientes de Terra Caída a letra (t) e a participante proveniente de Ilha de Iracema da comunidade de Santa Catarina a letra (s), compondo-as em conjunto as letras (m) de mulher ou a letra (h) de homem. As minhas falas foram identificadas por inicial de meu nome, seguido da letra (p) de pesquisadora.

Na realização das entrevistas, foi apresentado, lido e entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), contendo todas as informações relativas aos objetivos, justificativa e procedimentos da pesquisa, assim como os aspectos éticos implicados durante o desenvolvimento da coleta de dados e análise do material. Foi utilizado o gravador de áudio, de acordo com o consentimento dos participantes, garantindo a fidedignidade das informações trazidas pelos sujeitos na transcrição e análise do material.

Na apresentação dos resultados, irão surgir nomes de outras pessoas que integraram minha vivência em campo, a partir de conversas ou outras atividades de trabalho, ócio ou percursos da pesquisa, assim como nomes citados durante as entrevistas pelos/as participantes. A citação desses nomes ao longo do texto obteve-se a mesma lógica de identificação dos/as entrevistados/as. Apresento na tabela abaixo os nomes fictícios que aparecerão ao longo do texto e as relações, espaços ou atividades que essas pessoas integraram durante minha inserção em campo.

*Tabela 3: Quadro com origem, nome, relações, espaços percorridos ou especificidades de nomes que aparecem durante a apresentação dos resultados*

| <b>Localidade de origem</b> | <b>Nome fictício</b> | <b>Relações, espaços percorridos ou citações</b>   |
|-----------------------------|----------------------|--|
| <b>Curicacas</b>            | Ubirajara            | Marido de Lauane<br>Convivemos, especialmente, durante minha estadia em sua casa no segundo campo de pesquisa e realizamos diversos percursos pela comunidade e outros espaços de trabalho |
|                             | Cauã                 | Filho de Niara<br>Realizou o percurso comentado em Curicacas junto de Niara e convivemos, especialmente, durante minha estadia em sua casa no primeiro campo de pesquisa                   |
|                             | Iberê                | Marido de Moema<br>Convivemos durante algumas visitas realizadas à sua esposa e foi citado na entrevista de Moema  |
|                             | Jurandir             | Marido de Iracema<br>Foi citado na entrevista de Iracema   |
| <b>Igarapé Tucunaré</b>     | Taiguara             | Irmão de Iracema<br>Foi citado na entrevista com Iracema e Moema   |
| <b>Terra Caída</b>          | Tainá                | Filha de Guaraci<br>Participou junto da entrevista de Guaraci  |
|                             | Jacira               | Comerciante local<br>Convivemos, especialmente, durante minha segunda ida a campo  |

*(Elaborada pela autora)*

### **Percurso Comentado**

Enquanto uma ferramenta metodológica, o percurso comentado propõe que o(a) entrevistado(a) se torne protagonista e revele seu espaço em uma caminhada relatando suas percepções acerca dos locais por onde passa, de suas práticas, sentimentos e história de vida. O percurso comentado aqui proposto foi inspirado no Itinerário (Petiteau e Pasquier, 2001, citado por Pinheiro, 2018), no qual o (a) participante escolhe um percurso em um território e compartilha com o(a) pesquisador(a) sua história de vida vinculada ao lugar escolhido.

Foi possível realizar dois percursos comentados. O primeiro foi realizado com Raoni (t/h) e Guaraci(t/h) (tio e sobrinho) na comunidade de Terra Caída, que viviam próximos e preferiram realizar o percurso em conjunto. Por ser uma comunidade extensa à beira do rio, eles somente me levaram ao lote de suas moradias e plantio. Comentaram também sobre a escola e posto de saúde que eram relativamente próximos e tentaram ir até lá comigo, porém o mato estava muito alto para chegar a pé.

*Figura 6: Percurso comentado até a comunidade de Terra Caída*



O segundo foi realizado com Niara (c/m) e Cauã (c/h) (mãe e filho) na comunidade de Curicacas, que também é extensa. Niara (c/m) me mostrou a maioria dos lotes que são localizados na beira do Rio Madeira, parando em vários portos e outras moradias antes de ir até o local em que ela vivia, pois sua moradia localizava-se dentro do igarapé. Dentre as localidades que visitamos, uma dessas moradias foi de Iracema (c/m), que não quis ir, mas

pediu para que Niara (c/m) me levasse até lá para mostrar onde morava; outra moradia foi a do Jandir (c/h), que havia se prontificado de ir conosco, porém, no dia combinado, resolveu pescar com seu neto e o encontramos no igarapé perto do caminho para casa de Niara (c/m). Ao fim do trajeto, depois de passar por sua localidade, Cauã (c/h) quis me levar na localidade de uma das famílias que não saiu de Curicacas e que continuava resistindo na localidade, junto de outra família e um senhor viúvo. Entretanto, com a cheia de 2019, que também foi intensa, alguns planos dessas pessoas mudaram e já estavam construindo casas na comunidade de Boa Vitória e Cavalcante.

*Figura 7: Percurso comentado até a comunidade de Curicacas*



Nessa abordagem, fez-se uso da fotografia, que registrou um lugar importante e singular para compreensão e ilustração desse percurso, permitindo que o/a entrevistado/a registrasse espaços que lhes eram significativos (Jolé, 2005). Nos percursos comentados realizados, o uso da máquina fotográfica foi consentido pelos participantes e preferiram que eu realizasse os registros fotográficos nos locais por eles indicados.

Vale salientar que essa técnica foi configurada por caminhadas em espaços urbanos. No contexto amazônico, além das caminhadas pela comunidade, houve caminhos em trilhas na mata e travessias no Rio Madeira e em igarapés feitas em rabetas (canoas com motor).



#### **4.4. Análise e interpretação dos dados**

A abordagem da análise realiza-se por aproximações diversas ao material empírico e por um movimento de sistematização e apresentação que parte da escala mais ampla do contexto que se insere a pesquisa para a escala dos sujeitos. Isso porque, como demonstra Silva (2017), a noção de escala nos permite situar o sujeito em suas dinâmicas espaciais e temporais do movimento dialético entre o local e o global. Deste modo, propõe-se, inicialmente, a explicitação das condições socioambientais que estruturam os processos vividos pelos/as participantes, e em seguida, são exploradas as falas construídas com os/as participantes, nos diferentes momentos de inserção no campo, em especial, nas entrevistas.

Para o primeiro propósito, foram explicitados os resultados e algumas reflexões acerca do contexto e da relação dos sujeitos com o território pelo método da Leitura Socioambiental, com dados advindos majoritariamente da observação participante e registro em diário de campo, junto de informações oficiais ou revisões complementares sobre o território. Já para o segundo propósito, aprofundou-se na análise das entrevistas, construindo categorias e subcategorias que conversam com os objetivos desse estudo, cruzando essa análise com as informações contidas no percurso comentado e diário de campo, além de complementar os elementos elucidados na Leitura Socioambiental.

Como já citado anteriormente, o método da Leitura Socioambiental visa destacar as dimensões diacrônica e sincrônica da relação sujeito-espço, e para captar e analisar essas informações utiliza-se de categorias prévias inspiradas no MAPPEA - Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental, uma “planificação estratégica” elaborada por Ferraro Junior (2007) no documento técnico do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o qual orienta coletivos educadores em seus programas de educação ambiental. É um mapeamento que precede a ação a ser desenvolvida nos territórios, do qual visa conhecer a realidade, esboçar seu cenário socioambiental e articular as forças e desejos existentes.

Para isso, o autor sugere um roteiro de elaboração que é dividido em “a terra”, “a mulher e o homem” e “a luta”. A categoria “a terra” consiste em fazer o recorte territorial e trazer elementos da história deste território, a socioeconomia das pessoas que ocupam o território, os aspectos básicos do meio ambiente que o engloba e as estruturas de apoio presentes; na categoria “a mulher e o homem” sugere trazer informações sobre a base

populacional, a diversidade cultural dos grupos que ocupam o território e as instituições, movimentos e processos formadores deste território; na categoria “a luta” indica elucidar os conflitos e atores existentes, as estratégias e espaços de luta, e as experiências socioambientais e educativas (Ferraro, 2007).

A “Leitura Socioambiental”, apesar de seguir os mesmos parâmetros das categorias propostas por Ferraro (2007), possui uma reconsideração ao título da segunda categoria de “a mulher e o homem”, modificando a nomenclatura para “Sujeitos”, uma vez que sugere melhor representação dos recortes geracionais e a diversidade de gênero (Silva et. al., 2021). Neste trabalho, também foram reformulados os títulos dessas categorias para: “O Território”, “Sujeitos do Território” e “As Lutas”. Essa mudança foi realizada para destacar a pluralidade e as particularidades condizentes às bases teórico-metodológicas deste estudo e aos resultados elucidados na pesquisa que se referem ao mapeamento socioambiental da localidade e do objeto de estudo. Desde nossa perspectiva, a “Leitura Socioambiental” consiste na elucidação do real concreto do objeto de estudo, em que seu movimento é sistematizado para explicitar os fenômenos em sua totalidade, que estão vinculados ao contexto, à história e relação dos sujeitos com o território. As entrevistas, por sua vez, foram transcritas e tratadas buscando elucidar os processos vividos significados pelos sujeitos. Após várias leituras, idas e vindas ao material, foram feitas marcações ao longo das transcrições, de acordo com as temáticas relativas aos objetivos específicos desse estudo. Apesar de serem temáticas prévias, que também constituíam o roteiro de entrevista, elas contribuíram para organizar a pré-análise do material e a formulação de categorias. Essas temáticas foram: (1) História dos sujeitos relacionada ao território de origem; (2) Experiência vivida durante a enchente; (3) Experiência vivida durante o processo de deslocamento do território; (4) A vivência atual na comunidade de Cavalcante; (5) A vivência atual com a comunidade de origem; (6) As perspectivas futuras em relação ao território.

A partir das marcações realizadas nas entrevistas transcritas, outra leitura foi feita e foram retirados alguns trechos que foram inseridos em uma planilha e tabulados em abas respectivas às temáticas. Para ajudar na organização e para um olhar específico relativo à particularidade dos sujeitos, foi feita uma planilha para cada comunidade de origem, ou seja, uma planilha para os/as entrevistados/as que vieram de Curicacas, outra planilha para os/as que vieram de Terra Caída e outra planilha para a entrevistada que veio de Santa Catarina. Ao

lado de cada trecho dos/as participantes, foram inseridos comentários acerca das questões elucidadas pelos sujeitos que faziam referência ao motivo de escolha daquele trecho.

Em seguida, outra leitura dos trechos e de seus respectivos comentários foi feita, inserindo um campo ao lado com palavras, frases ou elementos temáticos que se destacavam em cada trecho. Ao final da leitura de cada aba temática, foram anotados em um caderno alguns elementos particulares que surgiram nessa releitura e que podiam contribuir para construção da análise. Nesse processo, alguns trechos também foram retirados.

Para finalizar a análise desse material, os trechos selecionados, comentários e destaques foram condensados em uma única planilha, de acordo com suas respectivas abas temáticas, e outra leitura foi feita inserindo ao lado dos destaques as “subcategorias” de cada trecho, que eram palavras que faziam uma síntese das três etapas: (a) seleção de trechos da entrevista; (b) comentários de cada trecho selecionado; (c) destaques do que foi elucidado pelo/a participante em cada trecho selecionado. Após essa quarta etapa, utilizou-se do recurso de visualizar as palavras iguais inseridas nas subcategorias, foi feita uma anotação sobre as similaridades observadas, construindo a partir disso as categorias que se encaixavam às diversas subcategorias existentes e que procuraram sintetizar tanto processos comuns como aqueles mais singulares dos processos identificados nas entrevistas.

A partir dessas categorias, iniciou-se o processo de escrita da análise desses dados, que resultou em outra revisitação ao conteúdo trabalhado e algumas mudanças nos títulos das categorias e subcategorias, assim como um encurtamento da quantidade de categorias e subcategorias elucidadas durante a análise do material.

Em relação aos percursos comentados realizados, que resultaram em fotos e uma descrição feita no diário de campo, seus dados foram analisados de acordo com os elementos que surgiram na Leitura Socioambiental e, especialmente, nos trechos selecionados das entrevistas. Assim como os registros em diário de campo da observação participante, os percursos comentados foram utilizados de forma transversal na escrita dos resultados e análise do material, porém com maior ênfase nas categorias ou subcategorias que elucidam às questões relativas à vivência com a enchente e à vivência com a comunidade de origem, já que durante os percursos comentados os sujeitos focaram em mostrar a destruição que a enchente deixou na localidade, como se relacionaram com o lugar após essa destruição, como se relacionam atualmente com esse lugar e que perspectivas futuras tinham (ou não) com

aquele território.

De modo geral, a análise do material foi direcionada, portanto, para deslindar as forças contraditórias que atuam em relação ao objeto de estudo e que perpassam a articulação do singular-particular-universal. Com isso, o olhar e a análise a partir de diferentes escalas que se buscou concretizar na pesquisa teve a intenção de revelar os aspectos contidos no processo de (des) enraizamento da comunidade de Cavalcante frente às transformações socioambientais vividas pelas famílias, fundamentando os processos da relação entre indivíduo e mundo.

Sendo assim, de acordo com o levantamento e a interpretação desses dados, no Capítulo 5 se apresenta, a partir da Leitura Socioambiental, a primeira aproximação ao contexto, que evidencia a escala mais ampla do objeto de estudo adjunto às particularidades da relação que os sujeitos estabelecem com o território e os conflitos vivenciados, que se estreitam de forma dinâmica com a escala dos sujeitos. No Capítulo 6 e Capítulo 7, se adentra ainda mais nessa escala menor, a escala dos sujeitos, com as entrevistas e percursos comentados, momentos que se aprofunda na explicitação dos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos em torno do impacto da cheia de 2014, do deslocamento de suas terras e alguns dos processos vividos no novo território que se relacionam com as transformações que viveram.

#### **4.5. Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos**

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP - USP) e aprovado. Orientando-se pela Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012; Brasil, 2016) sobre ética em pesquisa, foram apresentados aos participantes via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) os objetivos, justificativa e procedimentos de pesquisa; benefícios e riscos; participação voluntária, liberdade para desistir a qualquer momento; sigilo e privacidade em todas as fases de pesquisa; devolutiva sobre as informações dadas e analisadas; e abertura para esclarecimento de dúvidas a qualquer tempo. Foi previsto que, caso algum participante não soubesse ler e escrever, o termo seria lido para ele em voz alta e seu consentimento de participação na pesquisa poderia ser gravado em áudio. Dentre as onze pessoas entrevistadas, somente duas pessoas sinalizaram essa necessidade. Para todos(as)

houve a entrega de uma via do termo para arquivo de sua participação na pesquisa.

Devido ao estudo envolver perdas e mudanças na vida dos participantes, considerou-se que poderia haver desconfortos emocionais e psicológicos durante a entrevista e percurso comentado. Caso esses desconfortos acontecessem, haveria um acolhimento psicológico pela própria pesquisadora no momento do desconforto, além da suspensão da entrevista ou percurso comentado, que poderia ser retomado posteriormente em outro momento caso o participante sentisse confortável para isso. Das entrevistas realizadas, houve duas pessoas que se comoveram durante o processo e foram acolhidas durante e após as entrevistas. Ambas, mesmo emocionadas, após um respiro, quiseram voltar a falar. Previu-se ainda que caso o desconforto persistisse, haveria o encaminhamento para um(a) psicólogo(a) na cidade de Porto Velho, sendo a localidade mais próxima para esse tipo de atendimento, o que não foi necessário.

Além dos desconfortos emocionais, foi solicitado pelo CEP que houvesse a avaliação de riscos físicos durante o percurso comentado, por ser um procedimento metodológico que envolve uma caminhada ou trajeto em rabeta (canoa com motor). Caso acontecesse, os participantes seriam levados para o posto de saúde da comunidade mais próxima (São Carlos do Jamari) ou para Porto Velho, com o devido acompanhamento da pesquisadora. Nada relativo a isso sucedeu.

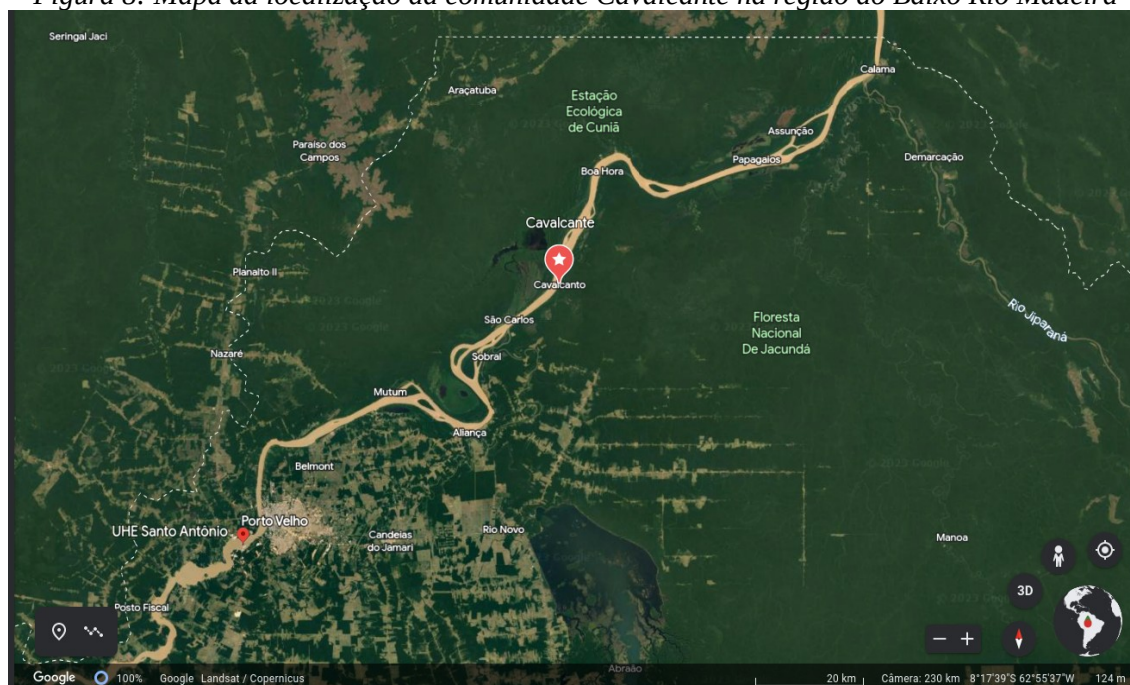
## 5) LEITURA SOCIOAMBIENTAL: primeiras aproximações

Nessa primeira aproximação ao contexto, apresenta-se no primeiro tópico, “O Território”, alguns elementos ambientais, históricos e sociais que constituem o território da comunidade de Cavalcante. No segundo tópico, “Os sujeitos do território”, será abordado as bases populacionais e como os sujeitos se constituem na relação com o novo território e com sua comunidade de origem. No terceiro tópico, “As Lutas”, foi construída uma primeira narrativa acerca dos conflitos e das lutas deste território a partir da vivência e conversas realizadas em campo.

### 5.1. O Território

A comunidade de Cavalcante está localizada na região do Baixo Madeira, zona rural do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, à margem direita do rio. A comunidade faz parte do distrito de São Carlos que engloba outras comunidades ribeirinhas na divisão político-administrativa do município.

*Figura 8: Mapa da localização da comunidade Cavalcante na região do Baixo Rio Madeira*



*Fonte: Google Earth (elaborado pela autora).*

Para chegar até a localidade há duas maneiras: percorrer cerca de cinco horas de barco de linha (barco recreio) pelo Rio Madeira descendo em um dos portos da comunidade; ou percorrer 2 horas de carro ou ônibus pela estrada da penal até a boca do Rio Jamari, que fica em frente à comunidade de São Carlos, e percorrer mais 1 hora e meia de rabeta (canoa com motor) ou 30 minutos de voadeira (pequena embarcação a motor).

O município de Porto Velho localiza-se na parte oeste da região Norte do Brasil, integrando a Amazônia Ocidental no planalto sul-amazônico e a bacia do rio Amazonas. O Rio Madeira é o principal rio que banha o município e é um importante rio da região Norte. Ele possui sua nascente na cordilheira dos Andes, na Bolívia (chamado ali de rio Beni), e sua foz no Amazonas, constituindo-se como o principal afluente do rio Amazonas. O rio, em seu curso, divide-se por trechos de cachoeiras e corredeiras - o Alto Madeira - e o trecho de navegação - o Baixo Madeira (Prefeitura de Porto Velho, 2019).

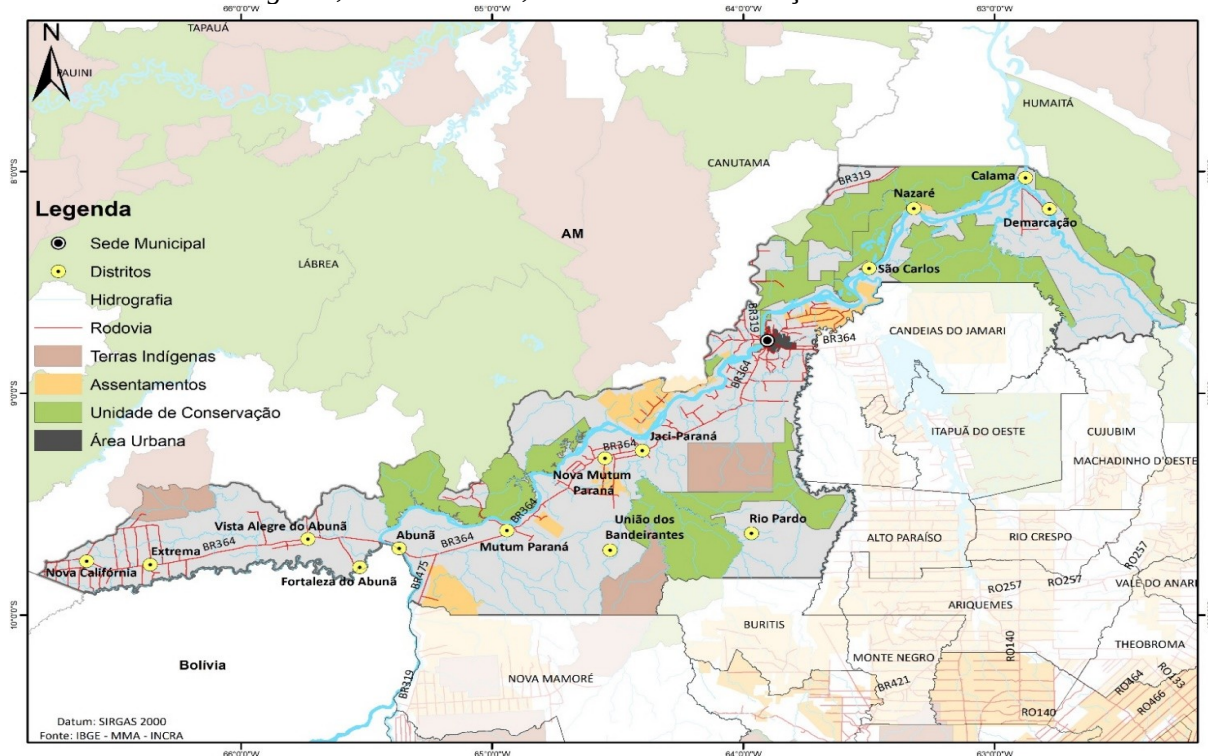
Devido a esse trecho encachoeirado do Rio Madeira e ao auge da produção da borracha na região (no primeiro ciclo da borracha), a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída em meados de 1907, por uma empresa americana, para facilitar o escoamento da borracha que vinha da Bolívia, fundando assim a cidade de Porto Velho. Após esse ápice econômico da borracha, a estrada de ferro foi desativada, mas a empresa madeira-mamoré railway manteve seu funcionamento com as atividades portuárias, assim como a cidade continuou a crescer (Prefeitura de Porto Velho, 2019).

O município nasce, portanto, no local em que o Rio Madeira inicia seu trecho de navegação, ou seja, nasce de sua instalação portuária e de outros empreendimentos. Antes disso, a localidade já tinha um pequeno povoado que chamava Santo Antônio do Madeira. Em consequência da instalação da empresa no território, na época, houve uma divisão social e espacial - como se fossem duas cidades divididas por uma avenida - entre a parte de concessão da empresa ocupada pelos chamados “trabalhadores qualificados” e a parte ocupada pela população local, operários, migrantes e imigrantes. Essa condição gerou diversos enfrentamentos políticos e sociais até 1931, quando o governo brasileiro passou a administrar a madeira-mamoré railway (Prefeitura de Porto Velho, 2019; Maciel, 2016).

A divisão administrativa e territorial do estado de Rondônia teve muitas mudanças ao longo da história, já que também foi, por muito tempo, parte do Estado do Amazonas, tornando-se Estado de Rondônia somente em 1981. O município de Porto Velho engloba hoje

toda extensão do Rio Madeira que faz parte do Estado e, por sua longa extensão territorial, foi dividido administrativamente em distritos, compondo atualmente 14 distritos distribuídos em três regiões: alto, médio e baixo Madeira. O Baixo Madeira, região onde está a comunidade de Cavalcante, engloba os distritos de São Carlos do Jamari, Nazaré, Calama e Demarcação.

Figura 9: Mapa do município de Porto Velho com seus distritos, hidrografia, rodovias, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação e área urbana



Fonte: IBAM, 2018. P. 49.

O processo de ocupação do Baixo Madeira, em Rondônia, é anterior à ocupação e fundação da cidade de Porto Velho (atual distrito sede), realizado fortemente durante os dois ciclos da borracha por migrantes nordestinos e povos ameríndios amazônicos vindos de Uruapera e Humaitá/AM, além de povos indígenas que já habitavam originalmente a região (Candido, 2010; Maciel, 2016).

Com a desvalorização da borracha no mercado internacional, a população da região passou a viver do extrativismo vegetal, como a coleta de castanha e açaí, da pesca, da agricultura de terra firme e de várzea e da produção de farinha de mandioca - formas produtivas que já praticavam em seus territórios (Candido, 2010). Em consequência do



crescimento populacional e econômico na região, houve também a transição de alguns para o trabalho no comércio e, mais recentemente, para o funcionalismo público. Ademais, outras fontes de renda para as populações locais surgiram no decorrer histórico de ocupação da região e demanda do comércio global e local, como o garimpo e a exploração de madeira.

A forma produtiva de cada comunidade ribeirinha é diversificada e muitas delas têm relação direta com os modos de ocupação dos seus territórios. Há comunidades em que as famílias vivem aglomeradas e há outras em que vivem mais espaçadas. As comunidades mais aglomeradas são chamadas por eles de “vilas” e são as que possuem maior número populacional e maior diversificação econômica, e por isso, mais comércios e instituições de apoio. Já as comunidades espaçadas são comunidades em que as famílias possuem territórios maiores para moradia e trabalho com a terra, que são as reservas, sítios ou chácaras. A agricultura, pesca e extrativismo são características marcantes de todas essas comunidades, sendo que a agricultura se sobressai nas comunidades espaçadas de sítios ou chácaras.

Tais localidades também diferem pela regulamentação da terra, que podem ser privadas (sítios, chácaras, fazendas) ou públicas (assentamentos, reservas) ou ocupadas ilegalmente. O território de Cavalcante, por exemplo, é uma área inicialmente privada, uma fazenda onde havia muita plantação de dendê e seringa, que foi desativada há muitos anos. Devido à ocupação das famílias atingidas pela cheia, parte desse território foi comprado pela prefeitura e outra parte foi doada pelo dono da terra, tornando-se, assim, um tipo de assentamento, aspecto que será tratado com mais detalhes no tópico “As Lutas” desse capítulo e outros momentos da análise.

Outra condição territorial importante na região do Baixo Madeira, que envolve sua dinâmica socioambiental, é o mosaico de unidades de conservação (UC's), o mosaico Cuniã-Jacundá<sup>9</sup>, composto por duas unidades de uso sustentável – a Floresta Nacional de Jacundá (FLONA Jacundá) e a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã (RESEX Lago do Cuniã) – e uma unidade de proteção integral – a Estação Ecológica de Cuniã (ESEC Cuniã). Grande

---

9 De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (2002), ao existir um conjunto de unidades que constituem um mosaico, a gestão deve ser conjunta, integrada e participativa, no intuito de otimizar os recursos financeiros, o uso nas fronteiras das unidades, as ações diante de conflitos socioambientais existentes, entre outros. Esses mosaicos devem ter ainda, um conselho de caráter consultivo, garantindo a participação da sociedade civil nas diretrizes das unidades. No caso do mosaico das UC's da região do baixo Madeira, o conselho da Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (GICJ) unifica representantes das comunidades que estão dentro e no entorno das unidades, além de representantes de instituições públicas e privadas que atuam na região.

parte das comunidades da região localizam-se no entorno ou dentro dessas unidades.

Dentre as comunidades do Baixo Madeira relevantes para esse estudo e que estão localizadas no entorno dessas unidades, destacam-se aqui as comunidades de Terra Caída e Curicacas. A primeira encontra-se no entorno da RESEX Lago do Cuniã, e a segunda encontra-se no entorno da FLONA Jacundá (vide mapa na figura 1 deste documento). Essas comunidades eram constituídas por famílias que viviam afastadas territorialmente, que apesar da relação de parentesco entre elas, cada unidade familiar tinha seu sítio ou chácara por trabalharem majoritariamente com a agricultura, o extrativismo e a pesca.

A comunidade de Cavalcante, local que foi realizado esse estudo, está no entorno da FLONA Jacundá e têm relação direta com as duas comunidades supracitadas. Isso porque, como já abordado anteriormente, a sua formação enquanto comunidade se deu durante a cheia histórica de 2014, momento em que diversas famílias de comunidades vizinhas atingidas pela enchente, principalmente das comunidades de Terra Caída e Curicacas, se deslocaram para esta localidade por ser uma terra mais alta e próxima de seus territórios de origem<sup>10</sup>. Além dessas comunidades, algumas famílias que viviam em São Carlos do Jamari, Nazaré, Brasileira e até mesmo famílias do igarapé Tucunaré, Esquerdo e Azul (que está no entorno do território de Cavalcante), deslocaram-se para essa área durante a enchente. Posteriormente, muitas famílias voltaram para suas casas, inclusive algumas de Terra Caída e Curicacas. Entretanto, a maioria das famílias dessas duas comunidades, por estarem em terras mais baixas e já alagadiças, não conseguiram retornar pela grande destruição das casas e acúmulo de aterro na localidade.

Assim como outras regiões da Amazônia, o relevo do Baixo Madeira possui áreas de várzea e áreas de terra firme. As terras de várzea são áreas vegetativas que ficam alagadas somente no período da cheia e a terra firme são áreas que nunca alagam. As comunidades de Terra Caída e Curicacas estão localizadas em terras com grande extensão de várzea, portanto, no período de cheia já era de costume que parte do terreno ficasse alagado. Em contrapartida, Cavalcante é uma localidade de terra firme e muito mais alta que várias outras áreas ao longo do Baixo Madeira, e por isso foi possível abrigar muitas famílias atingidas durante a enchente.

Ademais, ressalta-se que o Rio Madeira transporta metade dos sedimentos da bacia e drena uma grande diversidade biológica e física da região (Switkes, 2008), por isso, além do

---

<sup>10</sup> Algumas pessoas mais velhas de Curicacas relataram que já tinham uma relação com a localidade de Cavalcante por prestarem serviços ao antigo dono da fazenda.

alagamento, houve um grande acúmulo de sedimentos no fundo do rio, e que após a vazão de água, deixaram muitas casas e plantações soterradas. Em vista disso, não foi somente a casa que foi destruída, mas a maioria das famílias atingidas perdeu sua subsistência econômica que vinha da agricultura e do extrativismo.

Diante desses impactos em seus territórios, Cavalcante se tornou o novo lugar de moradia dessas famílias que não conseguiram regressar para suas casas. Mesmo se tornando uma terra reconhecida pelo Estado, a falta de assistência do município, fez com que eles mesmos se organizassem espacialmente no território em relação à infraestrutura, como a construção de suas casas, comércios e o abastecimento de água e energia.

A maioria dos sujeitos relataram que suas estruturas eram provisórias porque quando houver a divisão dos lotes, prometida pela prefeitura, é possível que tenham que mudar o lugar de suas casas. Assim, as casas foram feitas de madeira, como já era de costume, porém com madeiras reaproveitadas da casa que viviam antes. Havia poucas casas construídas em metade alvenaria e metade madeira, característica de moradia que cresceu na última década ali na região, sendo construções bem recentes que foram feitas por famílias que não acreditavam que iria ter uma divisão de lotes no local, e mesmo que tenha, não pretendiam se deslocar novamente. Os banheiros das casas foram improvisados, sendo em sua maioria na área externa com uma fossa negra, já que não existia saneamento básico no local.

*Figura 10: Casas de comunitários em Cavalcante - abril de 2019*



A energia que possuíam advinha de geradores movidos a diesel que são divididos entre algumas famílias. Não havia um padrão, mas um gerador abastecia cerca de dez casas e alguns tinham seu gerador próprio. Pelo gasto que cada família possuía colocando diesel diariamente, a energia era ligada normalmente de noite, e cada grupo de famílias estabelecia um horário para ser ligado, forma de divisão do diesel e os cuidados com o gerador. No momento da escrita final deste trabalho, soube que estavam começando a instalar placas solares em algumas casas, decorrente de um projeto que iria ser concretizado aos poucos até abranger todas as casas da comunidade.

*Figura 11: Casinha de um motor de energia a diesel na comunidade de Cavalcante - abril de 2019*



A água que usavam para cozinhar, lavar a louça, tomar banho e beber era puxada do Rio Madeira com uma bomba de água quando a energia estava ligada, abastecendo suas caixas d'água para uso durante o dia. Como a água do Rio Madeira possuía muitas impurezas e minérios, para beber, alguns a tratavam com sulfato de alumínio e outros preferiam buscar água nos igarapés Tucunará ou Esquerdo. Além disso, na parte de cima da comunidade, foram feitos dois poços artesianos que eram usados por algumas famílias, ficando restritos àquelas que os fizeram.

Havia também uma antena de internet wi-fi, que foi puxada de São Carlos do Jamari e que era administrada por uma das famílias da localidade. Para seu uso era preciso comprar

uma senha, que na época do trabalho de campo custava R\$ 6,00 para um período de 24 horas.

Em relação à espacialidade que compunha o território, observou-se no primeiro trabalho de campo que havia certa divisão simbólica no território entre os moradores que vieram de Curicacas e os que vieram de Terra Caída. Na parte mais baixa estavam as famílias oriundas de Curicacas e, na parte mais alta, estavam as famílias oriundas de Terra Caída. Mesmo com alguns moradores de outras comunidades nesses locais, a divisão se mostrou significativa e explícita.

Na parte mais alta da comunidade, havia cerca de 60 casas e ali estavam os principais pequenos comércios, dois espaços abertos com sinuca, o porto principal, a antena de wi-fi, dois campos de futebol, a igreja católica e duas igrejas evangélicas: a Quadrangular e a Assembleia de Deus. Na parte baixa, havia cerca de 20 casas, duas famílias com um pequeno comércio em suas casas (menores e mais informais que os da parte alta) e duas igrejas evangélicas (Deus é Amor e Mover do Espírito Santo).

*Figura 12: Igreja Assembléia de Deus na comunidade de Cavalcante*



Vale dizer que a menção de parte alta e parte baixa é porque fisicamente estavam em níveis desiguais, apesar dessa diferença ser pouca. E também por eles mesmos designarem assim. Diziam-me: “Já vai lá para cima?” ou “Ah, você está ficando lá embaixo?”.

Na parte alta, ao lado da igreja católica, os comunitários construíram uma casa de madeira para que pudesse ser utilizada como posto de saúde e receber a equipe de

profissionais que deveria visitar a comunidade cerca de uma vez ao mês. Essa equipe, que pertence à Estratégia de Saúde da Família de São Carlos do Jamari vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, requisitou uma estrutura mínima para trabalhar, pois relatavam ter dificuldades na realização dos atendimentos que eram feitos nas dependências da igreja católica ou ao ar livre. Com o atraso dessa construção que deveria ser feita pela prefeitura, os próprios comunitários se mobilizaram para ter esse espaço na comunidade. Na minha primeira ida a campo, a construção dessa casa estava “temporariamente” parada por algumas desavenças entre os comunitários sobre a construção ser feita por conta própria, porém sua finalização foi retomada posteriormente por Raoni (t/h), que estava realizando alguns retoques quando fui novamente à campo.

*Figura 13: Igreja católica e Posto de Saúde (em construção) na comunidade de Cavalcante - abril de 2019*



Os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias das comunidades de Curicacas e Terra Caída, continuaram com seus trabalhos, mas passaram a ficar alocados na unidade de saúde de São Carlos do Jamari. O agente comunitário da comunidade de Terra Caída, que voltou a morar em seu local de origem, se tornou a referência para a comunidade de Cavalcante, obtendo acúmulo de funções em seu trabalho exercido nas duas comunidades.

Em relação à educação, as crianças e adolescentes da comunidade de Cavalcante estavam estudando na escola de São Carlos do Jamari, que possui a mesma estrutura física

para: a escola municipal Henrique Dias, que oferta o ensino fundamental I, fundamental II e Ensino de Jovens e Adultos – EJA; e a extensão da escola estadual Major Guapindaia de Porto Velho, que oferta o ensino médio nessa localidade.

Anteriormente, as crianças cursavam o ensino fundamental I em suas próprias comunidades e, ao passarem para o ensino fundamental II e médio, os jovens de Terra Caída estudavam na escola de São Carlos do Jamari e os jovens de Curicacas estudavam na escola da comunidade de Nazaré, devido à proximidade territorial e vínculo distrital. Sendo assim, a mudança foi mais significativa para os jovens que moravam em Curicacas e para as crianças que não possuíam mais a escola localizada no próprio território de moradia.

Em relação à subsistência econômica das famílias em Cavalcante, a maioria continuava a plantar na localidade que viviam anteriormente, em Curicacas ou Terra Caída, alguns adquiriram terrenos no entorno de Cavalcante para plantar, e durante o período da seca, algumas famílias plantavam na área de “várzea” do rio que fica em frente à comunidade, reforçando a cultura que tinham antes em suas terras. Dentre os cultivos dessas comunidades estavam: o açaí, o milho, a macaxeira, a abóbora, o feijão de praia, o café, a melancia, a banana, o coco, o cupuaçu, a goiaba e outras árvores frutíferas<sup>11</sup>.

Outra forma de trabalho e fonte de renda que estava bem presente na comunidade era o garimpo, que muitos homens possuíam suas próprias balsas e realizavam este trabalho na época de seca em algumas praias que ficam ao longo do rio. Esse trabalho, é ainda, um dos maiores provocadores de contaminação no Rio Madeira pelo mercúrio que é utilizado para facilitar a extração do ouro, assim como causam o fenômeno de desbarrancamento das comunidades devido ao uso de dragas na beira do rio.

A contaminação do Rio Madeira e o desbarrancamento de muitas comunidades ao longo de todo Baixo Madeira é uma problemática ambiental emblemática que possui diferentes causas. Além da intensa ação do garimpo no rio, o alto fluxo de transporte fluvial de grandes embarcações comerciais que atuam no corredor Porto Velho – Manaus, também provocam essas problemáticas pela liberação de diferentes resíduos no rio e pela força das ondas (banzeiro) que batem na beira do rio durante a navegação.

Outra ação no território que intensificou essas problemáticas e que provocou diversas mudanças na dinâmica do rio e no socioambiente da região, foi a instalação das Usinas

---

11 Em Curicacas, antigamente, cultivavam muito tabaco, mas atualmente não trabalham mais com essa cultura.

Hidrelétricas (UHEs) de Samuel, instalada no Rio Jamari, e Santo Antônio e Jirau, instaladas no Rio Madeira - fatos que serão destrinchados em outros momentos da análise do material.

De modo geral, o território da comunidade de Cavalcante possui diversas dinâmicas socioambientais que constitui a história do lugar e que é atravessada por dinâmicas globais e locais que incidem na relação dos sujeitos com esse território e nos conflitos existentes, como será aprofundado nos seguintes tópicos dessa Leitura Socioambiental.

## 5.2. Os Sujeitos do Território

A dinâmica populacional e socioespacial da comunidade de Cavalcante está em constante mudança e a relação dos sujeitos não se aplica somente a essa localidade, mas também com suas localidades de origem. Visto que a maioria das pessoas que compõem essa comunidade era de Terra Caída e Curicacas, abordaremos um pouco mais sobre elas, mesmo cientes de que há pessoas e famílias de outras localidades em Cavalcante.

Não foi possível ter acesso aos números absolutos de pessoas que viviam na comunidade de Cavalcante, mas estima-se que havia cerca de 80 unidades familiares. Dessas famílias, cerca de 18 famílias eram oriundas de Curicacas, 50 famílias de Terra Caída e 12 famílias de outras comunidades ou localidades.

*Figura 14: Mapa aéreo da comunidade de Cavalcante*



*Fonte: Google Earth (elaborado pela autora)*



Havia algumas famílias de Curicacas e Terra Caída que, após a cheia de 2014, retornaram para suas casas e continuaram a viver em suas comunidades ou foram morar na cidade de Porto Velho. De Terra Caída, havia dezoito famílias que continuaram a viver na localidade de origem e cerca de cinco famílias que foram viver na cidade de Porto Velho. De Curicacas, teve famílias que foram viver na cidade ainda durante a cheia e algumas que retornaram para a comunidade de origem logo após a cheia. Em 2019, havia somente um senhor viúvo e duas outras unidades familiares que seguiam morando em suas localidades de origem. Entretanto, eles planejavam se mudar devido ao impacto que a cheia daquele ano causou em suas plantações e inundações de suas casas. O senhor viúvo planejava morar em Cavalcante e as outras duas famílias estavam se mudando para a comunidade de Boa Vitória, que fica ao lado da comunidade de Nazaré. Uma família, pretendia viver em ambas comunidades, isto é, morar em Boa Vitória durante a cheia e regressar para Curicacas durante o período da seca no intuito de trabalhar com seus plantios.

No último Censo de 2010 realizado pelo IBGE, o município de Porto Velho tinha uma população total de 428.527 pessoas, com uma estimativa de crescimento em 2018 para 519.436 pessoas. A população do Baixo Madeira era de 5.957 pessoas, sendo 2.001 do distrito de São Carlos do Jamari, 626 do distrito de Nazaré, 2782 do distrito de Calama e 548 do distrito de Demarcação (IBGE, 2010, 2018). Obviamente que houve mudanças na última década pelo crescimento populacional estimado, mas, após a cheia de 2014, não se pode ter uma estimativa proporcional, já que muitas pessoas não se encontravam mais na região e algumas mudaram de distrito, como é o caso das famílias de Curicacas que eram vinculadas ao distrito de Nazaré e passaram a fazer parte do distrito de São Carlos do Jamari devido ao deslocamento para Cavalcante.

Como já vimos anteriormente, a população do Baixo Madeira vive majoritariamente da pesca, do extrativismo e da agricultura de várzea e de terra firme, englobando a população rural do município de Porto Velho, sendo reconhecidos e reconhecendo-se como ribeirinhos ou beradeiros pela conexão direta com o rio e por suas formas produtivas e culturais com o território. De acordo com a legislação brasileira, eles integram as políticas voltadas para povos e comunidades tradicionais, que são as populações caracterizadas como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Essas relações e características culturais são evidentes na vida cotidiana das famílias que ocupam o território de Cavalcante. Durante minha vivência na comunidade, foi possível observar o vínculo diário que possuíam com o rio, com os igarapés e lagos, como por exemplo, passar dias inteiros em suas canoas pescando, “pular n’água” (nadar), tomar banho, lavar a roupa ou a louça, puxar a água para casa, pegar água para beber, se locomover para os locais de plantio ou até mesmo para a cidade, e principalmente, passar muitos momentos contemplando a paisagem e conversando com os familiares, comadres, compadres ou amigos na beira do rio. Mesmo que essa relação possa ter algumas diferenças a cada época do ano, com a cheia ou com a seca, o rio é com certeza um dos principais elos que possuem com esse território, para além das atividades cotidianas. Em uma das conversas que tive na beira do rio com a família de Niara (c/m), ela e seu marido comentaram que gostavam tanto do rio que de vez em quando entravam na rabetá e iam para o meio dele tomar café e ver o nascer do sol.

Nos momentos que estive na comunidade, houve algumas situações bem significativas que evidenciaram essa intrínseca relação com o rio para além do transporte, extrativismo, cuidados domésticos ou necessidades básicas. Uma dessas relações frequentes e importantes na relação diária com o lugar, era o ato de nadar no rio, que eles chamam de “pular n’água”. Durante a cheia, eles pulavam n’água em frente de suas casas na beira do rio, porém, durante a seca, essa característica de pular n’água era deslocada para as praias que se formam no Rio Madeira – bolsões de areia que se sobressaem com a estiagem do rio. Todo esse movimento que chamamos de lazer, também demonstrava a relação dos sujeitos com o território e suas conexões com a natureza local, convivência com animais que estavam nesses locais e, ocasionalmente, associavam esses momentos com a pesca ou caça de animais para comer, isto é, sem ter a motivação de comercializar. Para exemplificar, na segunda ida a campo, teve um fim de semana que fomos até uma praia próxima de Curicacas, pulamos n’água, descansamos, contemplamos a paisagem e, durante as caminhadas que fazíamos, eles aproveitavam para pegar ovos das gaivotas que faziam ninhos na areia da praia. Na busca por essas covas das gaivotas, Lauane (c/m) sempre sinalizava e recordava suas filhas de pegar ovos somente quando a cova tivesse um ovo, isso porque, quando a cova tivesse dois ou três ovos era indício de que os filhotes estavam próximos de nascer.

*Figura 15: Praia em frente a comunidade de Curicacas - agosto de 2019*



O rio também traz para eles uma sensação de tranquilidade, estabilidade e de muitas reflexões. Parecido com o relato de Niara (c/m) e seu marido sobre ir ao meio do rio para tomar café da manhã, em minha segunda ida a campo, Lauane (c/m) me chamou duas vezes para ir até uma canoa na beira do rio para pensar ou conversar, destacando nesses momentos que adorava ir ao rio para pensar melhor sobre os caminhos de sua vida ou simplesmente para observar o que estava acontecendo, especialmente nessa época do ano que o rio estava mais longe de sua casa. Uma das vezes me chamou logo pela manhã e ali ficamos por um tempo, embaladas pelo movimento das águas do rio, somente contemplando a paisagem; e em outro momento, me chamou para conversar e trouxe diversas reflexões pessoais e coletivas da comunidade durante essa conversa.

Outro elo significativo que se evidenciou nas relações dos sujeitos com o território, foi a relação indissociável que possuem com a natureza e com a terra, pelo manejo dos recursos locais e uso do território, baseando-se nos saberes passados de geração em geração que eram compartilhados diariamente entre crianças, jovens, adultos e idosos. A situação vivenciada de pegar os ovos das gaivotas em seus ninhos, que foi contada anteriormente, demonstrou um pouco desses saberes compartilhados e da conexão com a natureza. Porém, momentos como esses, da transmissão de conhecimentos locais entre os mais velhos e os mais novos, era

presenciado a todo tempo durante minha vivência com eles, desde os cuidados domésticos até outros trabalhos exercidos em seu socioambiente.

Era bem comum ver que sempre estavam realizando algum trabalho conjunto que se vinculava ao seu ambiente, seja no quintal, no roçado ou na floresta; no plantio ou na construção de casas e canoas. A relação que possuem com a terra e com a floresta é tão significativa quanto a relação que possuem com o rio. Em um percurso que fiz junto da família de Lauane (c/m) para o local que seu marido serrava madeira, durante a caminhada pela mata Lauane (c/m) me perguntou: “Não é que é bom andar na mata assim? Já deu bom dia para a mata, Fernandinha?”. A todo momento, iam me mostrando e contando sobre as árvores presentes ali, sobre os pássaros que entoavam seus cantos e outras particularidades da floresta que iam surgindo nessa caminhada. Ao chegar no local de trabalho, foi possível ver o respeito com a árvore que foi serrada e Ubirajara (c/h), marido de Lauane (c/m), também comentou sobre a escolha das árvores para tirar madeira e os espaçamentos entre elas para não causar danos e grandes alterações na floresta. Em seguida, Lauane (c/m) também relatou que adorava ir com Ubirajara (c/h), seu marido, para esses trabalhos na mata e ficar ali somente descansando na rede, tomando um café e contemplando a mata.

*Figura 16: Percurso na mata com Ubirajara (c/h), Lauane (c/m) e sua filha*



Por conseguinte, foi possível observar que o trabalho vinculado a esse ambiente - ao

rio, à terra e à floresta -, nem sempre tinha um cunho comercial e, mesmo que tivesse, percebia-se o prazer em torno da tarefa, os diversos cuidados que tinham ao exercê-lo, com um tempo totalmente diverso do que estamos acostumados na cidade, isto é, um tempo mais conectado aos ciclos da natureza.


Entre o elo constituído com a terra e a necessidade de subsistência econômica, amparados pela grande extensão territorial que tinham em suas localidades e da floresta, a forte relação que possuíam com a agricultura e o extrativismo de produtos florestais não-madereiros (PFNM) era algo muito característico e comum entre as comunidades de Terra Caída e Curicacas. Eram comunidades bem conhecidas ao longo do Baixo Madeira por seus atributos particulares na agricultura, pelo alto cultivo de diversas culturas, seja na época da cheia ou da seca.

Em trabalho desenvolvido sobre a cadeia produtiva da castanha na comunidade de São Carlos do Jamari, Candido (2010) apresenta em sua pesquisa as principais atividades produtivas vinculadas aos meses do ano naquela comunidade, que também se relacionam ao ciclo do rio, identificando os períodos de cultivo e de colheita, bem como se aquela atividade é realizada somente para consumo ou também para venda.

Figura 17: Quadro de atividades produtivas sazonais

| Atividade/Mês de realização           | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maior | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|---------------------------------------|---------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| Pesca                                 |         | AC        |       |       |       |       |       |        |          |         |          | AC       |
| Agricultura de terra firme - Mandioca |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Agricultura da várzea - Mandioca      |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Agricultura de várzea - Melancia      |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Agricultura de várzea - Milho         |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Agricultura de várzea - Feijão        |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Produção de farinha de mandioca       |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Caça                                  |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Pecuária                              |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Extrativismo do açaí                  |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |
| Extrativismo da castanha              |         |           |       |       |       |       |       |        |          |         |          |          |

|   |   |
|---|---|
|  | Plantio (produtos agrícolas)  |
|  | Colheita (produtos agrícolas) ou período de realização da atividade extrativa |
|  | AC Atividade voltada para auto-consumo  |
|  | V Atividade voltada para venda  |

Fonte: Candido, 2010,

Mesmo sendo um levantamento feito em outra comunidade, há muita similaridade entre as comunidades que estão envolvidas neste estudo. Como podemos observar na tabela, no período que ocorreu a cheia, as principais colheitas seriam de açaí e castanha, assim como da mandioca em agricultura de várzea. Nas comunidades que envolvem essa pesquisa, adicionaria a essa tabela, sem saber os meses exatos de cultivo e colheita, a produção de banana, de coco, de cupuaçu e tantas outras frutas; e na agricultura de várzea, adicionaria a abóbora e o melão. Por não ser o foco deste trabalho, não houve um levantamento apurado e detalhado sobre o assunto, mas pela imersão no território e pelas conversas realizadas já foi possível captar um pouco desse processo produtivo que era realizado por eles na comunidade de origem e que ainda tentam executar.

Como visto acima, os cultivos agrícolas na região eram bem diversos entre as comunidades, mas o cultivo da melancia era algo significativo durante a época da seca, por ser uma agricultura de várzea. Inclusive, em meados de agosto ou setembro, na comunidade de Nazaré, acontece há alguns anos a festa da Melancia, que atrai muitos produtores da região e visitantes. Organizada pela EMATER em conjunto com as secretarias municipal e estadual de agricultura, tornou-se uma festa tradicional na região, onde há uma alta comercialização de produtos diversificados feitos com a melancia (bolos, tortas, pudins, pães, etc.) e alguns concursos, como a maior melancia produzida.

Mesmo com tantas idas ao Baixo Madeira, nunca tinha participado da Festa da Melancia, e tive a oportunidade de vivenciar essa festa com eles em minha segunda ida a campo. Com a cheia de 2014, essa festa não aconteceu por cerca de três anos, sendo recente o seu retorno em 2019 e, segundo alguns relatos, a festa tinha perdido muitas das características tradicionais, como por exemplo, a diversidade de produtos feitos com a Melancia, devido ao desânimo de muitos agricultores/as no pós-cheia ou pela evasão de muitos deles para a cidade.

A festa da Melancia é um evento expressivo na região, assim como os diversos festejos que ocorrem ao longo do ano em muitas comunidades do Baixo Madeira. No entanto, essa festa possui a particularidade de envolver diretamente os produtores locais, diferentemente dos festejos que estão associados à igreja católica. É uma festa que foi bastante incorporada na cultura da população local, que promove torneio de futebol entre as comunidades, assim como todos os festejos da região, mas que também envolve prêmios dados pelo poder público,

dos quais enaltecem muitos dos produtores e suas famílias. Nessa festa de 2019, pude acompanhar os prêmios das maiores Melancias, dos tipos redonda e comprida; a competição de arremesso de Melancia, que Niara (c/m), Lauane (c/m) e sua filha conquistaram o prêmio de grupo mais rápido no arremesso; a competição de quem come mais Melancia em determinado tempo; e o concurso da Miss Melancia, que inclusive fui chamada para ser jurada.

*Figura 18: Concurso de Maiores Melancias do Baixo Madeira – Festa da Melancia - agosto de 2019*



*Figura 19: Concurso do arremesso de Melancia - Festa da Melancia - agosto de 2019*



Por essas comunidades ribeirinhas terem uma grande e variada produção ao longo do ano, as pessoas que trabalhavam na agricultura, no extrativismo e na pesca estabeleciam uma relação com a cidade muito corriqueira e próxima, já que usualmente precisavam ir a Porto Velho para vender seus produtos. Entretanto, apesar de ser uma relação próxima e usual, a preferência pela moradia e pelo trabalho era no interior. A maioria das pessoas com quem conversei relataram não gostar de ir à cidade, sendo que alguns quase nunca iam e enviavam seus produtos por algum familiar ou vendiam para atravessadores locais. Muitos diziam ir à cidade somente por necessidade, faziam a venda e prontamente retornavam para a comunidade que viviam.

As pessoas que trabalhavam com a agricultura e que não vendiam para atravessadores ou para comércios específicos em Porto Velho, iam semanalmente ou quinzenalmente vender suas colheitas em feiras na cidade de Porto Velho. Na minha primeira ida a campo, Niara (c/m) estava mobilizando algumas pessoas para vender seus produtos na Feira da Agricultura Familiar Sabores do Norte, promovida pela EMATER em Porto Velho, já que estavam há alguns anos sem fazer feiras devido às instabilidades que a cheia causou em seus plantios. Algumas famílias aderiram a iniciativa, e na minha segunda ida a campo, acompanhei a rota dessas famílias até a Feira Sabores do Norte em Porto Velho.

Antes do produto chegar na feira e ser vendido, há todo um processo anterior que é feito, como o plantio, a colheita e o transporte desses produtos. Cada espécie agrícola têm seu tempo certo para plantar e colher, que se vinculam ao clima e também, no caso dessas comunidades, ao ciclo do rio. Em agosto, momento que cheguei na comunidade, os plantios já tinham sido feitos e as espécies estavam sendo cultivadas majoritariamente em áreas de várzea, isto é, áreas que estavam alagadas na época da cheia e que, durante a época de estiagem do rio, tornaram-se barrancos ou imensas terras planas cheias de nutrientes para cultivo. Na comunidade de Cavalcante, havia muitos plantios de milho, de macaxeira e feijão de praia. Já nas comunidades de Curicacas, Terra Caída ou outras terras que algumas famílias adquiriram no entorno de Cavalcante, eles cultivavam outras culturas, como a abóbora, a melancia, o melão e mais milho e macaxeira.

Em umas das primeiras semanas de agosto, fui com Lauane (c/m), seu marido, suas filhas e filho até o plantio que tinham feito na comunidade de Curicacas. Passamos o dia todo nesse percurso, tanto pelo tempo de transporte de ida e volta ao local, quanto pelo tempo de



colheita e o tempo para carregar os produtos do alto da comunidade até a canoa e depois carregar da canoa até o alto da comunidade atual. Nesse trajeto que fizemos em Curicacas, Lauane (c/m) mostrou seus plantios e de alguns vizinhos, dos quais tinham uma divisão totalmente simbólica, já que não era possível identificar uma separação demarcada, além de trazer histórias sobre sua vivência anterior nessa comunidade.

*Figura 20: Percurso de retorno para Cavalcante após a colheita em Curicacas - agosto de 2019*



Ao chegar em Cavalcante com os produtos, Ubirajara (c/h) vendeu para um atravessador local, mas na semana seguinte, em uma nova colheita que fizeram, Lauane (c/m) e seu filho foram vender seus produtos na Feira Sabores do Norte em Porto Velho, obtendo uma rica experiência, especialmente para seu filho, que se animou para trabalhar mais na agricultura.

Na terceira semana que estava na comunidade, decidi fazer esse percurso de ir até a feira com algumas famílias que participavam. Para levar os produtos até a cidade, a EMATER dispunha de um caminhão que buscava as mercadorias no dia anterior na boca do Rio Jamari, que era cerca de 1 hora e meia de rabetá da comunidade de Cavalcante. Entretanto, a ida dos agricultores/as até a cidade era feito por conta própria e alguns já aproveitavam o trajeto de levar as mercadorias até a boca do Jamari em suas canoas e pegavam o ônibus até a cidade. Havia outros que enviavam seus produtos por alguém que ia no dia anterior ou transportavam por conta própria até a boca do Jamari no horário combinado com a EMATER, indo para a cidade somente no dia da feira pela madrugada.

*Figura 21: Carregando os produtos agrícolas na rabeta para levar até a feira na cidade - agosto de 2019*



Fui à feira com uma das famílias que saiu às 04 da manhã até a boca do Jamari, pegamos o ônibus até Porto Velho e depois outro transporte até as dependências da EMATER. No local, aguardamos o caminhão chegar com as mercadorias, cada família de agricultores/as pegou seus produtos e expuseram da maneira como podiam na rua que fica em frente à EMATER. Alguns proviam de barracas, mesas ou toldos, e outros estendiam seus produtos em cima de um tecido no chão e debaixo do sol quente.

*Figura 22: Feira da Agricultura Familiar Sabores do Norte em Porto Velho (RO) - Agosto de 2019*



Todo esse percurso realizado com eles foi essencial para captar a relação que possuíam com o trabalho agrícola, desde o plantio até a venda de seus cultivos. Esse processo evidencia as diversas fases da cadeia produtiva, das quais, em geral, nós consumidores não enxergamos e não valorizamos. É um modo de relação com a mercadoria resultante do modelo capitalista que subtrai e anula todos os processos que envolvem a materialização de um produto, seja ele natural, como os produtos agrícolas, ou sejam eles construídos, como uma cadeira.

Para além da comercialização de seus produtos, a relação com a cidade ocorria com muita frequência pelos ribeirinhos do Baixo Madeira, devido a presença de familiares na cidade, acesso a serviços públicos de diferentes finalidades, utilização do banco e para compras de bens materiais diversos.

Como sinalizam Fraxe, Witkoski e Miguez (2009), as populações ribeirinhas amazônicas nunca viveram isoladas no tempo e no espaço, isto é, sempre estabeleceram relações de trocas materiais e simbólicas entre outras famílias e comunidades, e entre o mundo rural e o urbano. Portanto, segundo Pinto et al (2016), é possível ver nas comunidades um modo de vida também interligado ao meio urbano, que apesar da distância, é considerado o pólo de comercialização de seus produtos e lugar de acesso a certos serviços públicos importantes, sobretudo os serviços de saúde, de assistência social e assistência técnica rural.

Mesmo que alguns desses serviços estivessem inseridos nos distritos e em algumas comunidades, a ação nos territórios era muito frágil. Na área da saúde, por exemplo, havia uma grande falta de profissionais (principalmente médicos) e as especialidades eram todas encaminhadas para Porto Velho. Na assistência social, a maioria das famílias recebia auxílio do poder público e, para isso, era preciso se deslocar mensalmente até a cidade para recebê-lo. A assistência técnica rural tem uma ação mais direta e desenvolvida na região, porém também já estava ficando esmorecida pela desarticulação e desmonte das subsedes que tinham ocorrido nos distritos. Deste modo, para conseguirem acessar muitos dos serviços e benefícios, era preciso se deslocar à cidade.

Ademais, outra relação muito comum estabelecida com a cidade era a mudança de muitos jovens adolescentes e jovens adultos para Porto Velho. Alguns pais que possuíam melhores condições, em geral, mandavam seus filhos para estudar o ensino médio na cidade. Havia ainda, alguns jovens, que ao terminar o ensino médio no interior, decidiam cursar a universidade e se mudavam para Porto Velho; e havia outros que iam para trabalhar. A maioria

desses, em geral, não regressava ao interior, já que a cidade se tornava mais atrativa devido à facilidade de acesso a bens materiais e eventos diversificados, segundo alguns relatos.

Em uma das conversas que realizei com algumas mulheres na beira do rio sobre essa mudança de muitos jovens para a cidade, elas comentaram que os jovens não se interessavam mais pelo trabalho que era feito pelos pais no interior e havia muitos pais que não desejavam que eles seguissem no mesmo caminho, por expectativas criadas, de ambas as partes, que ir para a cidade poderia proporcionar melhores estruturas e bens econômicos. Moema (c/m), por exemplo, comentou que os jovens não queriam ajudar nos afazeres diários, ou seja, nos trabalhos em casa, na roça ou na pesca, e alguns tampouco se interessavam em estudar, mesmo com a facilidade que havia atualmente de ir à escola e de realizar as tarefas diárias, comentando: “eles têm até preguiça de ligar a bomba para puxar a água”. Ela acrescentou que, apesar das dificuldades que tinham antes, sempre gostou de sua vida no interior e sentia muita falta de algumas relações com o território que tinha quando era jovem: de lavar a roupa no igarapé, cozinhar no fogo à lenha, de andar muitos quilômetros para chegar à escola e de ir diariamente com baldes buscar água com toda a família no igarapé, cada qual com o balde respectivo ao seu tamanho, do menino pequeno ao grande.

Adjunto a isso, pode-se dizer que a tecnologia que vem crescendo, e que já faz parte do cotidiano das comunidades mesmo que em menor escala, implica em algumas mudanças nas relações sociais e nas relações com o território, especialmente por parte dos jovens que desejam estar mais no celular ou assistir televisão. Em Cavalcante, por não ter energia o dia todo e tampouco internet com facilidade, os jovens que continuavam a viver na comunidade ajudavam muitos os pais em seus afazeres diários, mesmo que muitas vezes não o queriam. Mas, quando não o faziam, de fato passavam muitas horas na internet ou em jogos no celular, assim como temos essa relação com os eletrônicos na cidade.

Vale dizer que o momento de estar no celular, em Cavalcante, tornava-se algo coletivo entre os jovens, já que a internet pegava somente dentro de um pequeno perímetro e, por ela ser paga diariamente, para evitar muitos gastos, um deles pagava a senha e todos a compartilhavam por bluetooth. Para além dessas novas tecnologias, os jovens ainda compartilhavam outros momentos coletivos de lazer pulando n'água, jogando futebol, subindo em árvores, etc. Portanto, ainda há uma grande diferenciação dessa relação com as tecnologias por viverem em um ambiente que não individualiza e facilita seu acesso.

Os adultos, também participavam de muitos desses momentos de lazer junto aos jovens, especialmente para jogar futebol, algo que é bem presente no lazer de todas as comunidades ribeirinhas da região. Fora isso, eles frequentavam as igrejas nos cultos à noite ou em atividades de fim de semana; e havia alguns, como Lauane (c/m), que ia todos os dias aos cultos, frequentando todas as igrejas, relatando que “é a única coisa diferente que tem para fazer”. Além disso, havia ainda dois locais com sinuca que muitos frequentavam, alguns dia e noite, sobretudo os homens. As poucas mulheres que iam, em geral estavam acompanhando seus maridos, porque somente os homens jogavam.

Essa divisão de atividades entre homens e mulheres era bem nítida, assim como a relação que constituíam com seu território atual e o de origem. Nos afazeres diários, por exemplo, apesar de muitas mulheres também trabalharem no roçado ou na pesca, junto ou separado de seus maridos, o trabalho de casa era executado majoritariamente por elas ou pelas filhas mulheres; já os trabalhos mais braçais que exigiam levantar peso, cortar madeira e obras em geral, eram executados somente pelos homens. Ao realizar as visitas domiciliares pela manhã, era muito comum não encontrar ninguém em casa ou somente as mulheres, que estavam executando o trabalho doméstico e muitas vezes não queriam ser interrompidas.

Diante dessas referências e vivências diárias com os sujeitos do território, foi possível visualizar as diferentes conexões, emoções e percepções com a situação vivida na nova comunidade e a inter-relação sujeito-espço construída historicamente por cada indivíduo e determinados grupos familiares. Enquanto havia muitos que ainda sofriam pelas perdas que tiveram, outros (poucos) consideravam que a mudança para Cavalcante foi muito boa para suas vidas, e que mesmo com as diversas dificuldades encontradas, sentiam-se melhores e mais seguros por não viverem mais em terras alagadiças. Entretanto, no geral, todos estavam se adaptando ao novo lugar, se refazendo e se reconstruindo nas novas relações sociais e espaciais fixadas no território.

Nesse fluxo, um grupo de pessoas, que tentava auxiliar na reconstrução simbólica e material do atual território, fundou uma nova associação – a Associação dos Moradores e Produtores de Cavalcante, no intuito de articular e unificar as demandas concretas do território e cobrar seus direitos com o governo. No entanto, pela permanência e vínculo de muitos com as associações de suas comunidades de origem, de Terra Caída e de Curicacas, ainda não existia uma articulação unificada com essa Associação e isso era motivo de alguns

conflitos entre os líderes das comunidades, os quais serão abordados no tópico “As Lutas”.

Essas associações e as igrejas eram as únicas instituições internas que atuavam no território. Porém, havia também a atuação de instituições externas que envolviam os sujeitos da comunidade de Cavalcante, e conseqüentemente de Terra Caída e Curicacas. Dentre elas, estavam: a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO), que realiza o apoio na assistência técnica rural e possuía uma relação próxima com muitos agricultores/as; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) devido a comunidade atual e as de origem estarem no entorno das unidades de conservação, corroborando para que alguns sujeitos integrassem o conselho da Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (GICJ); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que atua em conjunto com o ICMBio na fiscalização ambiental da área, devido a entrada de madeireiros ilegais; o Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira (CONACOBAM) que tinha uma atuação um pouco mais afastada nos últimos anos na região, mas que engloba todas as comunidades da região no apoio às Associações e Cooperativas; e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que buscava atuar no território, mas era algo embrionário com poucos sujeitos envolvidos.

Apesar das conexões singulares com o novo lugar de moradia, notou-se que havia uma relação particular entre grupos de pessoas sobre a espacialidade na comunidade, especialmente no que condiz às proximidades sociais e familiares, construindo ações conjuntas para permanência e melhores condições de vida no território. Essas ações não são concisas e não mobilizam todos os sujeitos do território, mas havia uma participação ativa na realidade local e, especialmente, na proposição de um futuro comum.

### **5.3. As Lutas**

O passado, o presente e o futuro comum dos sujeitos do território estão marcados por uma história de lutas na relação e constituição desse território, que vem de gerações passadas e continuarão para as novas gerações. São lutas atravessadas por conflitos macros que incidem nas diferentes escalas do território, isto é, desde conflitos climáticos globais, conflitos econômicos, conflitos socioambientais que marcam as problemáticas enfrentadas na localidade, até conflitos internos que mobilizam ou desarticulam as ações locais.

Segundo Henri Acselrad (2004), os conflitos ambientais são tensões entre as diferentes

perspectivas de modelos de desenvolvimento, que envolve distintos grupos sociais e suas formas de apropriação do território, originando-se de impactos promovidos no meio ambiente por um desses grupos. Ou seja, para além dos diferentes interesses relativos à esse território, os conflitos acontecem pelos efeitos destrutivos advindos das ações no meio ambiente. Conjugado a isso, os conflitos socioambientais partem dessas práticas destrutivas no meio ambiente que desconfiguram outras práticas sociais alinhadas à natureza impactada.

Historicamente, a população das comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira é atravessada por diversos conflitos presentes no território, de ações que impactam o ambiente que vivem e, conseqüentemente, impactam a forma como se relacionam com esse território. Não será possível se aprofundar em todos esses conflitos, porém faz-se necessário visualizar parte desse cenário que configura o modo de ser e estar dos sujeitos-espaco deste estudo.

Entre os conflitos que integram aquele território, podemos citar: (a) os diversos empreendimentos que se instalaram na região e provocaram mudanças em seu socioambiente, com diversos impactos no rio e na floresta da região, bem como o deslocamento compulsório de grupos humanos, como foi o caso da UHE de Samuel instalada e operacionalizada na década de 1980 no Rio Jamari, e recentemente, as UHEs Santo Antônio e Jirau instaladas no curso do Rio Madeira em meados dos anos 2000 e operacionalizadas em 2012 e 2013, respectivamente; (b) os diversos poluentes lançados ao solo e ao rio, devido a diversas ações humanas, destacando-se a ação do Garimpo na região; (c) o desmatamento, com a retirada de madeira ilegal e queimadas provocadas no entorno das comunidades; (d) falta de saneamento básico na cidade e nas comunidades, com o lançamento de esgoto no solo e no Rio Madeira; (e) o descarte e as queimadas de lixo por falta de políticas públicas apropriadas voltadas aos resíduos sólidos; (f) moradias irregulares e ocupação ilegal de áreas preservadas; entre outros.

Perante tudo que foi apresentado até o momento, fica evidente que a comunidade de Cavalcante surgiu de um conflito socioambiental significativo que marcou os sujeitos e a história de toda a região atingida: a cheia histórica de 2014 – que alterou o espaço de vida desses sujeitos pelo impacto que causou em suas comunidades de origem e pelo deslocamento forçado de suas terras. A partir desse conflito, outros conflitos subseqüentes surgiram após a enchente e durante a vivência na nova comunidade, abordados neste tópico.

Após a situação de crise da cheia, o governo do Estado de Rondônia realizou um Plano de Reconstrução e Prevenção de Desastres traçando diversos projetos nas áreas de

infraestrutura, meio ambiente, assistência social e saúde, em conjunto com diversos órgãos e instituições presentes no estado e nos municípios atingidos. Uma das principais ações previstas nesse Plano, em relação ao Baixo Madeira, era a compra de quatro áreas de terras para mudança das famílias atingidas na região, sendo Cavalcante um desses territórios.

E assim, a partir do plano de reconstrução, parte dessa terra privada de Cavalcante foi comprada pela prefeitura. Foram adquiridos 50 hectares e 10 hectares foram doados pelo dono, totalizando 60 hectares que seriam divididos em lotes entre as famílias atingidas de Curicacas, Terra Caída e outras que se deslocaram para a localidade. Após a compra, também era previsto nesse Plano de Reconstrução que outras ações referentes à infraestrutura fossem feitas, como o apoio na construção das casas, a construção da escola e do posto de saúde, a instalação dos postes de energia e saneamento, além do apoio em assistência social e assistência técnica na agricultura.

Em 2014, pude participar das reuniões que foi elaborado esse Plano e, realmente, não tive conhecimento dos resultados obtidos a partir dos projetos construídos coletivamente entre sociedade civil e poder público durante esses encontros. Tentei acessar esses dados, com ofício enviado ao setor responsável e com pesquisas realizadas nos sites da prefeitura, porém sem sucesso.

Em minha primeira ida a campo, antes mesmo de chegar à Cavalcante, no barco que fomos até a comunidade, Niara (c/m) trouxe à tona essa problemática, mostrando-me o Plano de Reconstrução impresso, do qual ela levava consigo para todos lugares que ia na pretensão de cobrar essas ações ao poder público sempre que podia.

No momento de realização da pesquisa de campo, já havia cinco anos da cheia histórica e essas ações previstas não estavam efetivadas na comunidade. Alguns possuíam dúvidas acerca da regularização da terra, já que não possuem nenhuma documentação que comprove, e seguiam na esperança pela concretização de políticas públicas e ações estruturais na comunidade.

Para enfrentamento dessa situação, alguns comunitários se organizaram para a criação da Associação de Moradores e Produtores de Cavalcante, já que as Associações são espaços legitimados pelo Estado de articulação coletiva, para viabilizar o repasse de recursos e para responder às contestações comunitárias acerca dos problemas no território. Em 2019, estavam em um processo de pouca mobilização comunitária junto à essa Associação, mas as pessoas



que compunham a Diretoria dessa instituição haviam entrado com recurso no Ministério Público para que os projetos prometidos pela prefeitura fossem concretizados, especialmente, a instalação de postes de energia na comunidade. Em minha segunda ida a campo, soube que esse requerimento teve uma resposta de que as ações seriam iniciadas no ano de 2020, porém, logo veio a pandemia e o que estava em aberto continuou em aberto pelo poder público.

Embora os planos da infraestrutura não tivessem sido concretizados, as ações referentes à assistência social, mesmo com falhas, foram concretizadas. As famílias receberam por um ano um auxílio moradia, cestas básicas e galões de água devido as perdas estruturais e econômicas. Nesse sentido, previa-se ainda uma indenização para as famílias que perderam seus cultivos, porém, até o momento da pesquisa de campo, isso não ocorreu. Houve somente um auxílio da EMATER com doação de mudas e sementes para recomeçarem seus plantios.

Em relação às ações na saúde, como já abordado no tópico “O Território”, os próprios moradores de Cavalcante tiveram que se organizar para construção de uma casa que fosse utilizada como o Posto de Saúde, ação que teve alguns conflitos internos entre os comunitários, uma vez que não havia concordância entre eles sobre a construção dessa infraestrutura por conta própria e, posteriormente, por questões econômicas de gastos obtidos durante o processo de construção. Para mais, enquanto estive na comunidade, tanto em abril quanto em agosto, não presenciei a ida da equipe de saúde para a comunidade de Cavalcante, me notificando de diversos cancelamentos que faziam momentos antes do dia marcado para visita, assim como relatos de que estavam sem essa assistência há meses. Somente presenciei a visita dos agentes de endemias e, ao final do segundo campo, conheci o agente comunitário de saúde que era referência daquela localidade. Tal fato, demonstra que a problemática da assistência em saúde na região não se resume à sua estrutura física, mas também aos recursos humanos e financeiros para sua efetivação.

Outro fato marcante em todo Baixo Madeira, é a mudança dos jovens para a cidade de Porto Velho, seja para estudar o ensino médio ou para trabalhar. Isso porque, para muitos deles, o futuro está na cidade e não no interior. Além disso, muitos também se deslocaram para estudar na cidade pelas inúmeras adversidades que há nas escolas rurais da região, de instabilidade com a falta de professores e problemas com o transporte, das quais se intensificaram após a cheia de 2014. Em minha primeira ida a campo, as crianças e jovens estavam sem aulas há meses e ainda não haviam terminado o ano letivo de 2018, situação que

se estendeu durante todo o ano de 2019, especialmente para as comunidades que tinham que se deslocar para ir à escola. O atraso do ano letivo ocorreu pelo corte das aulas durante o ano de 2014, devido aos impactos da enchente; e a falta de aulas em 2019 ocorria por problemas no transporte escolar, que foi cortado pelo poder público. O transporte era realizado por uma empresa terceirizada e, devido a algumas irregularidades, a prefeitura rompeu o contrato e não conseguiu retomar a contratação de outra empresa viável para realização do transporte rural e fluvial. No início dessa problemática, as escolas cortaram as aulas de todos os alunos, porém, no segundo semestre de 2019, as escolas retomaram as aulas para os alunos que poderiam ir por conta própria, ou seja, para os alunos que viviam nas comunidades que sediavam as estruturas escolares, prejudicando fortemente as crianças e jovens de outras comunidades que necessitavam do transporte fluvial para chegar à escola. Essa situação se agravou com a pandemia em 2020 e, no pós-pandemia, que a situação do transporte segue sem solução e as escolas adotaram o ensino remoto para essas comunidades que precisavam se deslocar para as aulas, efetivando a desigualdade no acesso à educação das comunidades rurais e ribeirinhas.

Essa dificuldade de acesso à escola contribuiu para a evasão escolar na região, que conjugado à conjuntura da época de aumento das desigualdades sociais e econômicas e a falta de fiscalização ambiental, muitos desses jovens passaram a trabalhar no Garimpo junto de seus familiares. Vale dizer que este trabalho é irregular, e mesmo sendo uma ação local que ocorria continuamente desde os anos de 1950, era uma atividade que estava sendo controlada pelas fiscalizações, com significativa diminuição em sua adesão.

Essa forma de trabalho têm um histórico de alta expressividade nas décadas de 1970 e 1980, momento que essa exploração cresceu na região com boatos de muito ouro no fundo do Rio Madeira, que resultou na construção de estradas e grandes migrações populacionais para Rondônia (Fonseca, 2021). Nos últimos anos, o vínculo ao garimpo cresceu e mudou bastante a dinâmica socioambiental da região, com jovens deixando os estudos e adultos deixando o extrativismo e a agricultura para executar esse outro trabalho, além de aumentar substancialmente a contaminação de mercúrio no Rio Madeira e o desbarrancamento das comunidades.

Durante a segunda ida a campo, outro fator observado que se intensificou na região pela falta de fiscalizações, foram as queimadas. Ia para aquela região desde 2012, especialmente nessa época de seca, período que ocorria mais queimadas para desmatamento

da floresta, entretanto, nunca havia presenciado tanta fumaça e o alto índice de fogo próximo às comunidades. Houveram dias que, ao acordar, não se via nada no rio com tanta fumaça que tinha pelas queimadas que estavam ocorrendo na região. As balsas e barcos tinham que parar seu trajeto para não colidir com algum bolsão de areia, alguma comunidade ou alguma outra embarcação. Soube também, de casas que foram queimadas no Igarapé Tucunaré, além de outros campos queimados próximos dali.

Os conflitos socioambientais presentes na comunidade de Cavalcante e seu entorno, são diversos e configuravam suas lutas diárias, sejam individuais ou coletivas, para melhores condições de vida. E, além desses conflitos mais amplos, que advinham de ações externas aos seus territórios, de interesses distintos aos seus, havia também alguns conflitos internos que, inclusive, baseavam-se na forma como lidavam com esses conflitos mais amplos.

Por ser uma localidade que abrigou diferentes comunidades, como já abordado anteriormente, as relações que estabeleciam com o espaço e com o território, muitas vezes se colidiam, e eram entremeadas pelas problemáticas vividas e pelos diferentes interesses que projetavam nessa nova localidade. A presença de muitas lideranças e de suas posições divergentes frente às ações no território, foi algo que sobressaiu durante minha vivência em campo, além de outros conflitos singulares entre grupos de pessoas. Entre esses conflitos, destacou-se a necessidade de reconhecimento das Associações anteriores, isto é, das Associações de suas comunidades de origem frente a representatividade da nova Associação ou da necessidade de sua existência; a forma de se mobilizar frente às problemáticas, com cobranças mais diretas a um político específico ou cobranças mais coletiva de reivindicação pública; a abertura ou não para novos moradores na localidade; bem como tensões em torno do uso de estruturas de apoio diário que precisavam ser articuladas coletivamente para conseguirem usufruir, como por exemplo, o uso dos geradores de energia.

As Lutas dos Sujeitos do Território são intensas e atravessadas por diversos aspectos históricos, sociais e ambientais, que refletem na construção de suas subjetividades das relações com o espaço. Diante da vivência obtida pelo desastre, o deslocamento forçado e a necessidade de permanência nesse território, articula-se suas singularidades com esses conflitos globais e locais presentes no novo lugar. Sendo assim, a necessidade de reconhecimento pessoal, a dinâmica de protecionismo ou de abertura do território, bem como o apego ao lugar ou apego às formas passadas de se relacionar com o território, foram os

processos psicossociais do (des) enraizamento que pude identificar nesses conflitos mais internos da comunidade. São processos que trouxeram significantes do enraizamento da conexão com o novo lugar de moradia, relacionando-se dialeticamente com os processos sociopolíticos desenraizantes que impõe certas determinações culturais e cotidianas na relação com esse lugar.

## 6) FUNDO D'ÁGUA

“... foi tudo por águas abaixo...”  
(Lauane (c/m))

Este capítulo apresenta os resultados e análise realizada em torno de relatos sobre a enchente, elucidados pelos sujeitos nas entrevistas, percurso comentado e conversas informais realizadas em campo. Os relatos trazem diversos aspectos que envolvem suas vivências e percepções durante o período extremo da cheia, mas também trazem aspectos anteriores e posteriores que possuem relação com o ocorrido. São memórias, significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos em torno de tudo que a enchente trouxe e levou diante da relação que estabeleciam com seu espaço de vida. A categoria “fundo d’água” significa, portanto, a profundidade dos impactos subjetivos e objetivos que a enchente provocou nesses sujeitos.

A primeira subcategoria, intitulada “*Quando a água subiu: o evento inesperado*”, retrata a surpresa que as pessoas tiveram quando a água do rio ultrapassou seus limites, inundando suas terras e suas casas com muita rapidez. Ao falar sobre a vivência que tiveram com a cheia histórica de 2014, os sujeitos sempre traziam memórias de quando essa água chegou para dentro de suas casas e o quanto ia subindo diariamente. Na crença de que essa água logo iria parar de subir, contavam como seguiram vivendo dentro de suas casas e as estratégias utilizadas para salvar suas coisas. Para além dos fatos ocorridos, destacam-se os sentimentos de ver as casas e terras serem submersas pela água.

A segunda subcategoria, “*O que a água destruiu: os sentidos e significados em torno das perdas*”, aglutina relatos sobre as perdas materiais, as quais tiveram grande destaque nas entrevistas, percurso comentado e conversas informais durante o trabalho de campo. Por meio delas compreende-se a simbologia que essas perdas tiveram na relação que estabelecem com seu espaço, no caso, com um espaço que foi destruído pelas mesmas águas das quais os sustentavam tanto de forma material como de forma subjetiva e identitária. São águas que reforçam sua história, sua vivência diária e suas aspirações. Ademais, não se pode deixar de notificar a importância que os bens tiveram e têm na produção de sua vida material de sustento financeiro e de manutenção da vida. Deste modo, a apresentação dos resultados nessa subcategoria se dá em torno dessas perdas objetivas, conjugada a análise dos significados que essas perdas materiais refletiam na subjetividade e na inter-relação dos sujeitos com seu território afetado.

A terceira subcategoria, “*As águas do sentir: saúde mental e física dos sujeitos*”, os resultados e discussão adentram-se mais especificamente nos afetos envolvidos durante e após o período da cheia, dos quais os próprios participantes fazem menção nas entrevistas realizadas. São retratados, ainda, relatos sobre abalos mais expressivos na saúde mental das pessoas impactadas pela cheia histórica e alguns impactos na saúde física desses sujeitos afetados, como o aumento de algumas doenças específicas.

Por último, a quarta subcategoria, “*O ciclo do rio transfigurado: as causas do desastre atribuídas pelos sujeitos*”, apresenta relatos dos participantes da pesquisa sobre o que para eles provocou a cheia inesperada. Foi um assunto que sempre vinha à tona em conversas informais realizadas no trabalho de campo, assim como surgiu ou foi indagado por mim nas entrevistas. Vale ressaltar que não se pretende analisar o que de fato provocou esse desastre, entretanto, a percepção dos sujeitos sobre o que produziu o desastre que vivenciaram é de extrema relevância para compreensão dos processos subjetivos atrelados à inter-relação com o espaço. Essas percepções evocaram muito sobre o conhecimento dos sujeitos desse ambiente e a história que construíram no território.

### 6.1. Quando a água subiu: o evento inesperado

F (p): E como que foi a:: enchente pro senhor? A cheia de 2014?

Raoni (t/h): Olha rapaz... aquilo ali pra nós foi... **uma tristeza né...** foi muito ruim porque a **gente não esperava um negócio daquele...** quantos anos nós vivemos ali... muito ano... né... (...) quarenta... cinquenta ano... que eu nasci e me criei... hoje tô com sessenta e quatro ano... nunca tinha visto na minha vida... **tinha visto algum pouco de água...** até cobrir as terra... VI... durante o tempo que nós moramos lá... **umas três vezes eu vi acontecer... mas a água ficava o máximo quarenta centímetro em cima da terra e logo com uma semana já... a água descia e a gente ficava tudo de boa sempre...** matava alguma coisinha... matava um pé de limão... porque o limão sente... mas bananal... as outras coisa... era normal... graças a Deus nunca acabou o bananal nosso assim... MAS essa de 2014... nós num esperava (...)... eu acho que ninguém do baixo madeira esperava aquela enchente oh... (...) e:: ... da cidade também né... como ali na frente da cidade de Porto Velho... que eu vi... gente andando de lancha pra pegar a rua sete de setembro lá em cima pra poder resolver os seus trabalho... seus negócio...nunca tinha visto isso ai... mas eu vi... na de 2014...

Inicia-se essa subcategoria com o relato de Raoni (t/h), representando o sentimento de todas e todos que entrevistei e conversei na comunidade sobre a cheia de 2014. Destaca-se em sua fala que a cheia foi algo inesperado para ele e para todos da região, algo que foi aquém do que estavam acostumados a vivenciar ano a ano com as cheias do Rio Madeira.

Como já abordado anteriormente, a região amazônica possui períodos de cheias e secas dos rios, sendo que as populações que vivem nas beiras dos grandes rios, igarapés ou lagos convivem e se relacionam produtivamente com esse ciclo das águas. Conviver com a cheia e com a vazão do rio já é um costume do ribeirinho, especialmente para os que vivem em terras alagadiças, isto é, em terras de várzea. As localidades da maioria dos sujeitos entrevistados tinham essa especificidade, por isso muitos deles já tinham casas com o assoalho mais alto ou até casa de dois andares devido às cheias anuais que inundavam seu terreno. Tinham também um tipo de produção agrícola específica, que acompanhava esse ciclo do rio.

Em entrevista realizada com Moacir (t/h), irmão de Raoni (t/h), ele também acentua em sua fala que uma cheia daquele porte nunca havia ocorrido. Moacir (t/h) nasceu na região e tinha 73 anos no momento da entrevista; ele diz que a água vinha, cobria as terras, mas era pouco.

F (p): (...) e o que que o Sr. acha que foi essa enchente toda?

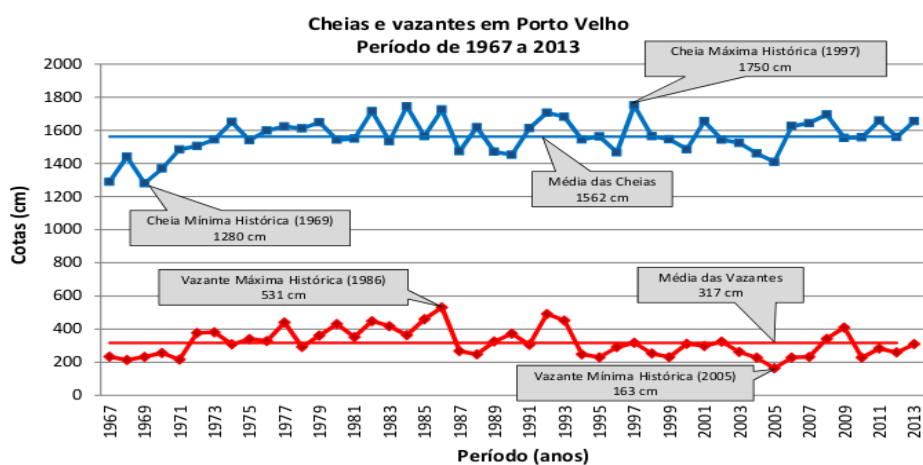
Moacir (t/h): Irmã... eu não sei não ... mas pra mim **isso não é normal**... (...) porque nunca tinha acontecido... (...) **os ano que a gente vivia aí**... nesses canto aí... **nunca tinha acontecido**... sempre **a enchente vinha... mas era pouquinho**... até chegava perto... chegava um ponto de ainda cobrir... mas ficava baixinho... chegava a matar nada...

Como demonstra o gráfico a seguir, as cheias do rio Madeira possui uma oscilação no nível de água, e houve anos em que eram maiores do que a média de 15,62 metros. Antes de 2014, a maior cheia registrada foi no ano de 1997 (17,50 metros), cerca de 2 metros a menos da cota de 2014 que foi registrada em 19,66<sup>12</sup>cm pelo Serviço Geológico Brasileiro (SGB) e a Agência Nacional das Águas (ANA) (CPRM, 2014). Esses valores são referentes à região de Porto Velho, pois há variações nesse nível em outras regiões do Rio Madeira.

---

12 Esse valor foi encontrado no relatório de monitoramento da CPRM, entretanto, em várias notícias sobre a cheia e no diagnóstico situacional realizado pela defesa civil, a cota que foi apresentada foi de 19,74 metros.

Figura 23: Cotograma das cheias e vazantes observadas em Porto Velho (de 1967 a 2013)



**Gráfico 03:** Cotograma com as cheias e vazantes observadas em Porto Velho. Período 1967-2013.

Fonte: CPRM, 2014.

No primeiro trecho aqui apresentado, Raoni (t/h) também relata que vivenciou outras três cheias um pouco maiores, porém era algo rápido e que não chegava a atrapalhar a moradia e a produção. Não especifica em que anos isso ocorreu, mas outras (os) entrevistadas (os) citaram alguns anos, como os anos de 1986, 1992 e 1997. Em boletins de monitoramento hidrológico do Serviço Geológico Brasileiro (SGB) e da Agência Nacional das Águas (ANA), realizados entre janeiro e fevereiro de 2014, são encontrados dados sobre cheias anteriores que marcaram as cotas históricas (CPRM, 2014), as quais se aproximam com as datas citadas pelos sujeitos da pesquisa, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4: Maiores cheias (antes de 2014) na estação de Porto Velho – Rio Madeira

| Nº de ordem | Ano  | Maiores cheias (cm) | Mês   |
|-------------|------|---------------------|-------|
| 1           | 1997 | 1750                | Abril |
| 2           | 1984 | 1744                | Abril |
| 3           | 1986 | 1725                | Abril |
| 4           | 1982 | 1715                | Abril |
| 5           | 1992 | 1706                | Março |

Fonte: CPRM, 2014.



Outro dado importante citado na tabela é o mês que essa cota máxima chegou, sendo a cheia citada (de 2014) já havia apresentado valores acima da média desde o final de 2013. E como podemos observar na tabela acima, as maiores cheias ocorreram durante o mês de abril, sendo que mês de maio a água do rio já começava a baixar. Em 2014, a cota máxima foi atingida no mês de março e, no mês de maio, a cota do rio ainda estava em 16,80 metros, muito acima da média para aquele mês (CPRM, 2014).

Segundo dados da Controladoria Geral da União e Defesa Civil (2014, p. 7), a situação de transbordamento do Rio Madeira se manteve por três meses, de 12 de fevereiro a 12 de maio de 2014. Ademais, evidenciou-se que, no mês de agosto de 2014, “o nível do Rio Madeira estava em 8,20 metros, sendo que para o período referente àquele mês a cota normal seria de 5,30 metros”. Moema (c/m) e Iracema (c/m) relacionam a morte de suas árvores com essa demora da água baixar, reforçando a questão de que nunca tinham visto uma inundação como aquela de 2014.

Moema (c/m): ... e **a enchente foi demorosa mesmo...**

F (p): Foi?

Iracema (c/m): Muito... **por isso que as plantaço num resistiu... né?**

Moema (c/m): Olha... coisa que eu nunca tinha visto... uma mangueira que lá alagava... toda vez alagava né... mas nunca... **nunca tinha visto a mangueira morrer...** e hoje você vai lá a mangueira... **morreu tudo...**

Iracema (c/m): Eu também...

Moema (c/m): ... meu Deus... eu nunca vi uma mangueira morrer... **toda vida alagava essa mangueira no rio...**

Iracema (c/m): Eu nunca... **pra falar verdade...** eu **nunca tinha visto alagação aqui...**

Moema (c/m): Eu também não...

Diante desses dados e da relação que os sujeitos possuem com esse ciclo das águas, destaca-se abaixo, no relato de Jandir (c/h), o momento que o rio começou a encher e a estratégia que usou para salvar seus pertences. Relembrou dois anos que vivenciou cheias grandes (1992 e 1997) e, com base nessa vivência, calculou a altura que iria levantar suas coisas. Sem achar que a água passaria daquilo, Jandir (c/h) foi para Porto Velho e, ao retornar viu sua casa totalmente debaixo d'água.

Jandir (c/h): Aí sim... aí... foi o tempo que chegou a cheia né... (...) em 2014... aí já tava só eu... mulher já tinha morrido... (...) já tinha... tava com um ano... mas mesmo assim eu cultivava... eu morava lá... rapaz... encheu encheu encheu... eu sai pra Porto Velho... **deixei as coisa tudo atrepada** numa... essas peça aqui... só que lá era mais alto... (...) esse pau do meio era mais

ou menos assim... quase na altura do meu peito... (...) eu fiz... **aquilo tudinho eu calculei... porque eu nunca tinha visto água passar daquilo** né... nessa altura... num assoalho dessa altura né... que quando tinha alagado... já fazia ano quando eu vi isso... no ano 92 e 97 que alagou... rapaz... eu fui pra Porto Velho... ((fala que ficou doente por lá e demorou para voltar)) ... quando melhorei... desci... (...) **água água água... eu mergulhei dentro da casa...** mas só que preso... num tem fôlego a gente não... **num cheguei** ((risos))... eu chegava na tábua... logo a minha mão já vinha pra cima...

Essa maneira de subir o assoalho, chamado por eles de maromba, foi uma das estratégias utilizadas por muitos deles durante a cheia, sendo já um costume ribeirinho, especialmente dos que vivem em áreas alagadiças.

Além de encher acima do esperado, muitos sinalizam a rapidez com que a água subiu. No trecho a seguir, Moacir (t/h) diz acordar dentro d'água, pois a água subiu da noite para o dia. E ainda reforça: "*daí pra cá foi corre corre direto*", simbolizando essa rapidez com que a água foi subindo e o incansável esforço em escapar da água, seja levantando o assoalho, retirando seus pertences da casa, tentando salvar animais ou alguma produção, até o momento de saírem de suas casas rumo à cidade ou para uma terra firme.

F (p): É... e como que foi a enchente lá?

Moacir (t/h): Rapaz... nós tava lá... tava muita chuva lá... quando foi... **o rio começou a encher encher encher...** e sempre... **a gente achava que no outro dia já ia parar né...** (...) aí no outro dia... mais a frente... "não... mas isso não vai (correr não)"... rapaz... até que um dia a água chegou pertinho do piso lá de casa... não foi parando... aí quando fui deitar... era dez hora da noite... quando foi umas oito da manhã fui levantar da cama... quando fui pisar... bem a água aqui ó...

F (p): Nossa... no joelho...

Moacir (t/h): ... em cima do piso já... rapaz... **nós já acordamos dentro d'água ó...** digo procê minha irmã... **aí daí pra cá foi corre corre direto...**

Em consonância com esse "*corre corre*" citado por Moacir (t/h), vale apresentar aqui um acontecimento relatado por Moema (c/m) e Iracema (c/m) em que elas, seus maridos e outros familiares tentaram salvar as mandiocas que haviam colhido, fazendo farinha no único pedaço de terra próximo de onde viviam e que ainda não tinha sido submerso pela água.

Moema (c/m): (...) mais PRA TRÁS... disse que **tinha uma pontinha de terra** que diz que era alta... num era?... ((risos I))... aí que **era tanta de mandioca...** que enche os balde... **gente querendo dá uma de salvar...**

Iracema (c/m): Acudir... né?

Moema (c/m): ... acudir... aí ele((s)) (...) tudo indo pra lá pra ponta de terra **fazer uma casa de farinha...** fizeram... levando o forno pra lá... **pensando que era alto... quando pensamos que não... até o forno tava dentro d'água...** ((risos alto))...

F (p): O forno de farinha?

Moema (c/m): Mas... **MAL DEU de torrar essas massas...** o gato... cachorro... galinha... que nós tinha botado nessa ponta de lá... (...) quando pensamos que não tava tudo afogado os coitado... **jacaré comeu galinha... jacaré comeu pinto... um bocado dos gato...** que meu menino adorava os gato... conseguiu salvar uns e outros ficaram... e foi assim...

F (p): Eita...

Moema (c/m): Foi **muito agoniante** pra nós que não era acostumado com aquilo... foi muito agoniante...

Iracema (c/m): As farinhada dentro d'água... só na... o **forno só naquele bolãozinho de terra e água correndo ao redor...**

(...)

Moema (c/m): (...) torrando farinha ali dentro do forno... querendo salvar pra não perder... **porque na frente nós ia ficar sem...** (...) mas não tinha como não perder... de qualquer jeito perdemos... que **ela veio assim de uma vez... que ela não deu quase tempo pra nada...**

F (p): Aí foi fazer a farinha lá na correria...

Moema (c/m): Na correria... botando dentro dum saco... botando dentro dos tambor... num era?

Iracema (c/m): É...

Moema (c/m): ... **uma correria grande...**

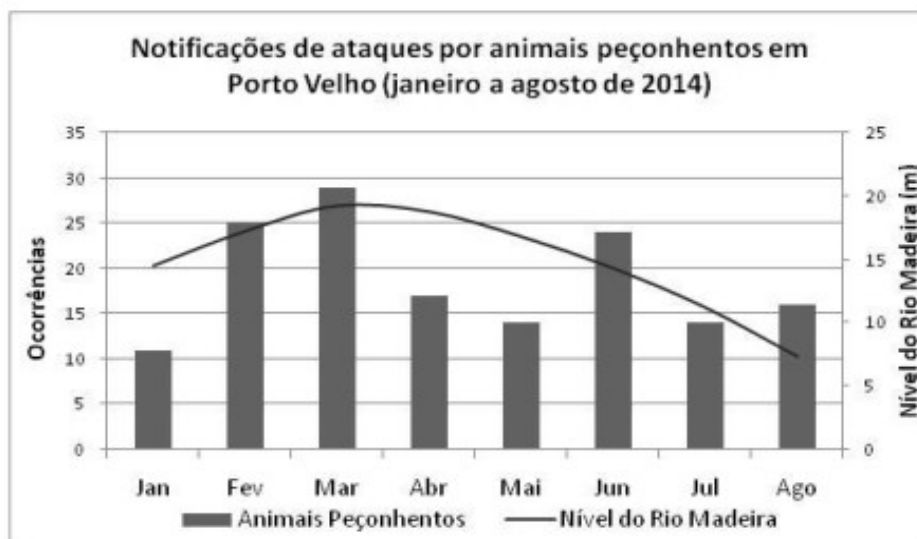
A “*correria grande*” para salvar as mandiocas foi também pensando no futuro próximo de ficar sem farinha, já que para plantar, colher outras mandiocas e fazer farinha demoraria mais de um ano, e ainda sem saber o que as esperavam pela frente diante dessa cheia inusitada. Outro fato que chama atenção foi o de tentarem salvar seus animais domésticos e de criação nesse pequeno espaço de terra, mas que logo morreram afogados com a água ou comidos por jacarés.

Todos os impactos na fauna e flora da região possuem intensa relação com a vivência dos sujeitos e as comunidades afetadas. Nesse caso, por exemplo, os jacarés ficavam em determinados lagos e lugares que os ribeirinhos já tinham conhecimento, lugares que não podiam se banhar, lavar roupas ou vasilhas; mas com a mudança no ambiente, surgiu uma insegurança sobre locais já conhecidos e frequentados por eles, além de causar acidentes com eles ou seus animais domésticos e animais de criação, como bem trazem Moema (c/m) e Iracema (c/m).

Segundo Franca e Mendonça (2015), durante a cheia de 2014, houve o aumento de notificações de ataques por animais peçonhentos, como cobras, aranhas, escorpiões e jacarés, já que esses animais também buscavam formas de escapar da água. Houve muitos relatos sobre encontrarem cobras no teto de suas casas, assim como muitos escorpiões quando foram para terra firme. No gráfico abaixo, é possível observar o aumento de ocorrências entre os meses de fevereiro e março, meses de pico da cheia naquele ano, assim como no mês de

junho, mês em que as águas já haviam baixado. A mudança no habitat dos animais pode ter influenciado no número de ocorrências.

Figura 24: Notificações de ataques por animais peçonhentos em Porto Velho (janeiro a agosto de 2014)



Fonte: Franca e Mendonça, 2015.

De acordo com a rapidez que a água subiu, muitas das pessoas entrevistadas abordaram o fato de dormirem com a água ainda fora de casa e acordarem com a água no meio da perna, como pôde ser visto no trecho de Moacir (t/h) anteriormente e nos trechos seguintes de Lauane (c/m) e Mair (t/h). Isso ocorreu, provavelmente, do dia 11 para o dia 12 de fevereiro, já que, segundo os registros da Controladoria Geral da União e Defesa Civil (2014), dia 11 de fevereiro o rio atingiu 14,12 metros, sendo designado estado de alerta, e no dia 12 de fevereiro, o nível do rio chegou em 17,02 metros, considerada a cota de transbordamento. Ou seja, subiu 3 metros de um dia para o outro. Além dos entrevistados, esse relato de acordar dentro d'água foi abordado por muitas pessoas com as quais conversei em campo, sendo um aspecto de grande significado para eles, demonstrando sentimento de grande surpresa e de impotência.

Outro aspecto de destaque foram as estratégias utilizadas para tentar salvar seus bens materiais e sua produção, permanecendo ou não em suas casas com a esperança de que a água logo baixaria. E ela não baixou, só continuou a subir até cobrir suas casas.

F (p): E... mas me conta como foi que a água veio... como que foi...?

Lauane (c/m): **Foi muito rápido...** muito rápido... eu acho que... é... assim... é sem explicação assim... **a água subiu subiu...** quando... a gente jantou ainda assim no... no... no assoalho sentada né... a água batendo... **quando foi de manhã a água já tava aqui no meio da perna...** quando eu vi a água tava no meio da perna... subiu muito rápido... não deu tempo pra nada...

F (p): Nossa...

Lauane (c/m): ... ai a gente teve que... **algumas coisa a gente teve que pendurar assim na altura do ombro** né... e... mas não teve jeito... porque quando a gente saiu de dentro de casa... que a água subiu... a gente... pegou o barco né... aqui pra Porto Velho... e... e a água subiu... **continuou subindo...** continuou subindo... que quando a gente chegou lá... inclusive eu não vi né... Ubirajara (c/h) que vê... ele chegou lá a **água já tava encostando já no... no forro da casa...**

F (p): Então tava no forro...

Lauane (c/m): ... É... encostando quase no forro da casa assim... e a casa é bastante alta né?...

F (p): Uhum...

Lauane (c/m): ... e... foi rápido... foi muito... foi muito rápido... encheu muito rápido...

Em seu relato, Lauane (c/m) conta que, quando a água começou a subir, ela decidiu ir a Porto Velho junto de suas filhas, e seu marido logo retornou para monitorar e pegar alguns pertences. No entanto, a água subiu mais rápido do que era esperado por eles, cobriu toda sua casa e tudo que tinham foi para o fundo d'água.

Da mesma forma, Mair (t/h) relata a rapidez dessa inundação e a ação de ir levantando suas coisas na esperança de que o rio logo iria secar. No seu caso, além da casa e terreno que tinha em Terra Caída, Mair (t/h) possuía um sítio no igarapé Tucunaré, que fica ao lado da terra de Cavalcante, em frente de Terra Caída. Com isso, ele saiu de seu terreno de Terra Caída e foi para seu sítio, pois achava que ali não alagaria por ser uma área considerada de Terra Firme, ou seja, localidades ao longo dos rios ou igarapés que não costumavam alagar com as cheias.

F (p): E quando alagou o senhor já logo saiu da sua casa ou ficou ainda lá?

Mair (t/h): NÃO... quando alagou nós ficamos até como eu disse... (...) até o assoalho ir pra água... porque **nós tinha certeza que a água vinha subindo... mas qualquer hora ia parar...** né?... e nós já tava em casa... mas não teve jeito... eu me levantei da cama **que eu pisei no assoalho dentro d'água...** eu digo: "Ih rapaz... não dá mais não"... aí já foi pegando as coisa... ainda botei uns pau... botei umas tábua pra ficar **se intervindo por ali pra ver se secava...** e ia aumentando... aumentando... aumentando... a minha terra que eu fiz o sítio... NUNCA tinha alagado... eu digo: "aqui não alaga... aqui..."... ainda tava era só rindo dos outro que já tava alagado... **eu digo: "aqui eu sei que não alaga... aqui é terra firme"**... hã:::... ficou o CAVALCANTE foi aonde TODO MUNDO veio se gasalhar...

Seu sítio também alagou, momento que ele e sua família decidiram se deslocar para Cavalcante. Antes mesmo desse deslocamento, fato que será tratado em outra categoria de

análise, outra estratégia que alguns tinham para escapar da água e se manter na região sem ter que ir para um abrigo, foi a opção de terem outra localidade - como no caso de Mair (t/h) - ou outra forma de se abrigar, como relatam Moema (c/m) e Jarina (s/m) em trechos apresentados a seguir.

Moema (c/m) conta que tinha um barquinho, que era de seu pai, que lhe serviu de abrigo assim que a água começou a subir. Manteve esse barquinho ao lado da casa, fazendo a maromba com os bens materiais, até o momento que saíram de sua localidade e foram para Cavalcante. Mesmo em outra localidade, ela e seu marido viveram neste barquinho por alguns meses até construírem sua casa na nova comunidade, história que seguirá a ser contada em outra categoria.

Moema (c/m): ... foi muito rápido... **a gente pulou pra dentro do barco...** o barquinho ficava assim... do lado da casa... que é no terreiro... se você for lá... um dia você vai vê...

F (p): Uhum...

Moema (c/m): ... ai nós pulamos pra dentro do barco... ai tinha motorzinho de luz né... nós tinha energia mermo... **a energia já tava acabado...** nós num tinha mais energia... ai tinha o motorzinho de luz... que é um cinquentinha... ai... ai pegou... botou... lá... a gente ficava usando a... pra **suspender o assoalho** usava a energia... ai foi rápido que encheu tudo... cobriu o assoalho... ai eles fizeram assim... eu acho que em cima do assoalho da casa... uma maromba que eles falam... dessa altura... em cima já do assoalho... ai a gente ficou botando as coisa... sofá... máquina... um bocado de coisa... o rack... tudo que tinha ali em cima né...

F (p): ... em cima da maromba...

Moema (c/m): ... e **quando nós pensamos que não...** a **maromba estava dentro da água** e a água subindo... e o **barco já tava passando** quase um pouco assim já do **telhado da casa...**

F (p): Nossa...

Moema (c/m): ... ai **muita gente já tava caçando rumo...**

Como relata Moema (c/m), o barco passou o telhado de sua casa e com esse cenário de calamidade, muitos já tinham saído de suas casas há algum tempo. Alguns foram para abrigos ou casa de familiares na cidade, outros foram para localidades mais altas, como a comunidade de Cavalcante, outros ficavam em seus barquinhos de pesca, balsinhas de garimpo ou flutuantes. Esse foi o caso de Jarina (s/m), que foi para um flutuante que ela e seu marido tinham recém construído para manter e escoar o que produziam.

F (p): Então quando a enchente veio... vocês já tinham o flutuante...?

Jarina (s/m): Já tinha o flutuante já... quando a enchente veio **nós tinha o flutuante ia fazer um ano...**

F (p): Nossa...

Jarina (s/m): Quando a enchente afetou aí... **todo mundo ilhado** e eu... **quando a água subiu**

**o flutuante subia junto e as casa ia descendo... sumindo na água né?...**

F (p): Sumindo né?... (...) e... mas lá no sítio vocês tinham uma casa?

Jarina (s/m): Tinha... uma casinha lá... nós morava lá...

F (p): Que foi destruída?

Jarina (s/m): **Se acabou tudo...** (...)

Os flutuantes, barcos e balsas de garimpo iam subindo junto com a água e neles os moradores viam as casas sumindo para o fundo d'água. Esse forte relato de Jarina (s/m) sintetiza um pouco da vivência e do significado que tiveram nesse período da Cheia de 2014, de ver suas casas e suas terras irem para o fundo do rio, rio este que é fonte de sustento tanto no âmbito material como subjetivo.

## 6.2. O que a água destruiu: os sentidos e significados em torno das perdas

F (p): E **como que foi então a enchente pra você...** pra sua família? (...) Como que foi? Pode contar... tudo de novo... mesmo que já me contou algumas coisas...

Lauane (c/m): Uhum... é... bom... a enchente pra gente foi... foi **muito difícil** né... porque... **tudo que a gente tinha** né... é... ficou... **a água destruiu** né... **principalmente os sonho**... que tava tudo já né... encaminhado... pra gente não foi bom... foi difícil... porque a plantação... **as coisa que a gente pensava em colher... não colheu** né... **a casa...** também... **foi tudo por águas abaixo**... destruída né... e... não foi bom... foi... uma coisa muito... a família também... minha família todinha também foi a mesma coisa... foi... **um desastre total mesmo**... acabou com tudo... até o sonho né... ((risos))... que tinha né...

Esse relato de Lauane (c/m) é um, dentre tantos outros, que marca a intensidade dos impactos que a cheia histórica teve para esses sujeitos: “*um desastre total*”. Ela fala de suas perdas materiais, mas enfatiza a destruição dos *sonhos* que tinha - em relação a sua casa, sua terra, seu bem-estar, sua vivência e relação com aquele lugar.

Em todas as conversas realizadas sobre a enchente, o destaque dado pelos sujeitos à perda da casa, à perda de seus pertences e à perda de suas áreas de produção, demonstrou o grande significado desses elementos que permeiam a constituição de suas subjetividades da inter-relação estabelecida com o território que foi alagado. Embora todas essas perdas fossem abordadas nas conversas, notou-se que cada pessoa atribuía diferentes sentidos a cada uma delas.

F (p): E vocês tinham alguma plantação por lá que... que destruiu? Ou não?

Moema (c/m): Tinha... muitas plantinha ao redor da casa... (...) tinha caju... tinha manga... tinha goiaba... tinha já pés de açaí que tinha plantado... que já tava dando...

F (p): Mas **a perda maior foi da casa** mesmo?  
Moema (c/m): **FOI DA CASA...**

É difícil traduzir em escrita a entonação e as reações que as pessoas manifestavam durante os relatos, mas, a título de exemplo, nesse recorte da entrevista de Moema (c/m) tento demonstrar, de alguma forma, essa síntese do sentido da perda que foi mais significativa para ela. Ela vinha contando durante a entrevista como a casa foi alagada e sobre os pertences que ela havia perdido, mas não havia comentado ainda sobre a perda de sua produção. Ao perguntar sobre isso, ela respondeu de forma mais branda com outra entonação, por isso cheguei a demarcar se realmente a perda da casa havia sido algo mais relevante para ela, e prontamente responde com maior ênfase no tom de voz.

De forma singular, a simbologia da perda da casa para Moema (c/m) condiz com suas memórias e com a vida cotidiana no lugar. Isso porque, ao longo da entrevista, falou bastante de sua mãe e dos longos anos que cuidou dela, e por esse motivo, conjugado a um problema de saúde adquirido no trabalho braçal da agricultura, havia diminuído seu trabalho com a terra. Analisando essa questão de modo mais amplo, foi possível notar que a perda da casa pareceu mais significativa para as pessoas que passavam mais tempo nelas, como boa parte das mulheres que, mesmo trabalhando na agricultura, na pesca ou no extrativismo, ainda cuidavam da casa, da comida, dos filhos e tudo que envolvia o trabalho doméstico.

Essa questão de gênero em torno do sentido da perda não é unanimidade nas entrevistas, já que havia mulheres, como Niara (c/m), que tinha uma relação muito forte com o trabalho agrícola, e homens, como Guaraci (t/h), que demonstrou grande apego à casa da qual morava anteriormente. Em contrapartida, durante a imersão em campo, foi notável essa diferença na relação sujeito-espaco entre mulheres e homens, encontrando, em sua maioria, as mulheres muito mais em suas casas (como também foi descrito na *Leitura Socioambiental*).

A referência constante a determinadas perdas ou as expressões dos sujeitos (em palavras e gestos) durante os relatos, tanto nas entrevistas quanto em outros momentos que conversamos sobre o assunto, é um aspecto indiciário dos sentidos atribuídos pelos sujeitos em torno da perda, em face do que envolveu esse processo coletivo do desastre em seus territórios. Por outro lado, não falar sobre o assunto pôde denotar também que determinada perda continha processos difíceis de elaborar.

No percurso comentado realizado em Terra Caída com Raoni (t/h) e Guaraci (t/h), suas



expressões corporais e indicações dadas ao longo de nosso caminho, conjugadas aos relatos nas entrevistas realizadas em momento anterior, referenciaram alguns dos diferentes sentidos em torno das perdas ou, ainda, processos que podem estar sendo elaborados.

Logo que chegamos à localidade de suas terras, comentaram que aquele terreno todo era cheio de açaí, coco, banana e outras frutas. Seguindo o caminho, passamos por uma casa que estava toda degradada e cheia de mato, porém Raoni (t/h) não fez questão de parar, mostrar e falar sobre sua casa e eu indaguei a quem ela pertencia. Ele me respondeu que era dele e brevemente voltou a mostrar seu terreno, onde ficavam o açaizal e algumas árvores que tinham ali de limão, laranja, cupuaçu, etc.. Indicou também onde ficava o campo de futebol, e reforçava, a todo momento, como tudo havia se acabado com a água, assim como foi na entrevista.

*Figura 25: Casa de Raoni (t/h) em Terra Caída - Percurso Comentado - 22/04/2019*



Raoni (t/h): É... **foi MUITO horrível aquilo** ali... ai **o que tinha minha irmã de planta** (...) ... **perdeu tudo** tudo tudo... **não escapou nada**... nada nada nada... **o açaizal que nós tinha**... quando ele ainda tava em começo... nós apanhamos no começo 170 lata de açaí... só o que nós vendemos... fora o que os amigo chegava... pedia... eles precisava de 1 lata de açaí... a gente nunca vendeu né... eles tiravam... e ai... **no começo da safra e no começo também da vida das planta... a água veio e tirou tudo...**

F (p): Tirou tudo...

Raoni (t/h): Foi **muito triste** aquela...

F (p): [era...

Raoni (t/h): [a nossa esperança né...

F (p): Sim...

Raoni (t/h): ... **levou toda a nossa esperança... que era aquele sítio...**

A água “*levou toda a nossa esperança que era aquele sítio*”. Eu fico sem palavras diante de frases como essa do Raoni (t/h), pois sintetiza muito bem o sentido daquela perda para ele, no âmbito de sua singularidade, assim como contempla o sentido coletivo dessa perda, de sujeitos que dependiam totalmente, de forma material e subjetiva, daquela terra. À vista disso, observa-se que o impacto da cheia em sua terra foi bem significativo para ele. Diante de outros elementos que trouxe em sua entrevista, acredito que a casa para Raoni (t/h) suscita nele lembranças de seu irmão que faleceu um ano após a cheia, já que morava com ele, sendo algo difícil de elaborar e falar sobre.

Retomando nosso percurso, Raoni (t/h) e Guaraci (t/h) me mostraram mais árvores que morreram com a cheia, e durante o caminho Guaraci (t/h) mostrou a casa de seu pai, Moacir (t/h), onde havia algumas cerâmicas soltas que estavam por ali. Depois mostrou sua casa, que estava toda destruída pela correnteza do rio, dando destaque ao berço de sua filha que estava entre os destroços da casa. Ao longo do percurso, Guaraci (t/h) não falou tanto da produção quanto Raoni (t/h) e ao mostrar sua casa e de seu pai, parou e ficou falando como eram antes do desastre. Ao falar sobre as casas, deu para notar que estava bem emocionado, expondo com muito apego o que viveram ali. Em entrevista realizada com Guaraci (t/h), anteriormente, ele já havia mencionado sobre a destruição de sua casa, dando indícios desse sentido da perda.

F (p): Mas como que foi a enchente lá?... pegou a casa de vocês?... como que foi?

Guaraci (t/h): Foi... **ela pegou nossa casa...** a nossa casa... nós tinha construído ela... só que **era uma casa de madeira** né... casa de madeira...e **tá TOTALMENTE DESTRUÍDA... tá lá ainda só os pedaço...** e **a do meu pai** lá... que era próxima a nossa lá... **era uma casa de material...** essa **foi totalmente acabada... derrubou... caiu...** até hoje tem só uns pedaço assim de cerâmica ainda que a gente vê... mas destruiu toda... não só a minha... como a de todos os moradores né?... que morava lá... aconteceu comigo e eu **acredito que nesse baixo madeira TODO foi afetado** né?...

Figura 26: Destroços da casa de Guaraci(t/h) em Terra Caída - Percorso Comentado - 22/04/2019



Como visto nas fotos acima, havia uma placa caída da casa de Guaraci (t/h) escrito “*Encontro da felicidade*”, algo que ficou em evidência visual e simbolicamente para mim, remetendo a um lugar de muito afeto e muitas histórias. Ver a casa destruída com essa placa derrubada após ter visto as árvores mortas e o grande acúmulo de aterro que ficou no terreno, mexeu comigo. E diante desse meu sentimento, perguntei-lhes o que sentiam ao ver tudo aquilo. Guaraci (t/h) respondeu: “*não sei nem o que dizer oh*” com o semblante mais baixo e Raoni (t/h) respondeu: “*você vendo isso assim, os governantes não conseguem ver do mesmo jeito que a gente... tudo que a gente tinha, a água levou tudo*”.

É difícil para Guaraci (t/h) expressar em palavras os sentimentos, ainda mais diante de perdas que representam toda uma vida que foi construída no lugar. Ouso dizer que a falta de palavras demonstrou muita tristeza em torno da perda, sendo um lugar que emerge diversas lembranças significativas de sua vida, como já percebido anteriormente na entrevista e conversas que tivemos, pois falava desse lugar com muito carinho. Outro fato que surgiu em entrevista com seu pai, Moacir (t/h), foi que Guaraci (t/h) era o único filho que voltou para a localidade após estudar fora de casa, evidenciando esse vínculo com o lugar, o qual está sendo simbolizado por sua casa e de seu pai em seus relatos. Já as palavras de Raoni (t/h) demonstraram muita indignação com o poder público, de uma insuficiência na reparação de

suas perdas, e remetem a um processo de muita instabilidade em que vivem desde quando perderam suas casas e suas áreas produtivas.

Moacir (t/h), pai de Guaraci (t/h), ao falar sobre a casa mostrada no percurso comentado e citada em sua entrevista, conta que, além de ter sido inundada, ela foi afetada por um barco de linha que passou no rio durante a cheia, destruindo-a totalmente.

Moacir (t/h): Aí rapaz... quando foi de dia... **deu um temporal** por volta de umas 5 e meia da tarde... aí **esse barco** do X passou... com esse temporal... **pegou essa parede da frente da casa...** que não era assim que nem essa aqui... pegou a parede da frente... pegou as porta... **aí num tinha mais jeito mesmo...** (...) a senhora precisava ver minha irmã... entrava lá dentro de casa... a água tava bem aqui de cima do piso... aí fechava a porta né...ficava vendo as coisa assim com a água bem aqui...

F (p): Bem no peito né...

*Figura 27: Destroços da casa de Moacir (t/h) em Terra Caída - Percurso Comentado - 22/04/2019*



A casa de Moacir (t/h) era uma casa de alvenaria, diferente da maioria das outras casas e, nas fotos acima, com alguma dificuldade, vê-se restos de cerâmica e de tijolos entre as plantas que tomaram conta o terreno.

Da mesma forma, a casa de Jandir (c/h) em Curicacas teve o mesmo fim, porém era uma casa de madeira. O barco não chegou a bater diretamente na casa, como na de Moacir (t/h), mas a força do banzeiro<sup>13</sup> dos barcos acabou derrubando parte de sua casa. Jandir (c/h)

---

13 Banzeiro são ondas geradas no rio pelos barcos ou mesmo pelo vento

conta como os detritos “*de pau e coisa*” que percorriam o rio, de árvores e restos de materiais, batiam em sua casa e acabaram destruindo suas telhas. Conta, ainda, do aterro que ficou quando a água baixou.

Jandir (c/h): ... o barco passava na beira... tudo é canal né... ficou o canal... **o banheiro dava com muita força... entrava e dava na parede de lá ó... fechada... aí... isso aqui ó... da casa... essa peça aqui ó... ela era... uma... duas... três... quatro peça assim... que segura né?**

F (p): Hã?

Jandir (c/h): (...) ... cara... **ela sentou de lá... só sentou lá... aí essa parede fez isso... quando eu fui lá ver... 86 folha era a cobertura dela de telha... a de trás... eu escolhambeei porque de tanta pancada... que quebrou o brasilite da outra... de pau e coisa... o aterro tava dessa altura aqui** em cima... eu pelejei pra tirar essa terra pra achar o assoalho da outra...

Nas fotos abaixo, observa-se como estava a casa de Jandir (c/h) quando fiz o percurso comentado com Niara (c/m) e Cauã (c/h) em Curicacas. Estão somente os esteios da casa e o telhado, isso porque Jandir (c/h) retirou as tábuas de madeira que havia sobrado para refazer parte da casa de sua filha em Cavalcante e arrumou as telhas para ser um local de abrigo quando vai até o terreno cuidar de seu cultivo.

*Figura 28: Casa de Jandir (c/m) em Curicacas - Percurso Comentado - 23/04/2019*



Em outras entrevistas, mesmo não falando diretamente sobre o banheiro e os detritos do rio, outras pessoas relataram sobre a casa cair, ser levada pela força da água, ficar aterrada ou ir junto com a queda do barranco. Esse tipo de impacto foi característico em casas de

localidades que estavam na beira do Rio Madeira. Entretanto, havia outras casas, como a de Niara (c/m), Lauane (c/m) e Moema (c/m), que ficavam mais para dentro da comunidade de Curicacas, e que estavam mais próximos a igarapés e lagos. Com a elevação acima da média do Rio Madeira, seus afluentes também ficaram em níveis maiores, porém nos igarapés e lagos não havia uma grande correnteza, detritos de lugares destruídos e sedimentos que são carregados pelo Rio. Por isso, essas casas foram inundadas, tiveram um impacto significativo, porém não foram totalmente destruídas.

*Figura 29: Casa de Niara (c/m) em Curicacas - Percurso Comentado - 23/04/2019*



Como podemos ver, a casa de Niara (c/m) ainda está de pé, diferentemente das casas de todas (os) as (os) outras (os) entrevistadas (os). Isso se deu em razão de, após a cheia, Niara (c/m) seguir morando em Curicacas e só se deslocar para Cavalcante após um período de tempo devido à falta de assistência no território, já que o poder público considerou que não deveria haver mais moradores nas principais comunidades afetadas.

Perder seu lugar de moradia é algo que abala qualquer um de nós, seja quais forem as situações físicas e as relações estabelecidas. Isto é, mesmo que seja um lugar de mobilidade ou um lugar fixo, um lugar de apego ou de desafeição, um lugar de estabilidade ou um lugar provisório, sempre estamos em conexão com esse espaço que reproduz e sustenta nossa vida diária. No caso dos sujeitos da pesquisa, diante dessa análise dos relatos, do percurso comentado e da vivência cotidiana com eles, notou-se que a casa significa para eles um lugar

de memória, de afetividade, de segurança, de identidade e, inclusive, de muito trabalho para construí-la da forma como desejam. É o “*encontro da felicidade*”, como expresso na placa da casa de Guaraci (t/h) em Terra Caída.

Na entrevista realizada com Lauane (c/m), esses elementos são muito expressivos. Ao questionar sobre sua vida em Curicacas, ela prontamente diz sobre sua estabilidade atrelada à casa, que foi a perda que mais a abalou subjetivamente. E como já havia contado em conversas anteriores, aquela casa estava sendo reformada do seu jeitinho antes da enchente acontecer, fruto de muito trabalho dela e de seu marido.

F (p): E como que era viver lá em Curicacas?

Lauane (c/m): Era bom né... porque... aqui **nós tinha tudo já equipado** né... **antes da enchente**... tava terminando... que nem eu já falei né... **tava terminando de fazer a casa... as coisa tudo dentro de casa**... era bom né... pra agora...

Em conversas realizadas no trabalho de campo, ela sempre falava como era sua casa em Curicacas, que tinha uma varanda grande, dois andares, era toda pintada, tinha quartos para suas filhas e filho, falava dos móveis, das suas painéis, entre outros detalhes. Nota-se que, para ela, a casa é sua fortaleza e seu conforto, como declarado em outro momento da entrevista.

F (p): Tem alguma **lembrança boa**?

Lauane (c/m): De lá?

F (p): De lá... e que você queira compartilhar...

Lauane (c/m): Hum... lembrança boa de lá que eu tenho é **o conforto da minha casa** que eu tinha né...

F (p): É?... Entendi...

Lauane (c/m): É... **o conforto da minha casa era tudo de bom** ((risos))...

Com eminente significado para Lauane (c/m), sendo sua principal lembrança do lugar, a casa representa, ainda, um tipo de vínculo com a comunidade de origem que não pode ser reconstruído da mesma forma que era anteriormente, somente lembrado ou resignificado. Ademais, sem dizer diretamente, ela faz um comparativo com a situação atual em que vive, de muita instabilidade, de viver em uma casa que não representa sua história.

Para a Psicologia Social, a concepção de casa e de lar articulada ao enraizamento, “simboliza experiências fundamentais vividas no desenvolvimento psicoafetivo dos indivíduos”, que conectam espaço, tempo e relações sociais. É um lugar de proteção

individual de emoções e de desenvolvimento psíquico, conjugado a um lugar de reprodução social e de memória que abriga o desenvolvimento afetivo e relacional com o outro (Massola e Svartman, 2018, p. 78).

Logo, a perda da casa para as pessoas afetadas pela cheia histórica de 2014 simboliza uma grande ruptura subjetiva do vínculo com o lugar, sendo um espaço construído que representa, de modo material e simbólico, uma identidade ribeirinha, as relações com entes queridos, os momentos marcantes de suas vidas, os momentos de lazer e de trabalho, entre tantas outras vivências e afetos. Eram paredes, chão e teto que abrigavam suas histórias individuais e coletivas no território.

Toda essa memória do que viveram e construíram naquele lugar também é simbolizada pelos pertences pessoais que foram levados, destruídos ou submersos pela água do rio. Essa questão dos pertences foi bastante abordada em conexão com a perda da casa, já que ali era o abrigo desses objetos cheios de significados.

Como já visto anteriormente, à medida que a água ia subindo, iam subindo também a maromba utilizada para abrigar seus móveis, eletrodomésticos, roupas e outros objetos da casa. E no momento que decidiram sair de suas casas, iniciaram a retirada de alguns pertences para levar até uma terra que não foi alagada, levar até a cidade ou para os abrigos, dependendo de cada caso.

Em maio de 2014, quando fui para o Baixo Madeira, passei pela comunidade de São Carlos do Jamari, e a quadra da comunidade abrigava muitos dos pertences de alguns moradores, por ser um local que não ficou totalmente submerso, ao contrário da maioria dos outros espaços e casas dessa comunidade.

*Figura 30: Quadra em São Carlos do Jamari com pertences dos atingidos - maio de 2014*





São pertences de maior valor econômico e, inclusive, com tamanho maior do que outros pertences pessoais que eram mais fáceis de carregar, como as roupas. E foram bens materiais que a maioria das pessoas tentou salvar, devido ao grande custo para reposição desses objetos, assim como pela relação com o trabalho ou o conforto diário vinculado à casa e à produção. O freezer, por exemplo, é algo muito utilizado para manter peixes e outros produtos de colheita extrativista ou agrícola, além de ter alto custo para aquisição. Podemos ver esse destaque no relato de Lauane (c/m):

F (p): E vocês perderam muita coisa ou conseguiram levar alguma?

Lauane (c/m): A gente **perdeu um bocado de coisa...** a gente **conseguiu tirar algumas coisa** que... algumas coisa a gente conseguiu... é... tirar né... e as outras coisa ficou... inclusive **cama... é... as cômodas... foram tudo pro fundo...**

F (p): Pro fundo...

Lauane (c/m): ... tudo no fundo... e... e as outras coisa a gente levou né... **tipo freezer** né... eletrodoméstico... **freezer...**

Todos esses bens materiais, e outros, eram muito citados nas conversas e entrevistas, seja pela perda ou por terem conseguido salvar da água. Os seus pertences pessoais, como roupas, fotos, documentos e outros objetos de valor mais individual, foram objetos que puderam carregar com maior facilidade durante a saída da casa e deslocamento. Já os móveis ou eletrodomésticos só foram removidos com o auxílio de transporte da defesa civil, dos barcos de linha para Porto Velho ou em barcos e rabetas de familiares. Devido a esse tipo de transporte, houve prioridades de pertences que seriam levados com eles, sendo recolhidos os mais necessários para o momento presente e futuro de acordo com o valor estabelecido por cada família, tanto em objetos pessoais quanto eletrodomésticos ou móveis da casa.

F (p): Mas vocês foram como pra Porto Velho? Vocês tiraram... teve ajuda de alguém? Ou vocês foram por conta própria?

Lauane (c/m): Não... nós não tivemos ajuda de ninguém... a gente foi indo... **foi por conta própria mermo...** não tivemos ajuda de ninguém não... a gente... é... **embalamos nossas roupa** né... **o principal que a gente ia precisar...** e saiu... e até as roupa que ficou... as coisa nossa... foi pro fundo... nesse dia só tirou mesmo o que a gente ia precisar... quando a gente foi pra Porto Velho né... a gente pegou o barco... inclusive era até o Caçote... aí a gente foi... botou as coisas na canoa e foi lá no rio e pegou... deixou assim no... pegamos a canoa... botamos as coisas dentro... **daí pegamos o barco pra subir... já tava MUITO cheio...** muito cheio... muito muito muito cheio... ixi... já tava assim vê assim no assoalho... a água dentro de casa... foi feio ó...

Em entrevista com Moema (c/m), ela fala da retirada de seus pertences, que foi feito pelo teto, algo comum entre as pessoas impactadas pela cheia, já que saíram no limite da inundação. Como ela estava no barquinho ao lado de sua casa, parte de suas roupas e alguns pertences já tinham sido retirados, e mesmo assim comentou sobre um armário com suas roupas que apodreceram com a água.

F (p): Mas já tava no teto já... quando vocês saíram?

Moema (c/m): Quase cobriu o teto... faltou pouca coisa... pra tirar o **sofá... o rack...** um bocado de coisa que tava lá... **eles tiveram que arrancar o brasilite por cima e tirar as coisa...** que... tipo... de **roupa...** que eu deixei num armário assim de aço... lá dentro... que eu nunca pensei que chegava lá... **PERDEMO TUDO...** que **ninguém podia entrar mais na casa...** e **apodreceu tudo...**

Segundo Éclea Bosi (2015), “os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade” (p. 441), que simbolizam usos cotidianos e reverenciam memórias. Em referência à Violette Morin, a autora faz distinção dos *objetos biográficos* – que condizem à história dos sujeitos, envelhecem junto com eles e são insubstituíveis – e os *objetos protocolares* – que são objetos passageiros, que não se enraízam no espaço e com os sujeitos, dos quais possuem prazo de validade. Todos esses objetos individualmente e a forma como estão ajeitados em suas casas comunicam algo sobre o espaço e sobre as pessoas que o ocupam.

Diante dos relatos, os objetos biográficos não foram abordados já que alguns carregaram consigo, mas, os objetos protocolares foram bastante mencionados, o que evidencia também um diferente significado para esses sujeitos, mesmo sendo objetos que podem ser substituídos por outros. A compreensão que tive desses sentidos expressos por eles foi de dificuldade ao longo da vida para obter esses objetos, que foram incorporados em seu cotidiano pouco a pouco, que traziam diversas facilidades e conforto, além de representarem certa ascensão social. Essa forma de ver a questão surgiu por conversas durante o trabalho de campo, sendo que duas delas se destacaram em minha memória e na escrita de meu diário de campo.

A primeira história foi de Ubirajara (c/h), marido de Lauane (c/m), que, ao me contar como foi sua infância e o trabalho que exercia na agricultura com seus pais, foi remetido à lembrança da primeira vez que teve um sapato, já adolescente, quando, ao vender alguns produtos na cidade, resolveu adquirir um chinelo com o dinheiro que ganhou pelo seu

trabalho. Outra história foi de Moema (c/m) ao contar que iam todos os dias, diversas vezes, para o lago pegar água em vasilhas - adultos e crianças, cada qual com uma vasilha condizente ao seu tamanho. À medida que conseguiram comprar um motor de luz, e para alguns somente quando a luz chegou em Curicacas, isso mudou, pois compraram também um motor bomba para puxar a água do lago até uma caixa d'água que ficava no terreiro, facilitando em muito o trabalho diário com a casa ou com a agricultura.

O desastre, como já visto, é algo que fica nos territórios para além da tragédia. E ao ouvir essas histórias e os relatos das perdas, fica evidente que o impacto de um desastre nunca é pontual, ele transcende a perda material e até mesmo a perda de vidas em alguns casos, afetando a perda de memórias, de objetos e lugares que continham inúmeros afetos aliados às materialidades impactadas. Eles desenraízam os sujeitos, já que o desenraizamento é segundo, Éclea Bosi (2015, p.443), “uma condição desagregadora da memória”.

E os impactos da tragédia seguiram após as águas baixarem. Ainda na questão material das perdas, os pertences que haviam ido para o fundo d'água ficaram soterrados pela lama que cobriu a casa e a porção de terra atingida pelo Rio Madeira. O relato de Raoni (t/h) sintetiza todo esse processo de ir levantando as coisas, depois a tentativa de salvar alguns dos pertences e, ao final, de ver que tudo ficou “*atolado*”.

Raoni (t/h): ... agora (teve)... desde o começo da enchente... e sobe... **e vai alteando casa...** e vai alteando assoalho... **e vai passando pra cima...** e a água foi subindo subindo... quando num tinha mais aonde nós fica... que no último... é... piso que nós... que nós tava da casa que era dois piso... **a água foi cobrindo o último piso... ai foi que nós corremos pra cá...**

F (p): Ah... entendi...

Raoni (t/h): ...porque cê molha... uma **geladeira velha...** que o fundo já... já tinha molhado... tudo já tá até... acabando tudo... e o máximo ficou tudo lá atolado... as coisa de casa... **armário... sofá...** e... **TUDO o que nós tinha dentro de casa... ficou tudo lá atolado lá...** e **trouxemos só os boroquina...** e mais nada...

Alinhado a essa perspectiva de tentar salvar as coisas, teve um relato, já apresentado em subcategoria anterior, de tentarem salvar as mandiocas que colheram e correr para fazer farinha no único pedaço de terra que havia ficado ali na comunidade. Mas, em geral, esse relato de sair salvando a produção não foi algo comum entre as pessoas com quem conversei, já que não era a época de colheita da produção agrícola e sim da colheita de frutas e de produtos florestais não-madeireiros (PFNM), como já citado na Leitura Socioambiental do Território acerca do processo produtivo sazonal que acompanha o ciclo do rio. Ademais, o

enfoque dado pelos sujeitos foi à perda de plantas mais duradouras, já que todas e todos contaram que as árvores que tinham em seus terrenos foram alagadas e mortas com a água do rio durante a cheia de 2014.

Em entrevista com Ubiratã (t/h), ele prontamente me contou sobre as perdas de seu sítio, dos tantos pés de coco e açaí que possuía e, assim como Raoni (t/h), dizia que aquele sítio dava um bom salário para ele e toda sua família. Outro aspecto que sinalizou foi a potencialidade produtiva de sua comunidade, Terra Caída, e da comunidade de Curicacas em comparação a todo Baixo Madeira.

Ubiratã (t/h): ... o barco chegava lá em casa... encostava... e eu ficava é deitado lá em casa... **aquele horror de coco... banana... macaxeira e limão... e era cajarana...** aquele horror de carga em casa ó... um tempão... quando eu via que já tava... calculado que já tava metade... aí que eu descia com a bolsa...

F (p): Pra ir junto...

Ubiratã (t/h): Pra ir junto... (...) passava era hora embarcando... **é um lugar muito produtivo... tanto esse de Terra Caída... como esse da Curicaca...**

F (p): É né?

Ubiratã (t/h): ... é os dois... os dois lugar mais produtivo que tem...

F (p): Daqui do baixo madeira?

Ubiratã (t/h): Do baixo madeira... **de Porto Velho a Calama... não tem um lugar mais produtivo do que Terra Caída e Curicaca...** não tem... de jeito nenhum... (...) todo canto tem... todo canto tem... mas é pouquinho...

Ambas as comunidades, Terra Caída e Curicacas, tinham uma alta produtividade, tanto em produtos agrícolas de várzea – como o milho, a melancia, a abóbora, o melão, o feijão de praia – quanto em produtos extrativistas – como o açaí, a castanha e a copaíba – além de frutos – como a laranja, o limão, o cupuaçu, o coco, a banana, etc. Deste modo, a perda de suas áreas produtivas, mesmo que ainda utilizadas, e a perda das árvores nativas ou plantadas, foi algo que os abalou profundamente na relação simbólica e econômica de sujeito-espaco que foi construída ao longo de suas vidas, já que uma árvore demora anos para dar frutos. Portanto, essa perda produtiva na cheia histórica de 2014, em especial das árvores frutíferas e árvores de produtos florestais não-madereiros, resultou em muito prejuízo para esses produtores e extrativistas a longo prazo.

F (p): O açaí demora?

Guaraci (t/h): ... num tem como né... **porque o açaí é uma base de cinco ano né...**

F (p): ... cinco anos pra começar a dar...

Guaraci (t/h): ... **pra começar a fazer a colheita...** ai demora muito né?  
F (p): Demora mesmo... (...) então ninguém aqui ainda recuperou né?  
Guaraci (t/h): Não não não.... **eu acredito que ninguém não recuperou não...**

Em 2019, em minha ida a campo, fazia cinco anos que o desastre havia ocorrido, e à vista disso, ainda não tinham recuperado a colheita de açaí, embora muitos já tivessem refeito parte do plantio. Por essa demora na colheita, outra forma direcionada por algumas das pessoas afetadas foi retomar a extração do açaí de árvores nativas. O marido de Jarina (s/m), por exemplo, trabalhava, no momento da pesquisa de campo, com a extração de açaí nativo dentro da floresta, tal como a extração de castanha e de copaíba. Antes da cheia, Jarina (s/m) e seu marido também plantavam em suas terras, mas na época da entrevista, viviam somente do extrativismo de PFNM e da pesca.

F (p): E ai... vocês **perderam muita coisa?** Açaí... banana...?  
Jarina (s/m): **TUDO...** Tudo que é de um sítio... **mais era o negócio de açaí... a replantação de banana... de cacau... café... cupu...** todas essas coisa...  
F (p): E o sítio era grande?  
Jarina (s/m): Era grande... nós fizemos um **melancial...** fazia **abobral...**  
(...)  
F (p): E... (...) depois que vocês perderam a produção tudo... como que foi? Vocês começaram a viver do que?  
Jarina (s/m): **Pescar...** ((risos))... era pescar... aí quando não tinha **açaí** né... ai era pescar e **copaíba...** e **castanha... todo tempo esse ritmo...**  
F (p): Por que ia lá no meio da mata mesmo?  
Jarina (s/m): Era... é pra dentro da mata... **a gente passava de semana pra dentro da mata...** indo... quebrando castanha... ensacando... era assim...

Além dessa demora na recuperação do que foi perdido, a instabilidade no ciclo do rio, após a cheia de 2014, continuou impactando ano a ano alguns dos plantios. Em especial, ao final de 2018 e início de 2019, outra cheia acima da média ocorreu e matou novamente algumas de suas árvores. No relato de Jandir (c/m) sobre suas perdas em 2014, ele já menciona também a cheia de 2018/2019.

Jandir (c/h): O galinheiro que era das galinhas... menina... era mais largo que isso aqui... mais ou menos aí ó... parece que era 5 por 4... tá só os esteio... (...) tudo cercadinho... tudo cobertinho de brasilite... levou tudo... OLHA... **eu num sei o que que tem nessa água não...** porque **as árvores de açaí** que tinha lá e **as goiabeira...** - - goiaba... tinha muita goiaba de novo... num sei se matou de novo essa cheia... - - tudo assim... **AQUELE PAU MURCHOU...** ficou fino... **de repente SE ACABOU...** pra apodrecer a madeira é só o canal... essa água do rio Madeira agora... que de primeiro num era assim não...

F (p): Quando enchia num ficava assim né?

Jandir (c/h): NÃO NÃO NÃO... quando morria uma árvore... **olha pra ((estalo de dedo))... uma fruteira daquela pra se acabar... e agora... FOI JOGO RÁPIDO... que se acabou tudo tudo TUDO TUDO...**

F (p): Uhum...

Jandir (c/h): ... Pra lá acabou... **o açazeiro tu num sabe nem onde é o toco... as goiabeiras tem** porque quando eu fui roçar umas vezes... **tava aqueles filhinho né... ai nós ia aproveitando tudinho e plantando de novo pra num ter fim...** ai já MUITA GOIABA no meio do bananal... que tá... não fui limitando não depois né?... que a terra... ela quase toda... nós enchemos de banana... **tem dois hectare e meio de banana lá...** mil e seiscentas cova de banana...

Outro detalhe interessante de sua fala é sobre o replantio de mudas que surgiram após a cheia, reforçando ainda a intenção de que esses frutos nunca se acabassem. No percurso comentado feito com Niara (c/m) e Cauã (c/h), eles me levaram à localidade de Jandir (c/m) e pude ver seu bananal que foi afetado pela cheia de 2018/2019.

*Figura 31: Bananal de Jandir (c/h) destruído pela cheia de 2019 - Percurso Comentado - 22/04/2019*



Assim como ele, muitos outros foram impactados, especialmente os que ainda plantavam em Curicacas. A cheia de 2018/2019, apesar de ter sido acima da média e ter alagado algumas comunidades ao longo do baixo Madeira, não se comparou à cheia de 2014, como bem relata Raoni (t/h).

F (p): Entendi... e essa enchente... desse ano?

Raoni (t/h): Essa **enchente desse ano ela foi grande** olha... da de 2014 pra cá... de quando eu me lembrei... de quando eu tive o conhecimento... eu acho que essa foi uma das maior...

**NÃO... a maior foi a de 2014...** essa bateu o recorde... num num...

F (p): num foi maior que a de 2014...

Raoni (t/h): ... não... essa não... foi menor... nem se comparou... ((risos))... mas das outras... de anos atrás... essa daí foi uma das enchentes também grande né...

F (p): Entendi...

Raoni (t/h): ... é que **o pessoal que fizeram o plantio** do outro lá... **plantaram banana... plantaram roça...** e **muita gente perdeu esse ano de novo** né... com a enchente... por causa da enchente... ela **num foi igual a de 2014...** Deus defenda... **aquela foi um dilúvio** né... mas chegou também um nível muito alto... porque um pessoal já tinham plantado e perderam muitas coisa né...

Os cultivos de banana e de mandioca (o que eles chamam de plantar roça) foram os mais comuns que conseguiram resgatar em relação à estação do ano em que há mais chuvas, tanto porque ainda não tinham conseguido recuperar a colheita de alguns frutos, quanto pela mudança que fizeram em seus plantios ao investirem em plantas de ciclo mais rápido. A banana, segundo Guaraci (t/h) em sua entrevista, foi o produto que teve o seu plantio recuperado mais rapidamente do que o açaí, por exemplo, por ser um fruto que consegue dar retorno em oito meses de cultivo. Além da mandioca, que é um plantio comum a todos, mesmo que somente para consumo, e possui o ciclo de um ano para sua colheita, feita normalmente na estação seca do ano.

Em relação à agricultura de várzea, embora sejam cultivos de curta duração, todos tiveram muito impacto no ano de 2014. Isso porque seu plantio é realizado, normalmente, entre maio e junho de cada ano, quando a água do rio começa a baixar. E como já foi visto anteriormente, as águas do rio demoraram para baixar e, no mês de maio, ainda havia uma elevação do rio acima da média.

Diante de todos os fatos e análises apresentados, constata-se que as perdas que os moradores tiveram com a cheia histórica de 2014 simbolizam as memórias, individuais e coletivas, do território afetado. Com isso, segundo Éclea Bosi (2015), podemos dizer que perderam suas casas, no sentido de que a casa representa um espaço de memória que transcende a estrutura da casa em si. Simboliza um espaço de memória que se estende por todo seu terreno com seus plantios, seus animais domésticos e de criação, os espaços coletivos de lazer e de políticas públicas, chega até a floresta, aos igarapés e lagos, e finalmente até o Rio Madeira, que transbordou e se misturou com todos esses espaços e todas suas perdas.

São memórias e processos identitários que se constituíram na inter-relação com esse território, os quais envolvem gerações e gerações. Envolvem a ação de permanência, de

subsistência e de relações afetivas. Envolvem a casa, envolvem os objetos, envolvem as plantas e envolvem o trabalho que ali foi feito ao longo da vida, como traz Jandir (c/h), em um momento de sua entrevista: “*trabalhei de novo, perdi de velho*” ((risos)).

### 6.3. As águas do sentir: os impactos na saúde mental e física dos sujeitos

F (p): E como foi pra você ver tudo isso aí?

Lauane (c/m): ((Risos-curto))... ((Começou a chorar))... ((Pausa mais longa))... Ah... foi... **foi até difícil** assim porque... quando a gente saiu né... a gente pegou as nossas mochilas... bolsa... assim... colocamos dentro da canoa e ai a gente saiu né... e eu com as duas meninas... que esse aqui ((seu filho mais velho)) já tava pra Porto Velho né... **ai a gente saiu de casa e eu tava chorando na canoa** ((risos com choro))... **olhando assim**... meu Deus... foi tudo... **acabou com tudo... destruiu tudo**... ((chorando))... mas **a vida continua né**... depois... é... acabou assim que a gente vai... **pensar que perdeu tudo né... mas a gente teve garra né** e... continuou... (...) e **ainda bem que não morreu ninguém né?**... **foi só as coisa mermo que acabou**...

F (p): Uhum...

Lauane (c/m): Graças a Deus... é... é isso...

Em continuidade aos elementos apresentados nas subcategorias anteriores, inicia-se essa subcategoria com esse relato de Lauane (c/m) que representa os sentimentos e emoções expressas pelos sujeitos durante a pesquisa, no que tange à experiência vivida na cheia de 2014. Ao questionar Lauane (c/m) como foi para ela ver a casa enchendo d'água, ela se emociona bastante. Segue dizendo, ainda muito emocionada, que tudo se acabou com a água, mas reformula esse sentimento de impotência e tristeza direcionando para o fato de que, felizmente, não tiveram perdas de vidas.

Essa forma de tentar elaborar todas as perdas foi bem comum, no sentido de agradecer por não terem perdido ninguém, de ainda terem um lugar para viver, de terem o que comer e terem recebido assistência durante o momento de crise, mesmo diante de tantas adversidades que o desastre trouxe para suas vidas, a curto, médio e longo prazo.

F (p): ... foi difícil pra você perder as coisas?

Mair (t/h): Foi... **DIFÍCIL DIFÍCIL DIFÍCIL**... nós não... **teve gente que adoeceu**.. teve gente que ficaram... **ATÉ HOJE tem gente que vive de cabo baixo**... cabeça baixa... pensando no que acabou... nas coisa que acabou dele... e... **mas GRAÇAS A DEUS** rapaz... ninguém **não perdemos nenhum da família**... **não morreu NINGUÉM**... né?... **não passamos nenhum dia sem comer**... né?... naquela época que nós tava alagado aqui... era água... era cesta base... vinha pra nós... deu **TANTO** do peixe que... **MEU PAI DO CÉU**... de lá pra cá **não faltou mais peixe nesses igapó**... nesse rio... é de inverno a verão... peixe direto... e... graças a Deus... **daqui mesmo do Cavalcante eu não quero mais sair não**...



Por outro lado, em outros relatos e conversas, muitos trouxeram essas perdas de vidas após a tragédia, bem como as instabilidades na saúde mental ou física dos sujeitos. Os principais relatos foram de depressão ou de muita tristeza por terem que sair de seus territórios e por todas as perdas. Um caso específico de morte que correlacionaram ao desastre, e que foi mencionado nas entrevistas, foi do irmão de Raoni (t/h) e Moacir (t/h), tio de Guaraci (t/h). Eles fazem uma correlação direta de sua morte com o fato de ele ter ficado muito triste e depressivo, sempre reclamando e lembrando do que perderam.

Raoni (t/h): ... então foi muito difícil a nossa situação... de 2014 pra cá né... que até agora nós tamos em 2019... e ai ninguém... **NINGUÉM esqueceu... NINGUÉM que sofreu... no baixo Madeira... esqueceu...** é... pelo que aconteceu né...

F (p): É né?

Raoni (t/h): ... é... ninguém esqueceu... **alguém morreu...** chegou o ponto de ficar tão... né... perdeu o sentido... de tanto **colocar em prática** aquilo ali... **aquele pensamento nas coisas que tinha...** e **chegou o ponto de falecer...** como eu tenho um irmão que é falecido por isso...

F (p): Ah é?

Raoni (t/h): É... **ele se preocupou TANTO...** e eu conversava com ele... mas... num...

(...)

F (p): Hã... e ele faleceu porque...

Raoni (t/h): É... (...) pensativo... num esquecia... eu falava pra ele... “rapaz... esquece... que que a gente pode fazer né... já perdemos tudo... nós tamos com vida... é ruim?... é ruim... mas... **vamos agradecer a Deus... nós ainda tamo com vida**”... (...) e **ele nunca se conformou... (...)** num demorava tava triste... ai... **demorava tava correndo lágrima...**

F (p): Nossa...

Raoni (t/h): ... e esse negócio ai... vai indo né... pessoa pega até um stress... e num teve jeito... **quando penso que não... ele faleceu mesmo...**

Raoni (t/h) já inicia dizendo que “*ninguém que sofreu, esqueceu*”, exemplificando o quanto o sofrimento que tiveram em torno do desastre foi, e continua sendo, algo difícil de elaborar. A morte de seu irmão refere-se a esse sofrimento e ao pensamento diário sobre suas perdas. No relato anterior de Mair (t/h), ele também menciona o fato de pessoas que adoeceram e que continuam de “*cabo baixo*”, isto é, desolados pelo ocorrido, sem conseguir aceitar e elaborar o processo vivido.

Em conversas que tive com Niara (c/m) no cotidiano do trabalho de campo, em determinado momento, contou-me que demorou dois anos para conseguir se recuperar, pois ficou muito “*instável emocionalmente*”, como ela disse. Niara (c/m) era uma das principais

lideranças da comunidade de Curicacas, inclusive era a Presidente da Associação de Moradores e Produtores de Curicacas na época do desastre. Ela sinalizou que ficou mais reclusa e se afastou, nos dois anos após a cheia, do trabalho em prol da comunidade. Para Niara (c/m), trabalhar pela comunidade era algo muito importante, representava seu modo de ser e de estar no mundo, assim como o trabalho na agricultura. Deste modo, não estar em movimento, representou para Niara (c/m) um adoecimento, essa “instabilidade” que teve em torno do desastre.

Nesse fluxo de relatos sobre adoecer, conjugado a um processo emocional que envolve as transformações que os sujeitos tiveram em suas vidas em consequência da enchente, Jarina (s/m), que morou em um flutuante durante a cheia por alguns anos, conta como aquilo foi um processo difícil para ela diante das novas circunstâncias de relação com o espaço. Fala do seu espaço de moradia como se sentisse, isolada, presa e sem horizonte.

F (p): Aham... mas você tá bem assim?

Jarina (s/m): Ah... agora eu tô... graças a Deus... tô ótima aqui... quando tinha o sítio era uma maravilha... mas **depois que alagou tudo e que eu morava em cima** do... dentro d'água... em cima **duma casa dentro d'água**... Ai ((respira fundo))... eu **entrei até em depressão... adoeci naquele flutuante algumas vezes**...

F (p): É?

Jarina (s/m): Sim...

F (p): Nossa... por que ficou muitos anos... né?

Jarina (s/m): É... olhava pra frente água... pra trás barranco ((Risos))... pra um lado a parede... ((Risos))...

Jarina (s/m) têm uma história de viver dentro d'água para além desse episódio da cheia. Antes de viver no sítio em frente à comunidade de Santa Catarina com seu atual marido, Jarina (s/m) morava em São Carlos do Jamari e trabalhava como cozinheira em barco de linha, então vivia mais dias nas águas do que em terra firme. De qualquer maneira, como ela dizia, sempre tinha um lugar em terra que podia voltar. Além disso, o barco tinha uma dinâmica de espaço e de relações muito distintas daquelas de viver em um flutuante, ainda mais diante de um contexto adverso.

Na sua casa em Cavalcante, Jarina (s/m) tinha muitas plantas e gostava muito de cuidar do terreiro em volta da casa. Morava mais afastada do rio, sendo uma das últimas casas para dentro da comunidade. Tanto em seu relato, em suas expressões e entonações, quanto na forma como se relacionava com o espaço vivido no momento da entrevista, nota-se que esse

processo de viver em cima do flutuante, dentro d'água, como ela diz, foi um processo de muito trauma. Ela conta: “*água só uma canoa mesmo quando for pescar ou então ir pra algum canto*”, agradecendo sempre por estar em Terra Firme.

Em outro momento da entrevista, ela diz: “*tô contando a história porque eu sou forte*”, demonstrando as consequências que a enchente teve em sua saúde mental, sintetizando o processo vivido no flutuante, que foi para ela uma época de muita solidão.

F (p): (...) Bom... é mais isso... assim... não sei se tem algo que você queira dizer sobre aqui... sobre como foi mudar... como foi a enchente pra vocês?

Jarina (s/m): **A enchente foi péssima... pra mim foi péssima... tô contando a história porque eu sou forte...**

F (p): Foi difícil... você falou que ficou...

Jarina (s/m): É... Deus o livre... eu **ficava no escuro... ficava sozinha** no flutuante... sumiu todo mundo... desde o marido quando ele tava pro mato... eu tinha que ficar no flutuante... aí era... **foi triste**... sem energia... sem nada... tudo no escuro... os vizinho tudo pra cidade... outros pra outra terra firme com... botaram barraca né... em terra firme... da defesa civil... eu fiquei... bem dizer... sozinha... **o flutuante parecia casa de árvore**... amarrava dentro de uns galho da... de um pé de jambo...

Nesse sentido, lembrar e falar sobre o que viveram durante a cheia de 2014 não é um processo fácil para todos. No início do meu trabalho de campo, ao realizar as visitas domiciliares para me apresentar e dizer o que estava fazendo ali na comunidade, muitos diziam que não fazia mais sentido falar sobre o que ocorreu em 2014, mas ao mesmo tempo, também não queriam falar sobre o momento atual. Não foi a maioria das pessoas, mas havia bastante desconfiança.

Em meu segundo trabalho de campo, com maior conquista dessa confiança, alguns se abriram mais nas conversas do dia a dia na comunidade. No entanto, ao convidar as pessoas para as entrevistas da pesquisa, muitas negaram. Referente a isso, em uma das conversas, uma mulher que era da comunidade de Terra Caída me disse que não aceitou fazer a entrevista porque não gostava de lembrar o que passou durante a cheia. Ela disse que tentava esquecer o que viveu para conseguir seguir em frente, e reforçou, que muitos não deviam ter conversado comigo pelo mesmo motivo.

Em contrapartida, algumas pessoas que participaram da entrevista ficaram muito gratas, dizendo que foi muito bom para elas falar sobre o que passaram. De forma singular, cada um tem seu tempo e sua forma de elaborar o sofrimento que tiveram, sendo que, para alguns, a experiência da cheia não trouxe sofrimentos, trouxe novas formas de se relacionar

com as pessoas e com o espaço. Jacira (t/m), que cuidava do acesso à internet na comunidade, disse que a cheia para ela “*foi bom*”, porque antes ela vivia isolada em Terra Caída e, em Cavalcante, as pessoas estavam mais perto umas das outras. Ela mantinha um pequeno comércio, então para ela a cheia não teve um abalo tão forte, atendeu desejos que outrora tivera de viver em uma vila.

Outro ponto é o redirecionamento ou resignificação do sofrimento, tanto de forma mais pontual, quanto de forma mais prolongada. Ainda durante a cheia, Iracema (c/m) e Moema (c/m) contam como tentavam abstrair todo o medo e a insegurança que sentiam durante o desastre. Embora a situação não deixasse terem um momento de alegria, tentavam rir como forma de não afundarem no medo e na tristeza que estavam sentindo por dentro.

Iracema (c/m): Eu **não falava nada...** mas o **meu coração pensava...** meu Deus do céu... **isso é um dilúvio...**

Moema (c/m): É...

Iracema (c/m): ... já pensava nisso... meu pai do céu... isso era que eu **pensava todos dias...** os outro tudo vindo... mas **não sabia como que era que meu coração** tava... eu **ria também** né... **pra se divertir** um pouquinho...

F (p): Mas ria do que? Da situação?

Iracema (c/m): É...

Moema (c/m): É... ficar assim... animada...

Iracema (c/m): ... animada... que **eu não tinha esse prazer** né... **de ficar animada... eu tava era com MEDO...** de ser um dilúvio...

Moema (c/m): ... que nem nós tamos aqui... conversando... trocando né... como se nada tivesse acontecendo...

F (p): Sim...

Moema (c/m): ... né?... tem que **rir que tava tudo bem** né... **mas no fundo...**

Iracema (c/m): É... mas não... o coraçãozinho que tava sabendo... já é outro...

F (p): O sentimento era de... de medo?

Moema (c/m): **Quase morri... de medo...**

Iracema (c/m): E tinha uns temporal que dava... que era chuva direto...

O sentimento de medo, como mencionado por Iracema (c/m) e Moema (c/m), foi algo que muitos expressaram nas conversas e nas entrevistas ao contar sobre o que viveram e sentiram durante a cheia. Tiveram medo em relação a diversos processos: medo da casa cair, medo de não conseguir ver um pedaço de terra a sua frente, medo de ser levado pela água, medo da barragem estourar, medo de morrer, medo de não ter para onde ir, medo de não conseguir recuperar o que tinham, entre outros. É um medo aliado a muitas incertezas que aquele desastre gerou em suas vidas, tanto por uma água que veio de surpresa, quanto por

uma terra que ainda trazia muita instabilidade.

Esse sentimento de medo se estendia até o momento da pesquisa de campo, pois muitos ainda relataram o medo de outra inundação igual ou maior, sendo um dos motivos pelos quais não retornaram para a comunidade de origem.

F (p): Tem **medo de outra enchente?**

Guaraci (t/h): Ah... **COM CERTEZA** né... que... **a gente já fica inseguro** né... aconteceu a primeira vez... ai eu não vou sair daqui com a minha família pra construir uma casa lá... que lá eu já sei que num tem... **num tem mais futuro lá** né?...

Foram diversos sentimentos expressos ao longo das conversas, muitos nomeados por eles mesmos, como visto acima, e outros que eram expressos nas entrelinhas de suas palavras. O que se sobressai é o sentimento de tristeza e de indignação, relacionado às transformações vividas na relação sujeito-espaco.

Em entrevista com Guaraci (t/h), ele comenta alguns dos aspectos emocionais já citados e adentra outra questão, a correlação de abalos emocionais com problemas físicos que surgiram. Ele fala sobre alguns casos de AVC (Acidente Vascular Cerebral), o que, para ele, diz respeito ao fato das pessoas ficarem preocupadas com o que perderam. A preocupação que ele cita condiz com a uma tristeza pelas perdas, por tudo que foi construído ao longo de suas vidas, bem como de uma preocupação com o futuro e de uma instabilidade financeira que veio junto com as perdas, como já retratado na subcategoria anterior.

F (p): (...) E o que que vocês sentiram?... assim... de perder... como que...

Guaraci (t/h): Olha... eu acho que é o seguinte... **o que nós sentimos mais foi aquele abalo de ter perdido o sítio todo**... e: algumas pessoa até não conseguiram né... porque **entraram em pânico e ficaram em depressão**... e eu num sei se foi a culpa da cheia... mas aconteceu vários acidente né... das pessoa... chegaram até falecer alguns...

F (p): Ah é?

Guaraci (t/h): É... onde eu **perdi meu tio**... ele **se preocupava demais** né... a gente chegava... conversava com ele e ele entrou numa depressão que... não tinha como ele... o tempo dele era pensando direto direto direto direto... de **até chegar o ponto de falecer mesmo**... ele **pegou um AVC**... **aconteceu com o meu pai... minha mãe**... e **vários meus amigos**... que nós morava lá... parte de tanta pessoa pegaram AVC... agora não sei qual foi o motivo né?... não sei se foi preocupação... num sei... eu sei que... mas... acontecer... aconteceu...

F (p): Mas eles ficavam preocupados... eles... que que eles sentiam?... eles falavam alguma coisa?

Guaraci (t/h): Não... eles **passavam o tempo todo reclamando** né... **que tinha perdido o sítio... que tinha perdido a casa**... e que **agora viviam numa miséria**... então isso ai eles... eles ficavam relatando aquilo de vez em quando né?... então eu eu num sei... eu acredito que a

maioria dessa... desses casos aí... aconteceu foi por isso né?... preocupação...

Posteriormente, fazendo a mesma correlação, conta sobre outros dois casos, de dois comerciantes, da comunidade de São Carlos do Jamari.

Guaraci (t/h): Olha... é que eu nem quis tocar no assunto de outras famílias... mas lá em São Carlos... teve dois comerciante... não sei se a Senhora ouviu falar... um que chamava Y... ele morreu... **ele pegou dois AVC...**

F (p): Nossa...

Guaraci (t/h): ... **ele chorava dia e noite...** as coisa dele... ele tinha um comércio grande... (...) não deu tempo de tirar nada... perdeu TUDO... e **ele findou... morrendo mesmo...**

Em relação às consequências na saúde física dos moradores, o que foi comunicado e investigado pelos órgãos de saúde e pesquisadores foi o aumento de notificações dos casos de dengue durante a cheia e o aumento significativo de doenças como a leptospirose e a diarreia, devido ao contato com água contaminada por fossas e resíduos sólidos. A falta de saneamento e de tratamento dos resíduos sólidos nas comunidades ribeirinhas e na cidade de Porto Velho, especialmente em áreas mais periféricas, revela que a inundação de fossas e os resíduos levados pelo rio tenham contaminado essa água. Outra doença que não ocorria na região desde 1995, mas que foi identificada durante a cheia de 2014, foi a cólera, sendo que seu transmissor foi encontrado nas águas do Rio Madeira (Franca e Mendonça, 2015).

Não foram encontrados registros de elevação no índice de AVC (Acidente Vascular Cerebral), como citado por Guaraci (t/h) e por outras pessoas. O que encontrei sobre o assunto, foi a notícia sobre as primeiras mortes relacionadas à enchente do Rio Madeira, em que uma das pessoas havia falecido de AVC, mas era portador de leptospirose, doença que causou outras mortes no Estado durante a cheia<sup>14</sup>. De qualquer modo, como bem sinalizou Guaraci (t/h), não se sabe se os casos de AVC possuem alguma relação com a cheia, mas foram assim percebidos pelos participantes.

Bader Sawaia (2011), ao explicitar sobre a escolha do sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão, retrata sobre o fato histórico de negros escravizados que morriam de uma doença misteriosa chamada de “banzo”, que se refere a uma tristeza que sentiam pela humilhação e por todas as ações de exploração que sofriam. Em fato mais atual, retrata sobre o alto índice de suicídio em terras indígenas, por problemas

---

14 Fonte da notícia: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/rondonia-registra-tres-mortes-por-leptospirose-uma-causada-pelas-cheias>

referentes à demarcação de suas terras e tantos outros processos de exploração e conflitos que convivem diariamente. O sofrimento ético-político, segundo a autora, afeta corpo e alma, de afecções que “*mutilam a vida de diversas formas*” no tónus da desigualdade social e da dor de ser tratado como inferior e sem valor (p. 106).

Não se pode afirmar que as doenças e mortes citadas possuem relação direta e determinada unicamente pelo abalo emocional que viveram na cheia de 2014. Tampouco se deve patologizar as questões emocionais envolvidas. Contudo, a partir desse ponto de vista, de um sofrimento conjugado a uma situação social e, no caso, ambiental, que foi provocada por fatores de ação humana na natureza e conflitos econômicos e políticos, - de acordo com a nossa visão sobre os desastres -, o adoecimento de alguns e os abalos emocionais citados podem sim indicar uma ligação com todas as transformações que tiveram em suas vidas em consequência da cheia histórica do Rio Madeira. Podem indicar a importância do seu lugar de moradia, de sua produção e tudo que envolve sua terra na constituição de suas subjetividades. Indicam as singularidades de seus afetos em meio a um processo que visa diminuir a relevância dos impactos na vida dos sujeitos. Indicam, ainda, a universalidade dos processos de perdas e deslocamentos forçados que muitas populações são acometidas. Indicam, de modo subjetivo e objetivo, a provocação para a construção de outro olhar para os desastres e as consequências que são fixadas no território, na memória, nas relações e nos corpos dos sujeitos.

Outro fator desse sofrimento diz respeito ao desenraizamento que o desastre, com todo o arcabouço político que ele carrega de conflitos socioambientais, acomete nos sujeitos - em sua individualidade e sua coletividade de relação com o território afetado. A dialética desenraizamento/enraizamento, nesse caso, demonstra a extirpação que um desastre provoca na vida dos sujeitos. A alteração de uma vida de estreita relação com o rio e com sua terra, e que, ao mesmo tempo, provoca a indignação e revolta para promover mudanças e reforçar sua identidade com aquele lugar de existência.

F (p): É verdade... entendi... e **como você se sentiu** com... com essa mudança?

Niara (c/m): Rapaz... eu achei... como é que se diz... eu achei que o... nossa sociedade em si... principalmente **o poder público**... que é o que... que **pensa só no dinheiro**... **usurpou o nosso direito**... (...) tirou aquilo... as coisa que é da gente né... que a gente achava né... tirou esse direito da gente... (...) **é triste**... ((se emocionou e começou a chorar))... **eu nunca desisto**...

F (p): Você não desisti?

((pausa longa))

Niara (c/m): Ainda mais que é triste...

F (p): É... é triste...

Niara (c/m): ... **a gente nascer num lugar... (...)** e **sempre achar que o poder público tá tirando isso de você...** ((fala emocionada e pausa))... eu acho que é isso que **todo mundo sente... né?...**

F (p): Aham... (...) passar pela dificuldade né...

Niara (c/m): **Tomando nossos direito...**

F (p): Uhum...

Niara (c/m): Como se diz... eu falo pro pessoal... **a gente não pede muito... (...)** **a gente só não queria que destruisse o que nós tem...** (...) a evolução tá aí... a tecnologia tá aí... mas acho que nada disso era preciso pra gente ter... e destruir o que a gente tem...

F (p): Uhum...

Niara (c/m): ... **a gente poderia conciliar todas as coisa... e manter o que a gente tem em pé...** não é (aviso)... é... **as pessoas pequena ter os direito... sem precisar se sentir bandido né...** por causa que eu acredito assim... o poder público faz lei... que **faz com que as pessoas que moram nesses locais... sejam os vilão... sendo eles que são o vilão da história...**

F (p): Uhum... (...) Entendi...

Niara (c/m): Só isso mermo...

Esse potente relato de Niara (c/m), essa revolta que expressa no que tange a vivência do desastre, do deslocamento e da instabilidade em relação às terras que moram, refere-se a um sentimento coletivo de exclusão. Demonstra indignação por não serem atendidos em seus direitos: direito à terra, direito à moradia, direito à saúde, direito à educação, direito à água, direito à energia, direito à segurança, direito ao saneamento básico, direito ao lazer, direito de ir e vir, direitos e mais direitos que são negados à eles dia a dia.

Em especial, sua fala contempla alguns aspectos que foram gerados ao longo dessa pesquisa, e que ainda serão tratados ao longo da análise: a responsabilização que atribuem ao desastre vivido, o direito de continuarem a viver em suas terras de origem e a questão fundiária da terra que vivem atualmente. Contudo, esse trecho é evidenciado ao final dessa subcategoria pela potência do sentimento que Niara (c/m) transmite em suas palavras, de um sofrimento que não é só dela, e sim um sofrimento coletivo que vai além da experiência vivida do desastre. É um sofrimento que retrata a situação política e social em que as comunidades ribeirinhas, rurais, indígenas, quilombolas e tantas outras populações vivem na relação com o poder público, empresas e diversos setores da sociedade que tendem a diminuir suas formas de co-existência nesse mundo, dentre elas, a relação intrínseca com seus territórios e a relação que constituem com a natureza.



#### 6.4. O ciclo do rio transfigurado: as causas do desastre atribuídas pelos sujeitos

Niara (c/m): Ah... **o grande responsável na minha opinião é o poder público junto com a usina... né?... o poder público que permitiu que acontecesse isso né... com a nossa natureza...** e a **usina por ela ter feito o impacto com a natureza** né... pra ser construída ela destruiu uma cachoeira... impediu o ciclo do peixe circular da forma correta... a desmatção que era pra eles ter desmatado logo no começo que eles tavam prevendo que aquele local ia ser alagado... eles não desmataram... é... **eu acredito que uma coisa puxou a outra né...**

Essa síntese realizada por Niara (c/m) se insere na discussão em torno das causas atribuídas ao desastre da cheia histórica de 2014. Todas as pessoas com quem conversei citaram as usinas hidroelétricas como os principais responsáveis pela cheia. Outras pessoas também citam outras causas conjugadas: o aumento das chuvas na região, a ação do homem na natureza e até de obra da ação de Deus.

Em uma pesquisa de doutorado desenvolvida na comunidade de São Carlos do Jamari sobre os processos de aprendizagem social decorrentes da inundação da comunidade em 2014, Diógenes Neto (2019) tinha como um dos objetivos específicos analisar a leitura de comunitários, lideranças do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e agentes da Defesa Civil sobre as causas do desastre. Foram identificadas três principais causas nas narrativas: causa divina, causa natural e causa humana/usinas. Dentre os comunitários entrevistados, a causa humana/usinas foi a principal citada, assim como entre as lideranças do MAB. Já os agentes da Defesa Civil indicam a causa natural como principal fator de ocorrência da cheia (Neto, 2019).

Tal correlação feita pelos ribeirinhos, das usinas terem tido certa influência ou responsabilidade pelo que ocorreu, foi construída em torno da vivência diária com o rio e da observação de seu ciclo, notando oscilações e mudanças desde quando as usinas foram instaladas em seu curso. No estudo de Neto (2019), ele demarca a particularidade da comunidade de São Carlos do Jamari já ter um histórico de impacto socioambiental pelas UHEs, especialmente na atividade pesqueira e desbarrancamento da comunidade, sendo um dos indicadores dessa leitura majoritária dos comunitários de influência das UHEs na cheia de 2014.

Em entrevista realizada com Jandir (c/h), ele faz referência a mudanças no ciclo do rio desde a instalação da UHE de Samuel, que iniciou sua construção em 1982 e sua operação em 1989, com diversos impactos socioambientais na região. Dentro da limitação deste estudo,

não foram encontrados indícios do impacto da UHE nos lagos de Curicacas, como ele cita em sua entrevista. Mesmo assim, vale destacar a percepção de Jandir (c/h) em relação às mudanças no ambiente desde muito antes da instalação das UHEs Santo Antônio e Jirau.

Jandir (c/h): (...) mas aí... **o povo fazendo a usina... a do Jamari... aí começou a alagação em seguida...** alagava esse ano... no outro ano maior... aí passava dois anos sem alagar e vinha uma grande... e assim foi... (...) **essa represa do Jamari afeta aqui nós...**

F (p): Ah é?

Jandir (c/h): É... porque **o lago ((de Curicacas))...** ficava bem sequinho... aí depois que fizeram ela... de 74 pra frente... esse lago lá no verão dá três... quatro praça d'água... **não secou mais...** aí... (...) **morreu volume volume volume de pau** aí... volume volume volume naquela baixa... na Curicaca... no Buiuçu... no Paracubano... MUITO... **no rio Negro formou um lago...** era um igapó... secava... mas só foi depois da primeira usina que fizeram isso aí...

F (p): Da primeira usina aqui né?

Jandir (c/h): ... eu acho que... **eu não sei não...** mas acho que ficou... eles soldaram por baixo da terra... **FICOU CONTAMINADO A ÁGUA...** porque num secou mais... **NÃO SECOU MAIS...** é... secava... mas num secava que nem era em 74... ANTES DE 74...

De acordo com a maioria dos relatos em campo e nas entrevistas, a principal mudança no ciclo do rio observada por eles, após a instalação das UHEs, condiz ao fato do Rio Madeira encher e secar de maneira desordenada. Eles acreditam que a usina represa e solta água quando sentem necessidade, sem estar em consonância com o ciclo do rio. Essa alteração é citada por eles como forma de análise do motivo pelo qual a cheia de 2014 pode ter sido maior e mais demorada que as cheias anteriores.

Niara (c/m): ... assim como aconteceu... quando **muito tempos atrás...** já **alagou** né... teve esse tipo de impacto... mas... **só que depois da cheia... o impacto ficou continuando** né... e num **tempos atrás quando aconteceu...** há muitos anos atrás a cheia... é... **voltou ao ciclo normal...** e devido agora a de 2014... deu um impacto né... que chegou ao estado de calamidade... MAS continuou né... o processo que num... **num chegou o rio a trabalhar da forma correta como antes...**

-

Moema (c/m): É... **naquele tempo** não era assim não... lá **era pela natureza...** mas agora que **quando enche é de uma vez... seca de uma vez...** não tem mais...

Iracema (c/m): Agora... hm... e é **culpa do povo** aí... o que passa na **usina...**

Moema (c/m): É... pra mim é **culpa do ser humano...** (...) não é de natureza nenhuma não... **o ser humano vai mexer e estraga a natureza...** né?

Iracema (c/m): DESTRÓI...

Moema (c/m): ... destrói tudo...

-

Ubiratã (t/h): A enchente né... alagou mesmo... **a culpa foi da usina... usina foi que... 99% a culpa foi da usina... prendeu água... quando soltou foi de vez...** e nós sempre... **existia uma alagaçãozinha...** mas era só mesmo pra **lavar os toco da plantação e voltava logo...** e essa não... foi água demais...

F (p): Água demais né?

Ubiratã (t/h): Foi... água pra mais da conta... e **a gente ainda tá correndo risco** ainda... duas usina dessa aí... numa água barrenta dessa aí... uma correnteza dessa aí... uma porra dessa **estoura... acaba com tudo...** primeiro que vai é Porto Velho...

Esse bloco de trechos das entrevistas demonstra as similaridades nos relatos de Niara (c/m), Moema (c/m), Iracema (c/m) e Ubiratã (t/h) de como analisam e enxergam a questão da enchente alinhada aos impactos das UHEs no ciclo de cheias e estiagens dos rios. Destaca-se a culpabilização da usina na comparação com enchentes anteriores, a compreensão de uma ação humana na natureza e o risco da barragem estourar.

Em vista dessa comparação feita por eles com enchentes anteriores, já foi apresentado na primeira subcategoria deste capítulo a diferença da cheia de 2014 com as cheias históricas anteriores, inclusive no que condiz ao tempo que ficaram submersos. Em estudo realizado sobre a alteração hidrológica na bacia do rio madeira no período de 1967 a 2017, com análises comparativas de períodos pré-operação e pós-operação das usinas, considerando o ano de 2012 como recorte comparativo<sup>15</sup>, notou-se um aumento na vazão de água no rio Madeira, especialmente entre os anos de 2013 e 2014 (Castro, 2019).

Segundo as conclusões do autor deste estudo, a alteração hidrológica do Rio Madeira deve-se especialmente ao desmatamento na região e a fenômenos climáticos vinculados a variação de temperaturas no oceano pacífico, referenciando o fenômeno de La Niña (Castro, 2019). Vale dizer que na perspectiva desta pesquisa, as mudanças climáticas também são consideradas ação antrópica de mudança no socioambiente e possuem relação com os diversos conflitos ambientais existentes.

Em entrevista com Mair (t/h) ele contrasta o discurso dominante dos órgãos públicos e da mídia de um desastre natural vinculado ao degelo na cordilheira dos Andes, de fenômenos climáticos naturais, afirmando a alteração no ambiente pela construção das barragens. Conecta o aumento de chuvas com a criação de reservatórios das UHEs, os quais desmatam e

---

15 O estudo de Castro (2019) utilizou o ano de 2012 como recorte de análise comparativo das alterações no ciclo do rio, de acordo com o ano em que iniciou a primeira operação comercial das usinas. Lembrando que ambas as UHEs iniciaram sua construção em 2008, compondo o complexo hidrelétrico do rio Madeira, sendo que a UHE Santo Antônio iniciou sua operação em março de 2012 e a de Jirau em setembro de 2013.

alagam uma grande área para a efetiva geração de energia, provocando assim uma alteração climática. E salienta, mais uma vez, a mudança no ciclo do rio após a construção da barragem.

Mair (t/h): ... mas essa alagação TODINHA que deu aí não foi negócio de água... que **um pessoal fala que foi gelo que criou... foi não... foi criada pelas barragem mesmo...** você já pensou a água que desce um ano... eles prenderam... aí no outro ano que eles fizeram a outra barragem... porque eu ouvi já falar pelo jornal... que disse que esse lugar... só era o rio né... que criou esse marzão d'água... e isso aí fez criar nuvens e chuva bastante... aí já tá tudo cheio aí... aí foi chuva... e **foi dos invernos mais fortes...** que foi **depois que fizeram essas barragem...** aí começou a chover... **Porto Velho não para mais de chover...** é direto... todo tempo... só para no verão mesmo... mas no inverno é água direto... e no inverno chovia... mas não era assim...

F (p): O tempo todo... né?

Mair (t/h): É... e o pessoal fala que tudo foi por causa dessa barragem... e aí **ficou tudo o contrário pra nós...** até o rio aqui... o **nosso rio mudou... não é mais aquele rio que nós tinha base...** naquele tempo nós sabia o mês que enchia... nós sabia o mês que secava... e agora não... agora **descontrolou...** o rio agora enche e seca... seca e enche... e mês que não é pra encher sai enchendo... aí...

F (p): Aí não dá mais pra saber...

Mair (t/h): Não...

Um fenômeno também abordado pelos participantes, em referência às oscilações do rio, significadas por eles vinculado ao momento que a usina abre as comportas de água, concerne ao que chamam de “repiquete”. Em continuidade ao trecho da entrevista de Mair (t/h) que foi apresentado anteriormente, ele cita esse repiquete ao contar sobre a diminuição de peixes, da desova do peixe tucunaré e a desova dos bichos de casco, que considero que sejam os tracajás<sup>16</sup>.

F (p): Aí não dá mais pra saber...

Mair (t/h): Não... não dá não... tem uma **pessoa que veio da usina aqui...** tá até lutando... todo esse negócio de peixe... como é que ficou... eu digo: “rapaz... **agora mudou tudo aqui pra nós...** aqui **na época dos bichos de casco...** quando a praia saía... **que eles começava a desovar...** os rios só era secar... que era pra poder PRODUZIR... eles desovarem e produzir os bichinho... pros bichinho saírem... agora não... eles desova... **quando chega na época dos bichinho tá pra sair...** pra ir embora... **vem o rio em repiquete e mata tudinho”...**

F (p): NOSSA...

Mair (t/h): É... o peixe... **aqui tinha muito Tucunaré** naquela época... eles desova tudinho nos... dá o repiquete... aí eles sabe a medida... eles **vão e desova...** **naquela mediação que é pros filho não ir lá muito pro fundo...** né?... pra não ir muito pro fundo... **pra eles ficarem dando... reparando os filho...** a ova até crescer... agora não... **agora quando eles desovam... o rio seca...** fica lá embaixo... as ova fica tudo em terra... **morre tudo...** aí ele perguntando se era sobre negócio da...

F (p): Hã?

---

16 Tracajá é uma espécie parente da tartaruga, muito comum na Amazônia.

Mair (t/h): E é assim... **o negócio aqui agora ficou assim...tudo diferente...**

Para além da questão do “repiquete”, o que me enaltece nessa fala de Mair (t/h) é essa inter-relação deles com o ambiente, de conhecimento de tudo que ocorre ali, do tempo biológico dos animais e das plantas, do ciclo do rio e da terra, dos períodos climáticos, entre tantas conexões com essa natureza. É ainda uma relação de muito respeito que, por exemplo, ao entender esse ciclo de desova dos animais, é um momento que a maioria deles não pesca ou não caça.

Outro fator importante é como a alteração do rio influencia na biodiversidade da região, dos animais e plantas que dependem daquele ambiente, como também nos aspectos sociais e econômicos das populações que ali vivem. Nesse último aspecto, apresento um trecho da entrevista de Niara (c/m), que fala do impacto do “repiquete” na produção agrícola de várzea.

F (p): Tem esses repiquete... que você falou...

Niara (c/m): É... tem o repiquete... fora o repiquete... **o repiquete o que prejudica é na parte do plantio da melancia... do feijão** que se plantava antigamente em praia né... ai **como agora nós não planta mais por medo...** porque muitas vezes as pessoas chegaram a teimar e plantar... ai quando menos pensava que a semente já tava nascida... bonitinha... ai eles pá... abria a comporta de água... e ai **a água vinha e matava tudinho aquelas plantinha** já nascida... é... e ai o melancia também do mesmo jeito... **muita gente às vezes animado de plantar naquelas baixa** né... ai muitas vezes tá com a melancia... às vezes já com o primeiro ciclo... quase um mês... ai **dava um repiquete que matava tudo...** difícil... né?...

Esse “repiquete”, do qual associam ao impacto da usina no rio, é um fenômeno que Fearnside (2015) aponta como algo comum de acontecer no Rio Madeira, cerca de duas a três vezes ao ano. É um momento em que há uma precipitação pluviométrica elevada na parte superior da bacia, em que a água e sedimentos do Rio Madeira entram nos lagos. Esse processo condiz ao fornecimento de nutrientes a esses lagos, que envolvem toda uma cadeia alimentar de nutrientes que passam pelos plânctons, depois aos peixes, até ao ser humano. O “repiquete” comentado pelos ribeirinhos está associado a uma percepção desse fenômeno ocorrer de forma mais assídua ou em quantidade acima do esperado. Garzon (2019) trata da questão dos reservatórios das usinas excederem seus limites ao longo dos anos pela própria sedimentação do Rio Madeira, que além de causar uma elevação em suas bordas elevam também os níveis do lençol freático, observando assim um efeito permanente desse fenômeno

de “repiquete”.

Diante de todas essas constatações e percepções dos ribeirinhos de mudanças em seu socioambiente, especialmente após a cheia de 2014, um fato importante de ser notificado é de que houveram muitas pessoas que entraram com ação judicial contra a UHE Santo Antônio, que possui maior proximidade com o território afetado e investigado nessa pesquisa. Na entrevista com Ubiratã (t/h), ele repetia inúmeras vezes que “*a culpa foi da usina*” e citou o fato de ter entrado na justiça na tentativa de indenização pelos danos que teve em sua localidade.

Ubiratã (t/h): ... a **minha ficha tá na justiça**... (...) tá com cinco ano que tá na justiça... (...) tá em andamento... mas é muito lento minha irmã...

F (p): O Senhor entrou com advogado?

Ubiratã (t/h): Com advogado... tá na justiça... **advogado particular**... eu procurei a justiça rápida... na época... **a Juíza olhou as foto que eu tinha**... que eu tenho tudinho as foto ai... viu minhas foto... o antes e o depois né?... ela disse: “Eu vou dar um conselho pro Senhor... procura um advogado particular que **esse seu caso é muito pesado**... o nosso aqui é mais maneiro”... (...) eu fui e procurei né... advogado particular...

F (p): Mas ai entrou um **processo contra a usina**?

Ubiratã (t/h): **Contra a usina**... é 99%... eu **morro dizendo que é 99% e mais alguma coisinha**... alguma coisa culpa da usina... **CULPA DA USINA**...

Assim como Ubiratã (t/h), outras pessoas da comunidade citaram o fato de terem entrado com ação judicial para indenização dos danos sociais e econômicos que tiveram com a cheia de 2014. Durante as conversas, soube somente o caso de uma pessoa, cunhado de Guaraci (t/h), que morava no bairro do triângulo em Porto Velho, que conseguiu ter seu processo concluído e ser indenizado por suas perdas. Os demais casos citados, como de Ubiratã (t/h), não tiveram retorno de seu processo.

Em estudo feito em 2018 por Watanabe, Gonçalves e Paccini (2022) sobre o acesso à justiça dos atingidos pela cheia de 2014, identificou-se, pela análise de dados nos setores jurídicos de Rondônia, um total de 3.416 ações cíveis (até dezembro de 2018), sendo 2.904 contra a UHE Santo Antônio e 512 contra a UHE de Jirau. Além das ações individuais, foram encaminhadas duas ações coletivas contra as usinas, as quais já foram citadas na introdução deste documento.

Em conjunto a essa análise de dados nos órgãos competentes, os pesquisadores realizaram entrevistas nas comunidades de Abunã, São Carlos e Cavalcante, para compreender os motivos pelos quais os atingidos buscaram recursos com a justiça. Os

principais fatores apontados por terem entrado com processo judicial foram por indenização ou compensação financeira (75%), implementação de direitos sociais básicos (26%), realojamento em local compatível (13%) e atendimento pela administração da UHE (3%). Todos os processos foram atendidos por advogado particular, que coincide com a solicitação de uma indenização pela maioria, e todos os processos ainda não tinham sentença em primeiro grau (Watanabe, Gonçalves & Paccini, 2022).

Notabilizou-se no estudo a ineficiência de órgãos do sistema de justiça para atender as demandas e direitos individuais das pessoas atingidas, com reforço à defensoria pública. Devido a essa inocuidade, desvelou-se que a maioria dos processos realizados foram atendidos por advogados particulares, e entre os atingidos que não entraram com processo, identificou-se que 68,33% dessas pessoas não tinham conhecimento dos direitos que possuíam, das autoridades que deviam procurar ou não conseguiam custear o processo (Watanabe, Gonçalves & Paccini, 2022).

Esse dados demonstram uma problemática bem comum em nossa sociedade, que é a falta de informações sobre nossos direitos, e isso se intensifica em regiões mais vulneráveis, que mostra a importância do setor público na atuação de educação e reconhecimento dos direitos básicos junto à população.

Retomando o bloco de entrevistas apresentadas no início dessa subcategoria de análise, um dos pontos de destaque levantados por Ubiratã (t/h) foi o risco que ainda correm na localidade caso a barragem das UHEs estourem. Esta crença e narrativa pode ter tido influência dos casos de Mariana (em 2015) e Brumadinho (em 2019), que ocorreram após o desastre em Rondônia, e foram bem difundidos pela mídia, assim como mencionados diretamente por um dos participantes.

Mair (t/h): (...) foi muita água... **foi uma alagação que ninguém NUNCA esperava** e ninguém nunca ouviu falar numa alagação dessa... **é como mesmo depois dessa barragem do Feijão** lá... do... que chama o Feijão aí no rumo do... (...) aí nós tava escutando pelo jornal... aí uma mulher tava falando no jornal e disse: "Ó... do **mesmo jeito que eles passaram lá... foi o ribeirinho** também"... aí mediram não sei quantos mil metros da barragem estremando com o Amazonas... aqui... Rondônia... ele ainda falou: "**O povo de Rondônia também tão passando por essa mesma situação que esse pessoal da barragem...**"

F (p): Ah:: de Minas Gerais...

Mair (t/h): É... de Minas Gerais... que foi estourada... aí foi que nós fomos descobrir que **aquela água...** ela **vem por uma vazação que deu aí na usina...** por isso que veio aquela água... que **eles tavam prendendo...** prendendo... mas que **ela deu um derramo** lá e derramou água demais... que eles **não tiveram jeito de controlar a água** e por isso que a água

veio e **botou todo mundo do seu lugar.. cadê que agora... não tão controlando** aí?... não ficaram controlando?... depois que... ajeitava e pronto...

Nesse relato de Mair (t/h), ele faz a comparação do caso de Brumadinho com o caso deles em Rondônia, devido a uma notícia que viu no jornal sobre o assunto. No que se refere à “*vazação que deu na usina*”, foi alguma notícia sobre o excesso na cota dos reservatórios das UHEs durante a cheia de 2014, sendo um dos fatores de entrada da Ação Coletiva do Ministério Público Federal contra os empreendimentos solicitando o redimensionamento dos Estudos de Impacto Ambiental (Controladoria Geral da União, 2014), como já retratado anteriormente.

Mesmo havendo a possibilidade de influência da mídia dos casos concretos de rompimento das barragens nas narrativas apresentadas durante a pesquisa em 2019, Niara (c/m) e outras pessoas relataram sobre esse medo da barragem estourar ainda durante a cheia.

Niara (c/m): ... e **tinha muito medo...** a maioria lá que ficou em Cavalcante se juntaram com outras comunidadezinha e **tinham medo de vir pra cá... pra Porto Velho...** por causa que eles tinha **medo de a barragem... ((risos))... estourar né... e morrer e inundar Porto Velho...** e **lá eles achavam que tava seguro por causa das canoa...** porque eles dizia assim: “pelo menos **aqui eu tenho as canoa pra se montar dentro...** se a água passar daqui... **nós dana pra mata adentro e nós se salva...** ai lá em Porto Velho... lá não tem canoa não”... ((risos))... não... mas o povinho **ficaram desesperado** mermo...

A proximidade à UHE torna a possibilidade de acontecimento algo mais perceptível, assim como os impactos que a usina causou, como o caso de erosão das orlas da cidade e comunidades adjacentes. Segundo Fearnside (2018), o risco é de fato eminente, não só pela falta de estudos e pelos impactos que já ocorreram, como também pelos fenômenos de aquecimento global que estão alterando a climatologia do mundo. De acordo com o autor, o vertedouro das usinas foi construído com base nas maiores inundações do Rio Madeira; porém, a cheia de 2014 demonstrou que as inundações relativas ao clima atual já não condizem com as anteriores e que os reservatórios das usinas não tiveram capacidade de controlar o tamanho da vazão de água naquele ano, que foi 23% superior à capacidade de seus vertedouros. Caso tenha uma cheia maior que a de 2014, chegando a exceder 40% essa capacidade, pode haver o risco de quebra da barragem.

Para além dos estudos e riscos apresentados, os quais são muito necessários e que



ainda se apresentam limitados para uma solução concreta das questões sociais e ambientais da região de Rondônia e de outras regiões com a mesma problemática, essa subcategoria buscou demonstrar a importância das percepções dos sujeitos quanto aos impactos em seu socioambiente, dada pela vivência diária com esse território, que se entrecruza com suas identidades, memórias, enraizamento e subsistência.

A relevância disso soma, a negação de direitos civis e humanos que essa população viveu durante a cheia, àqueles que vivem historicamente. O desastre da cheia de 2014 demarca mais fortemente essa violação nos direitos humanos, mas o fato é que só foi mais um desastre dentre tantos que aquela região vive há anos, datados por conflitos socioambientais que envolvem as construções de empreendimentos e estradas, desmatamento, queimadas, garimpo, entre outros. A implementação das UHEs se sobressaem nos relatos por ter ação direta no Rio Madeira, do qual ultrapassou seus limites em 2014. E mesmo que estudos não comprovem a culpabilização atribuída às usinas pelos participantes, são eles quem sofrem com todas as mudanças e impactos não dimensionados; são as populações daquele lugar, os animais e a própria natureza que está ali para nos prover mais bens do que males. A natureza que também faz parte de nós. Jandir (c/h) sintetiza: *“as usina que tá acabando com a biodiversidade que nós tem no estado de Rondonha”*.

Para finalizar, apresento um trecho da entrevista de Mair (t/h) que acompanha a percepção explicitada por Jandir (c/h) e aborda diversos elementos já tratados nessa subcategoria, com o diferencial de se retratar à memória da cachoeira de Teotônio, da qual foi destruída para construção da UHE Santo Antônio.

Mair (t/h): ... eu sei que eu só sei dizer uma coisa... muita gente joga essa alagação na usina... como eu disse... **essa alagação ela veio através da usina mesmo... tá certo... (...) eu andei muito nessas cachoeiras aí... só não na lá de cima... na do Jirau eu nunca fui não... mas essa daí de Porto Velho eu fui muitas vezes de perto... trabalhei bem pertinho dela assim... pertinho que eu digo é mais perto que daqui na beira do rio... e ninguém não podia chegar mais perto de que isso lá... mais perto já dava que era arriscado... por causa de tanta corredeira... de reboliço... morria muita gente... ia brincar por lá... pescar... quando via se lascava... mas eu trabalhei pertinho como aqui do outro lado... **eu escutava ela... ela zuava de noite assim... parecia assim... tinha uma hora assim que parecia gente gritando... uuuuuuuuuuuuuuuuu... pra lá... aquela zuada... aquele bate d'água... a gente olhava só via aquele negócio branco... coisa bonita aquela cachoeira... despejando muito em cima... e aí o cara chegar e desmanchar e fazerem... UMA BARRAGEM DESSA... DESMANCHANDO uma coisa que foi feita pela natureza... aí o peão diz: "Ah... essa água ficava..."... NÃO... premissão de Deus... ESSA ÁGUA VEIO PRA AVISAR que... ele tem que conter... ele pode mandar alguma coisa... né?... e aí fizeram na do Jirau também... diz que****

lá era outra mais pior... MAIS ALTA do que essa outra de cá... fizeram na de lá do Jirau... outra barragem... aí morreu tudo... ficou só aquelas... jogando aquelas água... **quando eles soltam muita água... falta se quebrar os batelão... os barco lá no porto de São Carlos... de Porto Velho... é blem blem blem... que é aquele reboliço... tem que soltar eles normal... porque soltarem... e aí depois dessa arrumação... aí foi preciso encherem de pedra ali no porto de Porto Velho todinho pra não cair... gradearam de pedra... seguraram... por causa da força d' água lá... já tava quebrando... ia desmanchar ali... aquele barranco ia comer todinho...**

## 7) SUBINDO O BARRANCO

“... como os calanguinhos quando vai se livrando da água né... subindo nos pau... nós fizemos isso ai...”  
(Raoni (t/h))

Este capítulo expõe os resultados e análises que sobressaíram nas entrevistas e conversas informais em torno do processo de deslocamento vivido pelos sujeitos e vivência em Cavalcante, trazendo diversos elementos que envolveram a ação para mudança de território, desde a decisão de se deslocar para uma outra terra até o momento que compreenderam que ali seria seu novo lugar de moradia.

A subcategoria “Escapando d’água: as motivações e os movimentos em torno do deslocamento” apresenta a forma como decidiram ir para o território de Cavalcante, expressos em diferentes momentos pelos participantes, já que alguns foram ainda durante a cheia e outros se mudaram posteriormente.

A subcategoria “Um solo tortuoso: a assistência da defesa civil e as dificuldades ao chegar no novo território” retrata as dificuldades que encontraram ao chegar nesse novo território, especialmente os que chegaram ainda durante a cheia, discorrendo sobre a atuação da defesa civil em contribuição com o deslocamento e estadia no território de Cavalcante.

Por último, a subcategoria “Quando a água desceu: os detritos do desastre e as perspectivas de reconstrução” aborda as consequências do desastre em seus territórios, das quais se alinham com os motivos de não retorno para a comunidade de origem, acrescentando aspetos da relação atual com o lugar de origem e as incertezas na nova terra.

### 7.1. Escapando d’água: as motivações e os movimentos em torno do deslocamento

Moema (c/m): ... e **quando nós pensamos que não.... a maromba estava dentro da água e a água subindo...** e o barco já tava passando quase um pouco assim já do telhado da casa...

F (p): Nossa...

Moema (c/m): ... aí **muita gente já tava caçando rumo...** um bocado tava... **aquelas pessoas que tão ali embaixo... já tinham vindo...** já tava lá... **outros caçando rumo pra cidade...** aí só tava nós lá... e a Lauane (c/m)... mas a casa dela é ainda mais pra baixo... afastadão... **aí foi quando resolvemo vim pra cá... nós viemos pra cá no domingo do carnaval... dia 23 de fevereiro...** quando **nós chegamos mais ali embaixo...** numa pontinha onde esse rapaz daquela casa tinha vindo de São Carlos e estava lá... já fazendo tapirezinho... ai nós paramos lá

né... dormimos já lá... aí **o Carlos (c/h) foi ajudar...** eles acabaram de fazer aquele tapirezinho<sup>17</sup> pra dormirem... **porque não tinha onde dormirem...** aí nós ficamos lá...

O deslocamento das famílias ribeirinhas se deu, majoritariamente, após perceberem que não tinham outras formas de continuar em suas comunidades. Esse deslocamento foi totalmente disperso, isto é, para diferentes locais disponíveis para abrigo, com ou sem apoio da defesa civil, a depender das vontades, necessidades ou possibilidades de cada uma das famílias. Houve pequenos grupos que se deslocaram conjuntamente, em geral, os que possuíam alguma relação de parentesco. O relato de Moema (c/m) resume parte desses aspectos, os quais serão tratados ao longo dessa subcategoria. Ela decidiu se deslocar logo após a ida de Iracema (c/m) para Cavalcante, pela indicação de seu irmão que morava no Igarapé Tucunaré, que fica ao lado do território de Cavalcante; por isso, já conhecia um pouco do lugar. Eles foram os primeiros a chegar junto com uma família de São Carlos do Jamari, que também já tinha conhecimento da área e relação com a esposa de Taiguara (it/h), irmão de Iracema (c/m).

F (p): E aí como que foi a **decisão sua de vir pra cá** ou pra outro canto?

Iracema (c/m): Bom... a **minha decisão... foi meu irmão que tava aí pra dentro desse Tucunaré...** que ele morava né... aí chegou um dia... (...) **chegou lá em casa assustado... aí chamou o meu marido pra vim pra cá...** que ele já sabia né que tinha essas terra aqui... que ele já era acostumado a vir trabalhar aqui... (...) aí chegou lá chamando nós e eu falei pro Jurandir (c/h) que eu tinha mermo... que **eu queria era sair de lá... que não tinha como a gente tá andando por dentro d'água... e cachorro e galinha morrendo** aí... eu que não vou (...) tá dentro d'água de noite agarrando bicho...

Moema (c/m): ... e de noite... e o jacaré pá...

Iracema (c/m): ... **nós ia era morrer mesmo...**

Moema (c/m): ... deu até o Picote... ninguém não sabe nem pra onde o Picote foi... coitado... ((risos))

Iracema (c/m): AÍ NÓS VIEMOS... **fomos os primeiros que chegamos aqui... foi nós e ele meu irmão...**

Moema (c/m): É::... é o que eu tô te falando... quando nós chegamos... tavam fazendo o tal do barraquinho...

Iracema (c/m): [o barraco lá... nós começamos lá... mais pra lá...

Moema (c/m): [... dessas palhinha assim...

Iracema (c/m): ...**um sufoco ó...** pra nós fazer... aí tinha muita galinha mesmo...

F (p): Não teve nem **ajuda da Defesa Civil?**

Iracema (c/m): NÃO...

Moema (c/m): **No momento não...**

Iracema (c/m): ... não... **foi nossa mesmo... na marra...**

Moema (c/m): ... é... na marra... **PRA AQUELAS criancinha do Taiguara (it/h) dormir...** que eles não tinham onde dormir...

---

17 Casa feita de palha.

A chegada deles no território de Cavalcante se deu ainda em fevereiro que, mesmo sem ter dado o pico da cheia daquele ano, já havia inundado boa parte das casas do Baixo Madeira. O sentimento de medo era o que circundava o momento de tensão em que viviam, como é percebido na narrativa de Iracema (c/m) ao falar da expressão de seu irmão (assustado) e de sua própria expressão ao querer sair de lá (medo de morrer). Esse sentimento de medo, que já foi abordado na categoria de análise anterior, reaparece aqui como um dos fatores que impulsionaram a saída de suas casas, na busca de um lugar com maior segurança. Uma terra para se abrigar e fugir de toda aquela água que vinha subindo, tal qual comparou Raoni (t/h): *“como os calanginhos quando vai se livrando da água”*.

Esse medo vinha coligado a todo o evento inesperado da água que chegava dia após dia, bem como pela periculosidade que sentiam da casa cair ou pela exposição que estavam, junto de seus animais de criação, aos jacarés que rondavam o lugar. Apesar de já estarem acostumados a lidar com os animais silvestres da região, inclusive o jacaré, tudo naquele momento estava desordenado, prevalecendo uma insegurança do que poderia acontecer. Moacir (t/h) citou isso algumas vezes em sua entrevista, acompanhado da fala, que foi trazida por todos, de que só saíram de suas casas quando não houvesse mais condições ou quando não vissem mais possibilidades de continuar enfrentando aquela situação.

Moacir (t/h): ... aí foi **nesse dia que pegou a parede da casa... que eu vi que não tinha mais condições...** aí eu falei com o Ubiratã (t/h) mais o Raoni (t/h) e aí ele disse: "rapaz... vocês querem um conselho de amigo... **vamos sair daqui amanhã cedo... vamos procurar terra pra onde tiver... porque nós vamos dá (bola) pro jacaré comer...**" (...) rapaz... só foi falar... quando nós chegamos lá... eu coloquei uma peça assim... uma escada com três degrau... só que aquela peça já tava pra cima do piso nessa casa que nós tava... aí nesse tempo que eu falei pra ele... tava um palmo assim... vinte centímetro pra cobrir... no último piso... que era dois piso...

F (p): Nossa... cobriu tudo... dois pisos...

Moacir (t/h): Era... **as coisas que eu tinha lá... botei na canoa do Guaraci (t/h)... e viemos pra cá...** nós chegamos aqui minha irmã... isso aqui era SÓ MATA... aí já tinha esses pessoal que tão aí na frente... (...) eles já estavam do outro dia já...

Na maioria dos relatos, a movimentação de ir para Cavalcante, durante a cheia, envolveu uma decisão conjunta entre grupos de pessoas, especialmente os que eram parentes ou vizinhos. Moacir (t/h) comenta sobre a conversa que teve com seu irmão e com seu vizinho

sobre a possibilidade de sair de Terra Caída, que Guaraci (t/h) aborda como uma reunião que fizeram para tomar essa decisão. Ele reforça, ainda, a questão de buscar uma melhora em uma terra alta, uma terra que lhes daria segurança e estabilidade. Destarte, essa mudança para Cavalcante surgiu como uma possibilidade de amparo e proteção frente à água que inundava todas suas memórias e suas perspectivas de futuro, mas que fomentou em seguida uma instabilidade de onde viver, de onde plantar, e diversas incertezas que foram despontando a partir do deslocamento que o desastre da cheia lhes impôs.

F (p): Mas como que foi a decisão de vir pra cá?... foi mais a sua família ou todo mundo se juntou?

Guaraci (t/h): Nós... no período que nós tava lá... que só tava o que... cinco pessoa numa casa e o resto das pessoa tavam... umas pra Porto Velho... e outros tava no mesmo período também que nós tava... sofrendo... cada um numa casa aí... e aí nós começamos a... **nós nos ajuntamos... fizemos uma reunião e nós procuramos a melhora né?... onde tinha uma terra...** então nós decidimos... **porque aqui era o único nosso abrigo...** era aqui... tinha uma terra alta né?... apesar de ter o dono da terra... mas **naquele momento ali nós tava... num ESTADO TERRÍVEL de calamidade...** nós viemos PRA CÁ...

O território de Cavalcante significou para eles o único lugar possível de se viver naquele momento de calamidade, como bem insere Guaraci (t/h). O único lugar possível dentro de suas vontades e necessidades do momento, de estar perto de onde viviam, que provia a vida em comunhão, de ajuda mútua e de trocas. Um lugar que, a princípio, era visto como provisório, mas que provia um sentimento de estar em casa, já que reforçava suas identidades com a região, o modo de ser e de estar naquele determinado espaço, bem diferente do que poderiam passar ao ir para um abrigo, seja na cidade ou em outra comunidade. Nesse sentido, Moema (c/m) conta como recusou a solicitação de um membro da Defesa Civil de ir para o abrigo que foi montado na escola estadual da comunidade de Nazaré, ao dizer que ia “*passar mal*” por lá e que em Cavalcante ela estava próxima de sua família, fazia sua própria comida e se ajudavam nas dificuldades enfrentadas.

Moema (c/m): ... nós temos parente que trabalha na defesa civil... (...) sobre isso ai nós tinha muito apoio deles né... num faltava ninguém pra pelo menos apoiar... aí **tinha gente da Defesa Civil...** do governador... **de Nazaré... queria que nós fossemos pra lá...** - - (...) porque tem essa divisa... que é do governo é do governo... que é do prefeito é do prefeito... o prefeito num ajuda o governo... o governo num ajuda o prefeito... - - (...) aí o cara disse “... **vocês vão ter que ir...** porque vocês vão ficar aqui?” - - nós de dentro do barco né - - “... **aqui**

**vocês vão ficar desabrigado... lá tem médico... tem tudo... porque tem o Deus é Amor ((nome barco de assistência)) com tudo... tem o posto de saúde"... tinha num sei o quê... falei "nã::o... daqui eu não vou sair não... eu tô bem aqui moço... eu vou sair daqui pra quê?... pra mim passar mal?... aqui nós fazemos nossa comida... aqui nós comemos... quando nós num tem... aqui nós todos somos parente... quando a gente não tem... o outro tem... não... eu não vou não... nem vem... é tempo perdido... que nós não vamos mesmo... vamos ficar é aqui"... "então vocês vão ficar sem apoio"... num sei o quê... "não... nós não tamo sem apoio... nós tamo tendo apoio... temos apoio de muita gente... pode nós num temos dinheiro... mas apoio tem"... e foi assim... nós não fomos... ficamos aqui... aí depois todo mundo já cuidou de fazer esses barraquinho... uns ajudando o outro... quando fizeram daquele ali... depois fizeram aquela... depois fizeram aquela DALI... a última foi a nossa porque nós tava no barco... num tava TÃO BOM como a nossa casa... mas dava pra nós ir escapando né... e aí foi assim... todo mundo fazendo seu barraquinho... outros dormindo na casinha da Defesa Civil... todo mundo tinha casinha... e assim como eu tava te falando... cesta base num faltava...**

Esse fato de não querer ir ao abrigo da Defesa Civil, demonstra uma especificidade das pessoas que foram viver em Cavalcante. Talvez não tivesse sido uma escolha geral de todos que estavam morando ali, no entanto, de todas as pessoas com quem conversei, nenhuma delas passou pelo abrigo da Defesa Civil. Diante disso, a análise pode perpassar pelo enfrentamento ao desenraizamento que o desastre impôs a esses sujeitos, no sentido de uma ruptura da inter-relação que constituíam com seu território de origem, buscando, assim, um lugar que tivesse características similares ao seu, seja por se instalarem em uma terra que poderia prover benefícios similares aos vividos anteriormente, seja por buscar a casa de familiares. Frente a uma situação adversa, enraíza-se pelo sentimento de se sentir em casa, de estar próximo aos seus, seguindo seu modo de vida.

Faço aqui um adendo de que essa análise não contém um fim em si mesma, pois há diferentes formas de enfrentamento ao desenraizamento que sugere a cada grupo ou pessoa. Especialmente, no que diz respeito à situação oposta a essa citada, daqueles que foram para os abrigos porque não viram outro caminho a seguir no momento de crise, tendo que serem analisados esses casos e suas formas de enfrentamento.

Em relação à comunidade da pesquisa, houve os que se deslocaram para o território ainda durante o desastre da cheia, como os casos citados acima, sendo a maioria da população que ocupava o território no momento da pesquisa de campo, e os que foram para Cavalcante meses ou anos após o ocorrido. Dentre as pessoas entrevistadas, esse foi o caso de Niara (c/m), Lauane (c/m) e Jarina (s/m), com diferentes motivos e situações.

No caso de Lauane (c/m), durante a cheia, ela foi se abrigar na casa de sua irmã em Porto Velho e, ao ver que não tinha mais condições de retorno para sua casa, seguiu morando com ela por mais dois anos. Segundo ela, somente foram para Cavalcante por causa de Ubirajara (c/h), seu marido, que não se adaptava à cidade, pois era acostumado a ir pro mato, a plantar, a pescar, entre outras formas de se relacionar com o ambiente que a cidade o limitava. Ubirajara (c/h), em conversas que tive com ele, reforçou esse relato de Lauane (c/m), dizendo que não se acostumou com a cidade, pois nasceu e se criou no interior, e gosta muito de trabalhar com roça e com madeira.

F (p): E aí quando vocês saíram de lá... vocês foram pra Porto Velho... ficaram lá um tempo...

Lauane (c/m): **Ficamos lá dois anos...**

F (p): Dois anos?

Lauane (c/m): Foi... dois anos... aí foi em 2014... 2015... **2016 nós viemos pra cá...** em janeiro... (...) aí a gente veio de novo... **a gente veio também sem rumo...** sem direção... **só sabia que ele tinha comprado essa casa...** ele nem tinha visto essa casa aí...

F (p): Ah... comprou sem ver...

Lauane (c/m): Foi... de um rapaz... e a gente veio... eu só sabia que tinha a casa... essa casinha aí... **porque ele não acostuma lá né...** porque **eu acostumava lá...** que... **pessoa que é acostumado no interior não acostuma na cidade... têm muitos que vão... mas vão por necessidade** né... ele foi um né... ele não acostuma lá...

F (p): E vocês tinham se acostumado um pouco ou não?

Lauane (c/m): A gente... **nós acostumamos né... nós, mulher... as criança... as meninas acostumam né... agora ele que é acostumado pescar... trabalhar com roça... é... campo... essas coisa... vai pro mato... anda no mato... ele não acostuma lá...** ele prefere vim pra cá... **a gente chegou aqui...** assim... sem... sem tipo... **não tinha direção...** não tem assim... de trabalho né?..

Em seu relato, Lauane (c/m) traz alguns aspectos dessa inter-relação com o espaço que se difere entre os que são do interior e os que são da cidade e que, embora haja um fluxo entre esses dois espaços, há uma identificação e uma relação diversa que os sujeitos constituem na vivência diária com o lugar. Seu marido, por exemplo, tem uma conexão com a terra e com o rio que dificultou a transição e a possibilidade de vivência na cidade. Mas como ela disse, havia muitos que iam para cidade por alguma necessidade específica e que se acostumavam com a vida cotidiana do lugar, o que não eximia suas relações com o interior. Nesse sentido, ela se coloca como uma dessas pessoas que se acostumaram com a vida na cidade, assim como suas filhas, destacando, ainda, uma questão de gênero na adaptação com a nova relação



sujeito-espaço. Para compreender melhor essa analogia de gênero que Lauane (c/m) fez rapidamente, precisaria investigar o motivo disso e quais eram suas perspectivas. Do pouco convívio que tivemos, parece-me que o costume de Lauane (c/m) com a cidade tem a ver com a forte ligação que ela possui com sua irmã que vive lá, bem como uma expectativa de que a cidade trouxesse crescimento econômico para sua família e aquisição de certos bens materiais.

Além disso, dentre as famílias que se deslocaram para Cavalcante contrapondo-se à ir para cidade, a visão é oposta, pois entendem que, sem dinheiro prévio, não seria possível viver na cidade. Análogo a esse sentido, ao final do diálogo que tive com Ubirajara (c/h), ele disse: “*eu não sabia o que era ser pobre, mas quando fui para a cidade eu descobri o que é ser pobre*”; explicando que na cidade a pessoa só vive se tiver dinheiro, mas no interior, se a pessoa não tiver dinheiro, ela planta, pesca, faz farinha, corta madeira para fazer sua casa, entre outras coisas que pode fazer para conseguir sobreviver e viver tranquilamente com o seu próprio tempo-espaço e forma de trabalho. Sendo assim, Ubirajara (c/h) disse se considerar uma pessoa rica, pela diversidade que possui no interior diante dessa inter-relação com a terra e com o rio, e por trabalhar no momento que considera oportuno e necessário. Realça que a pobreza está sim alinhada com a falta de dinheiro, mas evidencia, ainda, que ser pobre é não conseguir viver no espaço que nos inserimos na vida cotidiana. Ubirajara (c/h) demonstra que a relação com a terra, com seu espaço de vida, é extramente importante para o enraizamento. Já o dinheiro, segundo Weil (1996; 2001), é o que destrói nossas raízes com o meio e com as relações sociais que estabelecemos.

Outro motivo do retorno de Lauane (c/m) e sua família para o Baixo Madeira, foi devido às dificuldades enfrentadas na cidade, que se articula com algumas reflexões trazidas por Ubirajara (c/h) sobre a vida na cidade. Na entrevista com Lauane (c/m), esse fato demonstrou também que a falta de políticas públicas que tinham no interior é, ainda, potencializada na cidade, já que a falta de saneamento e de acesso à água se torna uma problemática mais intensa em relação às necessidades básicas.

Lauane (c/m): É... assim... porque lá... que nem a gente... o Ubirajara (c/h) até falou que **aqui no Curicaca nós tava morrendo em cima d'água... nós fomos pra Porto Velho... chegamos lá... nós tava morrendo da falta d'água...** que lá não tinha água...

F (p): Nossa...

Lauane (c/m): ... não tinha água na casa da minha irmã... ai emprestava do poço dos vizinho lá... ((suspiro))... e foi... ai... o Ubirajara (c/h) foi e vendeu... se desfez de algumas coisa... que

a gente comprou né?... e... vendeu pra **poder fazer um poço semi artesiano no quintal dela... pra poder a gente ter água com abundância...**

F (p): Que coisa...

Lauane (c/m): É... **não foi fácil não... foi difícil... nós morrendo em cima d'água e lá nós tava morrendo da falta d'água** ((risos))... mas é... mas não foi fácil não... foi muito difícil lá... emprego também né...

Seu relato traz, ainda, a reflexão sobre a vivência de afecções parecidas em desastres opostos, como uma inundação e uma seca. Quando ela diz: “*nós (aqui) morrendo em cima d'água e lá nós tava morrendo da falta d'água*”, pôde-se abstrair para essas situações adversas que causam danos parecidos nas relações sujeito-espaço, de insegurança e instabilidade com o espaço de vida.

Para mais, outro aspecto mencionado sobre o fato de não irem para a cidade durante a enchente, foi o de deixar seus bens materiais irem para o fundo d'água, isto é, se fossem para Porto Velho durante a cheia, haveria a possibilidade de não terem mais nada ao regressar. Na entrevista com Moema (c/m) e Iracema (c/m), elas citaram essa questão da perda dos bens, sendo outro motivo mencionado relativo à necessidade de buscarem uma terra perto de onde viviam para se ajeitar.

Moema (c/m): ... outros subiram pra lá pra cima... depois não podia tirar... porque **pensava que a água não chegava lá... (...)** acaba a água chegou... (...) a **minha cunhada** que tava aqui... ela **perdeu a maioria das coisa...** (...) nós não pensavamos que aquela água passasse daquilo né... então **avaliou** assim... **subiu assim um pouquinho... foi pra Porto Velho...** (...) **quando chegou...** era as cama... era colchão... **era TUDO acabado na água...** (...) foi muito sofredor pra nós... E **NÓS temos... graças a Deus...** como eu tô te falando... **A TERRA...** porque **SENÃO...**

Iracema (c/m): **Aí... eu AGRADEÇO TODOS os dias...**

Moema (c/m): ... nós ia... **nós iam desabar pra cidade...** mas a gente **nem quase não podia** ir pra cidade... porque **tu sabe que pobre tem uns caquinhos...**

Iracema (c/m): Como que a gente ia?

Moema (c/m): Quem desabasse isso pra cidade?... **ia deixar as coisas jogada por aí...** algumas coisas... que nem esses motor... canoa... que **a gente depende AQUI no rio...** quando a água voltasse não tinha nada... porque a gente podia ter escapado na cidade... porque nós tinha nossos filho né... num era tão bom mas dava de nós escapar... mas tinha os bens materiais... o pouco que nós... se deixasse... **quando nós chegasse tava tudo acabado...** não tinha mais nada...

Iracema (c/m): Tudo no fundo... né?

Moema (c/m): ... então **nós tinha que procurar um cantinho... pra nós se adaptar...** então **quando nós achamos que tinha aqui... o jeito é aqui...** graças a Deus que deu pra nós... mas não foi fácil não...

Nesse fluxo, a terra mais alta para se abrigar teve um grande significado para essas famílias que não queriam sair de seus territórios e de suas casas, expondo, assim, muita gratidão por conseguirem estar nela, cujo medo de outra enchente se somou ao fato de serem impedidos de voltar para seus territórios de origem, como veremos mais a frente nas outras subcategorias.

A opção de ir para cidade soou como algo inaceitável para alguns, já que não gostavam e não se acostumavam com o ritmo de lá. Muitos diziam que iam para cidade somente por necessidade, por terem que vender sua produção, para ir ao banco, receber algum benefício ou até ir ao médico quando preciso, mas logo já retornavam para seu lugar. Na entrevista com Ubiratã (t/h), ele deu a entender que Cavalcante era a única saída para ele. Havia a opção da cidade, mas ao mesmo tempo, não era uma alternativa viável.

F (p): E como que foi o processo de vir pra cá pro Senhor?... **como que foi a mudança?**

Ubiratã (t/h): A Defesa Civil trouxe nós pra cá...

F (p): A Defesa Civil?

Ubiratã (t/h): Foi... tinha um povo pra cá que num tinha... **num tinha pra onde ir não... eu vinha pra cá ou ia pra cidade... das duas uma... ai nós viemos pra cá né?...** deu barraca... nós passamos um bocado de tempo ainda na barraca que a Defesa Civil deu pra nós... e agora nós temos essa casinha ai... que nem... casa boa ainda num é... lá minha casa em Terra Caída tinha treze... treze repartição...

Vale dizer que, mesmo tendo a opção de Cavalcante, à medida que as primeiras famílias ocuparam aquele território, muitos não fizeram essa escolha. Há muitas famílias das comunidades que ali se instalaram que optaram ir para casa de familiares na cidade, como exemplificado no caso de Lauane (c/m), já que isso também trazia menos dificuldades e mais conforto. Instalar-se em Cavalcante não foi um processo fácil. Eles relataram várias dificuldades que passaram por ali no início, por ser uma terra que não era habitada há muitos anos. Tais dificuldades serão tratadas com maiores detalhes na próxima subcategoria, porém é importante mencionar que houve muitas famílias ribeirinhas que se deslocaram para a cidade e que, inclusive, não retornaram mais para o Baixo Madeira.

Contudo, houve as famílias que retornaram da cidade, indo para suas comunidades de origem ou para Cavalcante. Niara (c/m) e sua família foram para Porto Velho durante a cheia, mas retornaram para a casa em Curicacas. Eles viveram por ali algum tempo, mas em virtude

da falta de políticas públicas e da relação com outras famílias no local, Niara (c/m) sentiu a necessidade de ir para Cavalcante, especialmente por conta de seus filhos, que precisavam de assistência escolar e de outras relações sociais. Em Cavalcante, mesmo não havendo uma totalidade de assistência no local, há uma comunhão para elementos da vida cotidiana, como os geradores de energia que são compartilhados, por exemplo, além de ser um local reconhecido pelo Estado, de alguma forma, com vínculo ao posto de saúde e à escola do distrito de São Carlos do Jamari.

F (p): E aí você se mudou pra Cavalcante e como é...

Niara (c/m): Rapaz... a mudança... a mudança **pra gente definir** diretamente **que a gente ia ficar em Cavalcante começou pelos meus filhos** né?... e da nossa localidade dizia que a empresa **não poderia atender a levar os filhos da gente pra escola...** porque ficava muito distante... e a escola que tinha era a escola de São Carlos... aí **pra eles atender nós... nós tinha de ficar em Cavalcante...** daí fora isso... os **meus meninos também...** quando ia ficar lá na localidade de Curicacas... **chorava...** por causa que **não tinha mais ninguém morando...** só era eu mesmo na localidade... no espaço onde eu ficava né... e aí um... ficou um... dois... três vizinhos... mas muito longe um do outro... **aí num tinha quase contato e fora que nós num tinha mais energia...** nós tava sem energia... aí a falta de energia também impediu muito... por causa que sem energia nós num... dormia cedo... é... **num podia assistir nada** né... nem um noticiário na televisão... **aí eles como gostavam de televisão... acharam muito ruim...**

Assim como ela, outras famílias que não tiveram suas casas totalmente destruídas, tentaram regressar para seus lugares de origem, porém, muitas não conseguiram se manter ali, especialmente as famílias com crianças ou adolescentes que precisavam da assistência de transporte do governo e educação.

Dentre as entrevistadas, outro caso de deslocamento para Cavalcante mais tardio foi o de Jarina (s/m), que se mudou em 2018 para a comunidade. Desde a cheia de 2014, Jarina (s/m) viveu no flutuante com seu marido em frente à comunidade de Santa Catarina, que também fica em frente à Ilha de Iracema, onde moravam antes da cheia. Na comunidade de Santa Catarina, havia algumas famílias que regressaram, porém muitas tinham se mudado para Porto Velho (RO), Humaitá (AM) ou para Tira Fogo (comunidade de terra firme que fica mais próximo daquela localidade). A opção de Jarina (s/m) em se mudar para Cavalcante, segundo ela, foi por intermediação de uma colega que viveu lá e vendeu-lhe a casa. Outro

motivo já apresentado anteriormente, diz respeito ao fato de ter adoecido emocionalmente por viver somente dentro d'água.

F (p): E como foi a decisão de mudar pra cá? (...) Como foi a decisão de vocês? Por que vocês resolveram vir pra cá?

Jarina (s/m): Porque **tava difícil o meio de sobrevivência... viver dentro d'água... não ter onde plantar** alguma coisa... ao menos uma macaxeira pra gente comer né... só **dentro d'água ninguém planta nada...** (...) ai foi que a gente... a **nossa colega falou dessa terra aqui...** nós já tínhamos visto essa terra aqui... mas ninguém tinha conhecimento... não sabia como que era aqui né?... aí ela foi e falou... deu esse terreno aqui pra gente... **aí viemos pra cá...** aí aqui nós tamos... **um ano...** mas **foi a melhor coisa que Deus deu pra gente** foi isso aqui... num é um sítio... é um terreno... mas... já tenho as frutinhas plantadas... tem até o trabalho da gente... de vez em quando pesca pra comer...

Além de todas essas motivações apresentadas, Cavalcante surgiu no Baixo Madeira como uma terra de possibilidades para quem foi afetado pela cheia de 2014 e não conseguiu se estabelecer no território de origem. Apesar de todas as incertezas em relação à divisão de lotes e à falta de políticas públicas na localidade, sabe-se que a terra foi comprada pela Prefeitura para as pessoas atingidas e não houve uma regulamentação de quem seriam as famílias beneficiárias, abrindo assim, possibilidades diversas de ocupação do território. Com a última cheia de 2018/2019, que afetou algumas comunidades, surgiram algumas (poucas) famílias para tentar se instalar ali, como algumas famílias de Nazaré.

Esse fato, de novas pessoas que estão chegando da cidade ou de outras comunidades, ressoa como um incômodo para algumas das famílias que já vivem ali, isso porque, consideram que esse alto fluxo de novas pessoas têm aumentado o uso de drogas, furtos na comunidade e outros problemas que não tinham anteriormente em suas comunidades. Em contrapartida, há outros que consideram interessante esse crescimento de Cavalcante, pois acham que pode proporcionar melhores estruturas de comércio e de apoio para a localidade. A falta de informações que possuem sobre as regulamentações daquele território favorece esse tipo de dinâmica de ocupação territorial, assim como o sentimento de insegurança e instabilidade dos sujeitos, já vistos em outras situações.

Por fim, vale ressaltar que o deslocamento para Cavalcante não foi realizado por vontade própria, como eles mesmos diziam a todo momento; deslocaram-se para aquela terra por “*necessidade*”. Ou como disse Jandir (c/h), foi “*na marra*”, pois se não fosse a situação do desastre, nunca haviam saído de seus territórios.

F (p): Mas o senhor decidiu vir pra cá porque a terra... já conhecia a terra?

Jandir (c/h): Não... **aqui foi vindo NA MARRA... obrigado...**

F (p): ... obrigado?...

Jandir (c/h): Foi obrigado... **por causa da enchente...** ah... por mim mesmo... **se não fosse... eu num vinha era nunca...**

O deslocamento para Cavalcante foi uma estadia provisória para certas famílias, como as de São Carlos do Jamari, por exemplo, que se instalaram por ali durante a cheia, mas conseguiram retornar para sua comunidade após um movimento coletivo de limpeza e reconstrução da localidade. Esse não foi o caso de outras famílias que tiveram suas localidades extremamente destruídas ou que tiveram uma compreensão coletiva de que sua terra poderia ser afetada novamente, diante das transformações que a cheia causou no ambiente. Os impactos materiais que a cheia causou nos territórios de origem, destruindo suas casas e aterrando áreas produtivas, junto da inviabilização de retorno decretada pelos órgãos públicos, fizeram com que muitas famílias afetadas permanecessem nesse local e buscassem reconstruir suas vidas no novo lugar.

## **7.2. Um solo tortuoso: a assistência da defesa civil e as dificuldades ao chegar no novo território**

Iracema (c/m): ... quem vê assim agora né... ah... isso tava fácil...

Moema (c/m): ... tá tão bonito... mas **você não sabe a dificuldade que nós passamos aí...** pra limpar isso aí...

F (p): ... isso aqui tava tudo...

Moema (c/m): ... tudo feio... **aqui só era coisa de espinho...** nós caímos aqui... eu mais ela... menina... jogando pra cá... pra nós fazer estendedor, pra nós estender nossa roupa... **aí depois fomos limpando...** limpando ao redor da dela... limpando ao redor da minha... tinham as meninas... fomos limpando... **pra tá assim hoje ó...**

Para se abrigarem no território da comunidade de Cavalcante, as famílias passaram por diversas dificuldades, desde a intensa chuva no momento da mudança, até os desafios que a situação do ambiente lhes apresentou. Como era um lugar que não estava sendo habitado por ninguém, muitos relataram que ali “*era só mato*”, tendo que limpar o terreno para se instalarem. E, depois, tiveram que lidar com aspectos indesejados que a natureza oferece ao ser mexida, como veremos mais a frente nesse texto. Nesse contexto, a comunhão entre as

famílias desabrigadas foi essencial para conseguirem se adequar na localidade, apoiando-se diante das adversidades do desastre e das inseguranças que a situação promovia.

Como já visto na subcategoria anterior, a mudança ocorreu de forma individualizada, em pequenos grupos de familiares ou com auxílio da defesa civil. Os primeiros que chegaram ao território realizaram o deslocamento por conta própria, com ajuda mútua entre as famílias. À medida que as famílias iam chegando, os que já estavam ali iam ajudando os outros a se instalarem. Moema (c/m) e Iracema (c/m) relataram muitas vezes sobre esse processo, demonstrando, ainda, o sentimento de vivenciar o sofrimento de forma conjunta, sentido por suas próprias perdas, mas também pelas perdas dos outros.

Moema(c/m): Olha... quando nós viemos morar pra cá... o caboclo foi buscar nesse barquinho que eu tô te falando... fomos buscar a mudança deles lá... **ERA lamentável... dava vontade de chorar...**

Iracema (c/m): Me dava dó ó...

Moema (c/m): ... chegou... olhava assim... vontade de chorar... por quê?... guarda-roupa... geladeira... armário...

Iracema (c/m): Freezer...

Moema (c/m): Freezer... cômoda das pessoa **tudo jogado na chuva...**

Iracema (c/m): **ACABOU TUDO...**

Moema (c/m): ... porque **as pessoa tava chegando e não tinha...** coitada... **aonde botar aquelas coisa...** elas **queriam era arrumar um tapirzinho** desse como eu tô te falando... **pra se escapar...** era tão triste que dava vontade de chorar...

F (p): E era de onde esse povo?

Moema (c/m): Que vinha de tudo quanto era canto... da nossa comunidade... dali do outro lado de Terra Caída... de São Carlos... **todo mundo que tava querendo se SALVAR...**

Iracema (c/m): E nós mesmo...

Moema (c/m): E nós mermo...

Iracema (c/m): ... nossas farinha ficou tudo no tempo... coberta com uns pedaço de plástico... porque num tinha onde botar...

Moema (c/m): ... então você olhava assim ó... dava vontade de chorar... porque tipo nós pra comprar uma freezer... um armário... é tão sacrifício... aí **a gente comprando e ACABANDO NA CHUVA...** molhando... porque você não tinha onde botar...

Iracema (c/m): **Foi triste... eu não gosto nem de me lembrar o que eu passei...**

Nesse relato, evidencia-se também o sentimento de segurança que aquela terra estava representando diante dos transtornos vividos com a cheia e com as chuvas. Era o lugar que estava se abrindo para a possibilidade de abrigo, para escapar da água, mesmo com todas as dificuldades que teriam que enfrentar nessa transição. Eram desafios que tinham que enfrentar

para conseguir esse lugar de proteção, utilizando-se de ferramentas que tinham em sua memória corporal e cultural de relação com o ambiente para conseguir ultrapassar, ressignificar e reconstruir suas vidas.

Segundo Weil (2001, p. 36), “o risco é um perigo que provoca uma reação refletida”, é uma situação que leva a pessoa a recursos para enfrentá-la e ressignificá-la. Essa proteção contra o medo, no caso do medo que sentiam durante a enchente, não exclui os riscos que teriam ainda que enfrentar. E o risco convida, também, à elevação da coragem que estimulam para a construção de recursos para enfrentamento da situação.

Mair (t/h): ... a minha terra que eu fiz o sítio... NUNCA tinha alagado... eu digo: "aqui eu sei que não alaga... aqui é terra firme"... hã:::... **ficou o CAVALCANTE... foi aonde TODO MUNDO veio se gasalhar...**

F (p): E aí o senhor já veio direto pra cá?

Mair (t/h): Aí **nós viemos direto pra cá... dormir naquela lona...** aí a Defesa Civil já trouxe a... já tava chegando aqui... quando nós viemos a Defesa Civil já tinha deixado já...

F (p): Tinha gente aqui já...

Mair (t/h): Porque já tinha gente aqui... que os lugar mais baixo já tinha ido pro fundo... aí nós chegamos e fizemos o lugar de... no meio da matona aí... **roçamos aí e colocamos a casa da Defesa Civil...** mas eu dormi poucos dia... eu... com uma semana que dormia dentro que eu me mexia... nós forravamos... que ela vem toda forrada... ela não entra água... mas **por debaixo criou uma lama** que a gente quando deitava assim... aquilo fazia blum blum blum ((barulho de bolhas))... aquele lameiro mesmo... aí abria a porta assim... **subia aquela caatinga daquela lama que a gente tava pisando** e andando dentro... e aquilo ia amassando... **aí eu fiz uma casinha pra mim...** bem aqui eu fiz... ó... **de palha...** tirei essas palha verde... não tinha palha mansa... tirei palha brava mesmo... risquei... cobri... ham... **demorou nadinha começou a dar lagarta nas palhas e caía por cima da gente...** só numa noite eu fui ferrado duas vez e de **escorpião...** aquele do rabinho assim torto né... **agora tucandeiro aqui dava demais ó...** a mulher... só via ela mulher...

F (p): Tucandeira? O que é?

Mair (t/h): É um... aquela formigona preta... num tem...

F (p): Ah:::... sei...

Mair (t/h): Rapaz **só via a mulher aos gritos aí...** Deus do céu... ((risos))

F (p): Aí o senhor já começou a fazer sua casa?

Mair (t/h): **Aí comecei a fazer minha casa...** aí chamei um... "rapaz... vamos embora tirar madeira pra nós serrar... pra nós tirar madeira... vamos bora caçar pau por aí... madeira e vamos embora fazer as nossa casa"... aí eu fiz aquela de lá... **aquela primeira casinha...** essa repartição daqui e essa daqui é a madeira da casa que eu tinha lá no sítio... aí **tiramos madeira eu e mais o meu genro e um vizinho dali...**

Como visto no relato de Mair (t/h), instalar-se em Cavalcante não foi um processo fácil, o qual representa aqui os diferentes desafios que as famílias tiveram que passar no



território para conseguir estar ali. Ao contar sobre sua chegada, ele demarca a presença indesejada de insetos ao limpar parte do mato para instalarem suas barracas ou tapirês, os quais surgem devido à modificação no ambiente. Outras pessoas também trouxeram esse mesmo relato, e eu também pude experienciar, mesmo anos depois da comunidade formada, a enorme presença de ratos na localidade. Eu fiquei realmente impressionada, pois nunca havia visto tantos ratos fora da cidade e nunca havia visto em outras comunidades às quais já havia passado. Eles relataram que os ratos viviam dentro de umas árvores ocas, que ao tirá-las, foram surgindo e se propagando. Toda essa alteração também provocou problemas de saúde nos indivíduos e outros riscos equivalentes.

Diante disso, vale acrescentar a essa análise das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos no novo território, como se deu a assistência da Defesa Civil durante e após o momento de crise, sendo este o órgão responsável para atuar nas situações de desastres. As impressões sobre essa assistência foi diversa entre os entrevistados e pessoas com quem conversei na comunidade. Em geral, pode-se dizer que se sentiram satisfeitos com a assistência dada. Contudo, no caso dos abrigos, uma compreensão mais aprofundada se faz necessária.

Em Cavalcante, a Defesa Civil solicitou que as famílias fossem para o abrigo que foi feito na escola estadual do distrito de Nazaré, porém, como relatado anteriormente, Moema (c/m) recusou esse convite dizendo que se fosse para lá, ela ia “*passar mal*”. Disse isso em referência ao sentido de quebra de suas relações comunitárias, de sua autonomia e bem-estar no ambiente de moradia provisória. Estar em Cavalcante, mesmo com todas as dificuldades estruturais que passavam naquele momento, proporcionava-lhe uma familiaridade com sua vida cotidiana e com suas relações comunitárias.

Segundo Valencio (2014), a Defesa Civil, em geral, possui uma atuação tecnicista com uma fundamentação e operacionalização militarizada, efetuando ações que desconsideram as particularidades das pessoas atingidas e desabrigadas, sujeitando-as a certos padrões de atendimento que não atendem às necessidades culturais e que desqualificam o sofrimento diante da situação vivida. Sua atuação burocrática pode desrespeitar os vínculos afetivos dos sujeitos com seus lugares de moradia e com seus pertences, desconsiderando os laços de vizinhança e familiares, e ignorando a história dos sujeitos com esses territórios afetados.

No contexto estudado, essa atuação burocrática da Defesa Civil aparece na fala dos participantes. Entretanto, por haver pessoas com vínculo familiar dentro da organização e

considerando as proporções que o desastre foi tomando ao longo do tempo, esse tipo de relação foi se modificando durante o período da crise. De início, relatam que a Defesa Civil seguiu suas regras e orientações de que as pessoas desabrigadas fossem para casa de familiares ou fossem transferidas para os abrigos próprios. Mas, aos poucos, relatam que colaboraram com as famílias que estavam se deslocando para Cavalcante, atuando de forma conjunta. Com isso, a Defesa Civil doou barracas às famílias desabrigadas para se instalarem nas localidades pretendidas, fornecendo cestas básicas e água potável para se manterem no local.

F (p): Sim... e teve ajuda da Defesa Civil?

Guaraci (t/h): **A Defesa Civil foi fundamental nessa época** né... porque eles acolheram a gente né... com água e mais cesta básica... isso ai foi... **eles acolheram a gente...** deram as barracas e a gente ficou nas barracas ai um grande período... e mantendo assim... **com uma cesta básica e água** né?... e nesse período **eles trabalharam junto com a gente** ai... a gente fazendo em equipe né... a gente trabalhava... vamos montar a barraca dum... a gente se ajuntava e montava... que::... foi jogo rápido também... quando era de manhã a gente trabalhava e de tarde era chuva...

Como salienta Guaraci (t/h), ele se sentiu acolhido pela assistência da Defesa Civil, o que demonstra a importância da compreensão das especificidades culturais e a colaboração desse órgão durante a situação vivida nos desastres. Contudo, após o momento de crise, outras necessidades surgiram diante da instabilidade ao perder todas suas referências estruturais e simbólicas de reprodução da vida. A continuidade da assistência foi de extrema relevância para que essas famílias tivessem subsídios materiais para reconstruir suas vidas e, no caso específico do Baixo Madeira, a defesa civil seguiu atuando na região junto aos órgãos de saúde, assistência social e assistência técnica rural. Foram disponibilizados três barcos para o Baixo Madeira, que ficavam embarcados na frente das comunidades sedes dos distritos de São Carlos do Jamari, Nazaré e Calama, realizando atendimentos de saúde, distribuição de cestas básicas e água, cadastramento das famílias e entrega de sementes para plantio.

Por um lado, ter essa assistência constante próximo às famílias afetadas foi significativo e acolhedor para alguns, mas por outro lado, para alguns, ela era uma atuação limitada, que não alcançava as particularidades das famílias e comunidades afetadas, especialmente as comunidades menores que estavam mais distantes desses locais de apoio; assim, houve pessoas que se sentiram desassistidas. Isso foi destacado por certas pessoas

durante o trabalho de campo do mestrado e durante minha estadia nas localidades em 2014, quando pude acompanhar mais de perto essa assistência. Em resumo, houve atritos entre as pessoas atingidas e Defesa Civil sobre a gestão dos abrigos, a distribuição e desvio de insumos, favorecimento de uns em detrimento de outros nessa assistência, a insalubridade das barracas, e posteriormente, os decretos de inviabilização de retorno para suas moradias e suas terras.

De acordo com Valencio (2014), os conflitos são comuns nas situações de desastres, em geral, pela falta de preparo da defesa civil e dos órgãos públicos em gestionar a assistência em consonância com as particularidades culturais, sociais e ambientais das comunidades afetadas. Nem sempre há sensibilidade frente à situação vivida do desastre que abala os sujeitos em sua “totalidade bio-psico-social-espiritual”, além da perda de seus lugares e, em muitos casos, a perda de entes queridos. São tensões entre a esfera pública e privada da vida social dos sujeitos que intensificam o sofrimento social em torno do ocorrido.

A generalização dos moldes de assistência adotados pela Defesa Civil também gera intensos conflitos diante das tessituras socioambientais diversas que há no país. A prática dos acampamentos, por exemplo, de uma barraca de tamanho e material padronizado, gera variados desconfortos térmicos em lugares que as temperaturas são elevadas (Valencio, 2009), como é o caso de Rondônia. No desastre de 2014, a Defesa Civil montou um acampamento com as barracas em um parque da cidade, que acarretou em um processo coletivo do Ministério Público de Rondônia contra a Defesa Civil, diante do intenso calor que as pessoas atingidas viviam naquelas barracas, sem lugar com sombra para que pudessem se abrigar. Raoni (t/h) e outras pessoas comentaram sobre o calor intenso da barraca, mas, em Cavalcante eles tinham lugares com sombra para se abrigar durante o dia, diferente do processo vivido pelas pessoas atingidas que ficaram no abrigo único em Porto Velho.

Raoni (t/h): ... e aí... era bom?... é... a gente dizia que era bom porque **a gente se livrava ao menos da chuva** num era... **quando o sol esquentava num tinha** no mundo **quem ficasse lá dentro** num era... era muito quente e **todo mundo procurava as árvore**... ficava por debaixo das árvore... é... foi muito sofrida a nossa...

F (p): E aí começaram a construir as...

Raoni (t/h): ... aí começamos a construir de novo...

Além das árvores da localidade, as pessoas que viviam ali em Cavalcante, pela liberdade de ocupar o território a sua maneira, também puderam construir abrigos de madeira ou de palha à medida que foram ficando naquele território. Esse fato evidencia, mais uma vez, que o deslocamento das famílias ribeirinhas para Cavalcante pôde proporcionar a reprodução cultural com a terra e com rio, de uma inter-relação com espaço que se assemelhava, minimamente, ao que viviam em seus territórios de origem.

Um fator que agravou os conflitos entre comunitários e poder público foi a deliberação da Defesa Civil de que as terras e casas afetadas que encontravam-se em áreas de risco estavam inviabilizadas para o retorno das famílias atingidas para suas localidades. Isso gerou conflitos por não haver uma ação urgente de realocação das famílias em novas áreas. Nesse contexto, diante dessa decisão, as famílias que optaram por retornar para suas localidades o fizeram por conta própria, sem nenhum apoio do poder público para limpar suas casas e, inclusive, os espaços públicos das comunidades, como escolas e posto de saúde.

A comunidade de São Carlos do Jamari é um exemplo desse cenário, entre famílias que possuem um vínculo ancestral com a localidade e famílias que aguardavam por uma ação do Estado de reassentamento apropriado para suas especificidades culturais e ambientais de relação com o espaço de vida. Assim que as águas começaram a baixar, muitas famílias iniciaram a limpeza de suas casas na comunidade, retirando metros de sedimentos por conta própria. Outras famílias, que aguardaram a ação do Estado com um efetivo programa de reconstrução e realocação em outra terra, ao perceberem que esse processo poderia se prolongar por muito tempo, optaram por seguir o caminho das famílias que já estavam retornando e se organizando conjuntamente para reconstruir a comunidade. Deste modo, além de limpar suas próprias moradias, algumas pessoas se engajaram junto ao administrador local para limpar os serviços públicos essenciais, como a escola e o posto de saúde da comunidade, como forma de exigir que esses serviços retornassem a funcionar.

Durante algum tempo, houve muita luta por parte dos ribeirinhos em conseguir a efetivação do plano de reconstrução, ora pelo reconhecimento do retorno a suas comunidades, autorizando e efetivando que os serviços públicos voltassem a funcionar nessas localidades, ora pela tentativa de reassentamento em uma terra que se assemelhasse ao modo de vida que tinham anteriormente.

Seguindo suas ações normativas gerais, as casas que não tinham sido totalmente destruídas pelas cheias, das comunidades consideradas áreas de risco, foram marcadas pela Defesa Civil com um “X” na parede frontal. Isso gerou, segundo os participantes, um sentimento de terem sido violados em seus espaços de vida. Valencio (2014) retrata que essa ação é bem comum na prática de remoção da Defesa Civil, considerando um ato extremamente estigmatizante. Denota, ainda, que as situações de emergência de desastres decretadas pelos Estados e municípios afetados, em geral, resulta em um processo de legitimar a necessidade de “*expulsão de moradores empobrecidos indesejáveis*”, diante da alegação que se encontram em área de risco, sem promover políticas efetivas de reversão dos danos sociais e ambientais causados aos sujeitos, seja por reassentamento adequado ou por redução dos riscos na localidade afetada.

No contexto da região de estudo, a maioria das famílias atingidas foi retornando para suas casas e comunidades de origem, pressionando o Estado a trabalhar em prol desse regresso. Todavia, a política de abandono dessas comunidades, que já havia antes da cheia, somente se intensificou. Nas localidades menores, onde o regresso das famílias não foi realizado tão comunitariamente, devido, inclusive, à destruição total de algumas moradias, relatam que o Estado negou quaisquer apoio de religação de energia ou assistência aos serviços essenciais, como foi o caso de Terra Caída e Curicacas. Na subcategoria anterior, foi apresentado um trecho da entrevista de Niara (c/m) que retrata essa negação de direitos, forçando-a se deslocar de sua comunidade de origem.

Em relação aos reassentamentos, o Plano de Reconstrução do Estado previa comprar quatro territórios para o Baixo Madeira, do qual Cavalcante se enquadrava como um deles por já ter uma ocupação massiva de famílias no local, fato esse que acelerou o processo de compra dessa localidade em relação às outras pretendidas.

F (p): E como que foi a organização do pessoal aqui... pra morar?

Mair (t/h): Aqui foi... aqui **foi chegada de um por um... (...)** é **duas turma que correram pra cá...** foi a **turma de Terra Caída** e a **turma de Curicaca...** que vai nessa terra aqui alta... daí ela forma o baixio... aí lá é::: baixio... do mesmo jeito da Terra Caída... aí alagou... aí vieram... aí foram chegando... rapaz aqui é o lugar mesmo de nós ficar até quando seca... né?... mas **teve uma ordem** da Defesa Civil e do Ministério Público que tiveram aqui... **que nós não podia sair daqui... que aqui era o nosso lugar... porque não desobedecesse e ir pra terra baixa que ia ter alagação grande de novo... como esse ano já alagou de novo lá... e se nós tivesse voltado pra lá?... tava numa pior de novo...**

(...)

Mair (t/h): É... daí viemos pra cá... **nós viemos pra cá porque foi obrigado mesmo a vir pra cá... por isso que nós tamo aqui e daqui nós não quer sair...** porque a Defesa Civil falou que não era pra nós sair daqui... **e o prefeito naquela época...** ele **comprou Cavalcante...** aí nós fomos em uma reunião lá e ele ainda disse pra nós agradecer a Deus... que foi o lugar que a prefeitura comprou pro povo dos alagado... foi só o Cavalcante... que os outros lugares só era confusão... porque eles queriam levar eles para umas terras e eles não queriam sair... e nós fomos as pessoas que obedecemos... ficamos aqui e não saímos... **e tamo esperando até o dia de hoje o governo vir trabalhar pra ajeitar aqui e nada... né?... e tamo esperando... E EU NÃO VOU DESISTIR DAQUI NÃO... EU NÃO VOU SAIR... EU QUERO MEU TERRENO AQUI...** eu quero meu terreno...

Nesses dois trechos da entrevista de Mair (t/h) pode-se compreender brevemente a situação de Cavalcante referente à compra da terra que favoreceu com que as famílias não precisassem retornar para as áreas ditas de risco, que alagaram novamente na cheia de 2018/2019. Como já sinalizado na Leitura Socioambiental, as famílias de Cavalcante aguardavam o cumprimento das promessas de corte dos lotes, ligação de energia, construção de poços artesianos, bem como a instalação de serviços essenciais, como a escola de ensino fundamental I e o posto de saúde.

O sentimento de insegurança e incerteza que a cheia provocou nesses sujeitos persistia até os dias da pesquisa de campo, associado ao abandono do poder público ao cumprimento de políticas públicas e direitos básicos para a população local. Tais sentimentos, que poderiam intensificar o desenraizamento vivido com o desastre, fortaleceram o enraizamento dos sujeitos na nova localidade com uma participação real dessa coletividade em busca de seus direitos e reivindicação por essa terra, como bem demonstra a resistência de Mair (t/h) em permanecer ali até conseguir o direito de seu prometido terreno.

### 7.3. Quando a água desceu: os detritos do desastre e as perspectivas de reconstrução

F (p): E como que foi a enchente lá?

Ubiratã (t/h): A enchente... **é uma enchente que ninguém esperava...** essa enchente ai... **aterrou as casa tudo...**

F (p): Encheu até o teto a sua casa?

Ubiratã (t/h): Até o teto... **ATÉ O TETO... com quatro meses a gente sabia que num tinha mais nada... plantação com uma terra dessa ali...** uma lama daquela... **num tem plantação que aguenta...**

F (p): Uhum... e ai perdeu tudo...

Ubiratã (t/h): Tudinho tudinho...

Após longos três meses submersos pela água do Rio Madeira, as terras que foram alagadas começaram a aparecer e escancarar o estrago feito. Além de casas destruídas e quedas de barrancos devido a força das águas, o Rio Madeira deixou seus sedimentos nas áreas produtivas e moradias, inviabilizando o retorno de algumas famílias ou forçando-as a retirar esse aterro para regressar. As famílias de Cavalcante, em geral, não regressaram para seus territórios devido a esses fatores de detritos e destruição em seus lares somado ao medo de outra inundação e deliberação do poder público de não retorno para as áreas de risco, como já foi abordado anteriormente.

Outro fato que alguns tiveram que enfrentar após a inundação, foi a destruição total de suas casas devido a queda dos barrancos. Esse fenômeno de terras caídas que ocorre desde antes da cheia, intensificou-se com a construção das UHEs, com o alto fluxo de barcos de carga e com o aumento do garimpo na região, citado também na Leitura Socioambiental. Como observa-se no relato de Mair (t/h) a sua casa e de muitos moradores foram levadas pelas quedas do barranco durante a cheia de 2014, sendo um dos motivos de não conseguirem regressar e tampouco conseguirem plantar.

F (p): Mas o senhor ainda planta pra lá? Como que tá?

Mair (t/h): Não... pra lá eu não trabalho mais não... as minhas terra... as terra boa que eu tinha **o barranco já levou todinho...** tem uma área lá que eles... lá no meu terreno... o barranco... a água... já levou mais de 150 metros pra dentro da mata... **as terra boa que tinha era as terra das beirada... foi já todinha...** só tá na terra alta agora lá pra trás... por causa do aterro que criou... e a terra lá só é aquela areiona de praia do rio... areia lavada... misturada com aquele barro... e plantar roça dentro daquelas baixa apodrece tudo...

(...)

F (p): A casa lá de Terra Caída não prestou?

Mair (t/h): Ah... **a de lá não prestou não... a de lá o barranco levou...**

F (p): AI... levou?

Mair (t/h): Levou... o barranco lá levou... levou todinha... **os último esteio quando descia... descia direto no barrancão...** a do meu irmão... a do meu sobrinho... da minha irmã... TUDO JÁ FOI TUDO... no barranco...

Para além dessas consequências estruturais, houve também o aumento do índice de malária na região, especialmente no período que as águas começaram a baixar, o que já é bem

comum na região que essa doença ocorra nessa época. Diversas pessoas abordaram a questão da malária, como apresenta Moema (c/m) em sua entrevista, reforçando ao final desse relato, mais uma vez, o sentimento de medo que tinham da cheia ocorrer novamente em suas terras.

Moema (c/m): ... toda vez alaga... então esse o caso de mais nós tá aqui... porque aqui pelo menos a gente tá seguro né... nós não sabe o que pode acontecer... **vontade até nós tinha no começo de nós ir pra lá...**

F (p): De voltar?

Moema (c/m): **DE VOLTAR...** no comecinho ficou... **mas a gente ficamos abala::do... nós pegamos malária aqui...** num foi?... malária que (imbricou da pire)... **quase MORRI com malária...** eu e meu filho... nós não se aprumava... menino... **mas DEU malária...** deu malária... **tinha dias de dar vinte casos de malária...** ai a gente... que era acostumado lá... **nós queria levantar o acampamento e ir embora...** mas ao mesmo tempo voltava atrás... “não... **a gente não vai porque... vai que aconteça de novo**”...

Diante desse cenário, o que restou para essas famílias foram as memórias desse lugar de origem, materializadas por fotos e outros pertences que representam esse espaço de vida perdido. Em entrevista com Guaraci (t/h) ele fez questão de encontrar fotos de seu sítio, local que também morava Raoni (t/h) e Moacir (t/h), para mostrar como era a localidade antes da cheia de 2014, e tentou demonstrar como o lugar foi afetado pelo rio e o aterro que ficou em sua casa assim que as águas baixaram.

Guaraci (t/h): **Olha como que era lá o sítio...** deixa eu mostrar... eu ia mostrar uma outra foto que eu tinha ai... mas eu num tenho mais... **olha essa casa aqui...** essa casa que a Senhora tá vendo aqui...

F (p): Hã?

Guaraci (t/h): **Hoje se a Senhora ver essa casa tá bem aqui assim nela ó...** daqui pra cima...

F (p): Oh... de aterro?

Guaraci (t/h): **TUDINHO aterrou...** olha como que era lá...

Tainá (t/m): O campo...

F (p): ... era bonito né?

Guaraci (t/h): **Se você visse** ai... ai essa parte ai foi tirado daqui pra lá... esse era um campinho onde brincava... daqui pra cá assim... era plantio dele de açaí... **era um sítio grande grande ó...** sítio mesmo... maceta...

Enquanto para uns essa relação com o território de origem ficou somente na memória, para outros a conexão com a localidade permanece via produção agrícola, extrativismo e pesca. Esse é o caso de todas as famílias de Curicacas e algumas de Terra Caída, que pela falta



de terra para plantar em Cavalcante, continuam produzindo em terras de suas comunidades de origem. Em entrevista com Lauane (c/m) ela conta que houve uma tentativa de plantio em Cavalcante, que não deu certo, retornando para Curicacas. Contudo, para além da necessidade de subsistência econômica que faz com que continuem plantando em suas terras de origem, evidencia-se o vínculo e o apego que esses sujeitos ainda possuem com esse território e o que ali os provê, como sintetiza Lauane (c/m): “*porque lá é nosso lugar*”. Um lugar que representa suas histórias de vida e a construção de suas subjetividades. Um lugar que reproduz suas identidades coletivas com a terra e com as águas que os sustentam e os transformam.

Lauane (c/m): ... ai ele ainda roçou pra cima... ai ele num quis... ai ficou em dúvida se trabalhava lá ou não... ai ele pegou... **já foi trabalhar lá pro sítio lá nosso**... ai ele resolveu trabalhar pra lá né...

F (p): Mas roçou pra cima... diz aqui no Tucunaré?

Lauane (c/m): É... aqui nessa área da frente... ai não deu certo... ai ele foi pra lá pro Curicaca mesmo... trabalhar lá... **porque lá é o nosso lugar né... lá a gente já conhece né...** e você sair dum lugar que você já conhece e daí ir pra um lugar que você não conhece... ai é mais difícil ainda né... em relação a trabalho... a pesca né... porque a gente chegou aqui e a gente não sabia pra onde pescar pra gente comer... não sabia...

Durante o trabalho de campo essa identidade com o lugar de origem junto de uma ressignificação dessa identidade com o novo lugar de reconstrução, era latente na relação que os sujeitos tinham com o espaço, que ora se dava em total comunhão com os novos locais de subsistência e ora se fazia necessário transitar pelos igarapés e lagos de suas terras. A pesca, por exemplo, no dia a dia é realizada ali por perto do novo lugar, mas eventualmente gostam de ir aos lugares que tinham costume de pescar antes do impacto da cheia e deslocamento de território.

Pude acompanhar Lauane (c/m) e seu marido Ubirajara (c/h) em suas terras de plantio em Curicacas, como relatado na Leitura Socioambiental, bem como em um dia de pesca no igarapé esquerdo, próximo a Cavalcante. A relação que constituem com a terra e com rio, seja qual localidade for, ressalta suas identidades ribeirinhas e raízes que se alimentam de suas terras de origem, mas que foram se estendendo para outros lugares de sua nova morada, especialmente pela similaridade que esse novo espaço reproduz em torno de suas vivências cotidianas. Mesmo com algumas diferenças de organização desse espaço, tanto de vizinhança quanto de tamanho desses locais de moradia, Cavalcante conduz a novos significados com a

terra e com suas relações comunitárias socioespaciais.

F (p): ... e como que é pro Senhor morar aqui em Cavalcante?

Raoni (t/h): Olha... pra mim ainda... (...) eu agradeço a Deus pela... aonde eu morar... mas pra mim parece que ainda falta uma coisa né... primeiro a organização né... depois... ai vem algumas coisa que **a gente num tinha costume de morar junto assim** num era... ai **num sei se a gente atrapalha alguém... ou se alguém atrapalha a gente...** mas o máximo a gente deixa pra lá... mas que... é... eu num tenho ainda... **ainda num me acostumei como eu morava antes do outro lado né...** (...) graças a Deus tenho muito amigo... todo mundo... **a gente faz amizade... o povo faz com a gente...** a gente faz com o povo... e graças a Deus todo mundo acho que gosta de mim e eu gosto de todo mundo... porque eu num tenho nada contra ninguém... de jeito nenhum... Deus me livre... **mas... a gente sente saudade né... pelos ano que a gente era mais... tranquilo...** já tava quanto... quantos tempo que vivia né... e ai **pra gente passar assim pra começar tudo de novo... morar assim... vendo tudo diferente né...** a gente acha... meio ruim que ainda num tá acostumado... né...

Nesse relato de Raoni (t/h), ele demonstra o vínculo que possui com o lugar de origem, de uma história vinculada à esse lugar e de costumes pela forma como viviam. A comparação com a espacialidade das comunidades, das que viviam antes com a de Cavalcante, foi bem pulsante nos relatos e durante a vivência em campo. Terra Caída e Curicacas eram comunidades espaçadas, cada um vivia em seu sítio, mas em Cavalcante tiveram que viver mais próximos uns aos outros e isso ainda é um fator que traz alguns incômodos e conflitos na comunidade, mas que faz parte dessa transição de relação com o espaço. Em contrapartida, houveram outras pessoas que gostaram dessa nova configuração, como já abordado em outro momento, e como relatam Moema (c/m) e Iracema (c/m).

Moema (c/m): Eu ficava MAIS PERTO da Altemira minha casa... não era bem perto... porque é de quinhentos a quinhentos os lote... cada casa tem seus quinhentos... cada qual na sua casa... mas a minha não ficava muito longe da dela não...

Iracema (c/m): **Aqui ficou bom...** porque ficou...

Moema (c/m): **[Nós ficamos tudo pertinho aqui agora... é...**

Iracema (c/m): ... lá não... lá era distante... a minha era distante até chegar na casa da minha filha...

Moema (c/m): [... a dela era última... né?... a tua era quase a última... num era?

Iracema (c/m): Era... era só eu mesmo que morava pra lá... não tinha ninguém pertinho não...

O fato de agora conseguirem estar mais perto fisicamente, ao menos alguns familiares e compadres ou comadres, reforçam o sentimento de enraizamento no lugar, pois a vida em comunhão os fortalecem nas novas demandas que estavam enfrentando na localidade. Ademais, a necessidade de estar naquela terra, além de prover segurança em relação à inundação, atuou em processos de ressignificação dessa relação com o espaço de vida, tanto

na espacialidade e vida comunitária, quanto dos aspectos produtivos, identitários e de mobilidade. Para todos, Cavalcante é o lugar que querem estar e querem construir seus projetos futuros, entretanto, no momento presente da entrevista a instabilidade da terra trazia incertezas sobre esse futuro.

Mair (t/h): Não foi invadindo terra não... **foi querendo terra de ninguém não...** nós passemos pra cá porque não tinha terra em nenhum canto aqui nessa área daqui de Rondonha... que... só Aliança... e pra cá pra baixo só... na terra firme aqui no... aonde a minha filha mora... comunidade de baixo...

F (p): Boa Vitória... ali?

Mair (t/h): É... Boa Vitória... pra onde tinha terra... por aqui e no Lago do Cuniã... **então o lugar mais perto da Terra Caída que ficou terra foi o Cavalcante... aí nós tivemos que vir pra cá...** mas não foi... só saímos mesmo na hora que alagou tudo... cobriu a nossa casa... assoalho... que não tinha mais aonde a gente... se levantava da cama já pisava era dentro da água e como que nós vamos ficar?... uns ainda fizeram assoalho... levantaram... mas aí a água veio mesmo subindo... num teve jeito mesmo... foi muita água... **foi uma alagação que ninguém NUNCA esperava e ninguém nunca ouviu falar numa alagação dessa...**

Na entrevista que fiz com Mair (t/h), ele já inicia sua fala nesse trecho, antes mesmo de perguntar algo para ele sobre o que viveram ou o que vivem atualmente. Sua fala demarca um processo que estava latejando no momento que cheguei em Cavalcante, das variadas informações sobre aquela terra, cuja instabilidade e dúvidas pairavam no ar. Estava pulsante em muitas das narrativas a questão de ocupação daquele território, uns afirmando que era invasão e outros negando essa invasão por meio da narrativa de “necessidade” por estar ali, já que não tinham outro lugar para ir no momento que a cheia ocorreu. Ouso dizer que seja uma “necessidade” de enraizar, necessidade de ter um lugar, necessidade de continuidade no vínculo com o lugar de origem, mesmo que simbolicamente, no que condiz à memória e identidade com aquela região. As inúmeras necessidades de saciar os medos do presente e esperar um futuro.

## 8) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o intuito de investigar os processos vividos por famílias ribeirinhas com o desastre da cheia do Rio Madeira de 2014 e com o deslocamento de território que essa situação provocou. Diante disso, se propôs analisar os processos de (des) enraizamento da comunidade ribeirinha de Cavalcante, localizada no Baixo Madeira, frente às essas transformações socioambientais vividas.

O conceito de enraizamento proposto por Simone Weil (1996; 2001) condiz à participação ativa dos sujeitos em seu lugar e relações que são amparados por uma coletividade que articula passado, presente e futuro em suas raízes culturais, sociais e políticas. O desenraizamento, fenômeno oposto, condiz a influências externas que desarticulam as raízes que foram construídas pelos sujeitos, na individualidade e na coletividade, em seus diferentes tempos, que impõe uma nova forma de se relacionar e de se posicionar no mundo.

Outra perspectiva teórica relevante do estudo é da Psicologia Socioambiental, que parte do pressuposto de uma indissociabilidade entre sujeito e ambiente, cujo entendimento demarca que os processos psicossociais do sujeito são construídos pelas ações e relações que estabelecem historicamente com seus territórios, lugares e espaços. A partir daí, concebe-se a noção de sujeito-espaço, isto é, um sujeito que está inserido em um conjunto de objetos e ações, atravessado por diferentes vivências, emoções e aspirações que foram co-construídas na relação com seus territórios, e significadas subjetivamente em diferentes momentos históricos.

A partir dos conceitos de enraizamento e desenraizamento, ancorando-se nas bases teórico-metodológicas do Materialismo Histórico Dialético e da Psicologia Socioambiental, construiu-se como hipótese e contribuição teórica de análise o (des) enraizamento, sob a ótica de que os fenômenos do enraizamento e do desenraizamento ocorrem dialeticamente diante da relação sujeito-espaço na sociedade capitalista atual. Compreende-se que é um movimento constante entre as forças da dominação econômica e política nos territórios, com as forças das raízes culturais e territoriais dos povos. Essa hipótese se deu, ainda, pela particularidade dos sujeitos que integram este estudo, em que suas relações culturais com o território são marcadores de suas raízes, isto é, de suas histórias individuais e coletivas com o território e de uma identidade vinculada ao lugar.

Diante dessas bases teóricas e da vivência que se tinha com a localidade de estudo, a presente pesquisa partiu da questão de quais eram os processos psicossociais que atravessavam os sujeitos e a relação constituída com seus espaços de vida ao se depararem com a situação adversa de um desastre em seus territórios e ao deslocamento forçado de seus lugares de origem.

Para responder essa pergunta, utilizaram-se de diferentes instrumentos metodológicos, como a observação participante com registro em diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e percursos comentados, que provocaram um olhar a partir do território e dos sujeitos materializando-se em uma análise por diferentes escalas. Essa análise realizou um movimento entre a escala do contexto global-local do objeto de estudo com a escala dos sujeitos, elucidando diversos elementos da relação sujeito-espaço e os processos psicossociais do (des) enraizamento concernentes aos objetivos específicos deste estudo. Esses objetivos pretendiam apreender a vivência que tiveram com a enchente e com o deslocamento, bem como as relações atuais que tinham com o novo território e com o território de origem.

Durante essa análise, de modo transversal, o processo psicossocial de relação identitária com o lugar ou vínculo com o lugar se sobressaiu, emergindo diversos outros processos psicossociais vinculados à sentimentos e posicionamentos relacionados à vivência com a cheia, com o deslocamento e com a reconstrução no novo lugar. Isso porque, a relação identitária com o lugar integra aspectos da construção subjetiva desses sujeitos, de intrínseca relação com a natureza local e com seus espaços de vida, evidenciando que a situação adversa vivida pelo desastre e deslocamento reforçou essas relações identitárias com o lugar.

Outros fatores relevantes que surgiram na vivência com a cheia, foram os sentimentos de medo e de insegurança, que configuraram o processo psicossocial de surpresa com o ocorrido, já que a história com esse lugar nunca tinha proporcionado a vivência de uma cheia tão repentina e que inundasse completamente suas casas. Por outro lado, o costume com as cheias locais e o conhecimento do território, fez com que encontrassem estratégias diversas de enfrentamento da situação, como a construção de marombas e, inclusive, o deslocamento para as terras mais altas de Cavalcante.

Diante desses sentimentos, o território de Cavalcante significou para eles um lugar de segurança e estabilidade, que a princípio era só para escapar do grande volume de água, mas que posteriormente se configurou em um território de permanência e subsistência, econômica

e afetiva, já que o desastre destruiu suas casas e plantios. Vale ressaltar, que essa segurança era caracterizada por ser um lugar que não inundava, mas também por ser um lugar que era próximo aos territórios de origem, provia similaridades com o que viviam anteriormente em suas comunidades, de relação com o ambiente, e provia a comunhão entre os familiares e amigos para enfrentamento da situação de crise.

Segundo Weil (2001), a segurança significa uma essência fundamental para o ser humano, pois demonstra que o sujeito não está sob o efeito do medo ou do terror. O medo, é para autora, “veneno quase mortal” que pode subjugar as forças de ação do indivíduo e de enfrentamento da situação que se vive.

Para mais, as perdas que tiveram com a enchente denotaram a importância de alguns elementos na constituição de suas subjetividades no que diz respeito a suas identidades coletivas e ao processo de enraizamento. A perda da casa e a perda da produção, por exemplo, representaram um mediador relevante da relação sujeito-espaço. Para além da questão material que esses elementos sugerem, porém não menos importantes, a representação simbólica da casa e de seus plantios diz respeito a um lugar de aporte histórico, conduzido por suas memórias, como também um lugar que sugere o que são, o que fazem e o que reproduzem no mundo.

A partir de uma revisão sobre o enraizamento, especialmente na vertente da Psicologia Ambiental, Massola e Svartman (2018) apresentam a casa e o lar como aspectos de cunho espacial, dos quais comportam inúmeras variações teóricas sobre seus sentidos, mas que em geral pode-se traduzir como algo que envolve o sentido de pertencimento e identidade dos indivíduos, que articulam uma perspectiva temporal cíclica de passado, presente e futuro. São, ainda, lugares de permanência individual (e coletiva), que trazem um sentido de segurança. No que se refere a esse estudo, agrega-se a terra e o rio a esses sentidos que a casa e o lar expressam no processo de enraizamento, sendo espaços de autonomia, segurança e sociabilidade desses sujeitos.

O deslocamento para Cavalcante, mesmo que tenha abalado suas subjetividades por uma ruptura da relação com o espaço de vida e de memória, proporcionou a eles um sentimento de continuidade na manutenção de suas vidas, de identidade com a terra e o rio, e de pertencimento a um lugar. Há uma relação de passado, presente e futuro, já que tentam conectar suas origens, suas novas espacialidades e relações comunitárias, junto a reconstrução

de um futuro comum.

Para sintetizar esses processos vividos pelos sujeitos, alinhados ao (des) enraizamento, pode-se dizer que as transformações socioambientais vividas são representadas por uma *ruptura* nessa relação sujeito-espço devido aos impactos da enchente, que sugere a um desenraizamento, passando por uma *transição* de permanência e subsistência material e subjetiva com o deslocamento, partindo para uma *fixação e vínculo com o novo lugar* de moradia, pela reconstrução e busca de uma estabilidade. Um ciclo de desenraizamento e enraizamento que se perfazem dialeticamente pelos elementos mediadores do rio, da terra, da casa ou lugar de moradia, do plantio, da pesca, do extrativismo e tantas outras ações e lugares, junto de seus sonhos e relações sociais estabelecidas, que são abaladas por forças externas e são ressignificadas na inter-relação do sujeito-espço dos sujeitos.

Todos esses elementos psicossociais em torno do desastre da cheia e deslocamento territorial, de ruptura e de permanência, contribuíram teoricamente no entendimento de que os conflitos socioambientais presentes nos territórios provocam diferentes afecções nas subjetividades do indivíduos, que podem trazer profundos danos na vida cotidiana com o espaço. São danos estruturais para reprodução da vida e danos emocionais que podem mobilizar conteúdos diversos nas singularidades e nas coletividades humanas. O (des) enraizamento dentro da Psicologia Socioambiental propõe que tenhamos um olhar dialético desses sujeitos, de condicionantes sociais e políticas complexas que adoecem os sujeitos conjugado a aspectos culturais que aprisionam ou mobilizam os sujeitos para a vida comum.

Deste modo, os conflitos internos e o modo como as pessoas lidam com os conflitos sociopolíticos globais-locais, evidenciam alguns significantes da constituição dos sujeito-espço e dos coletivos que estão em constante movimento no e para o território. A cheia histórica de 2014 e os movimentos individuais e coletivos efetuados em consequência desse fenômeno demonstraram que há uma particularidade que transita dialeticamente entre as formas singulares de experiência, sofrimento e enfrentamento.

O presente estudo contribui, assim, para uma prática da Psicologia que atue para além das singularidades, isto é, em consonância com as particularidades culturais e territoriais dos sujeitos, atentando-se aos processos de desenraizamento presentes no contexto global-local que atravessa esses sujeitos. A Psicologia pode contribuir, ainda, na mediação entre os diversos sofrimentos que atravessam os sujeitos, e que precisam ser evidenciados, com a

articulação de políticas públicas condizentes às problemáticas vividas em seus territórios, que favoreçam o enraizamento e fortaleçam suas relações com o território.

Os desastres e deslocamentos humanos são fatos que estão mais intensos em nossa sociedade, que denotam uma profunda problemática social e ambiental. Devido a ações históricas no território, que objetificam a natureza e os seres humanos, esse contexto dificilmente será mudado se não houver mudanças na base política do mundo e desse olhar global e local para o território que se vive. É necessário se aprofundar mais nos estudos sobre as consequências desses fenômenos e estudos que pensem ações práticas nos territórios que valorizem as afetividades e as reproduções humanas de relação com a natureza.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ação Civil Pública, Classe n. 7100, Autos n. 2427-33.2014.4.01.4100. (2014, 10 de março). *Liminar que obriga novos estudos das usinas do rio madeira*. Porto Velho: Ministério Público Federal e outros. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/meio-ambiente/2014/mpf-obtem-liminar-que-obriga-novos-estudos-das-usinas-do-madeira>
- Acselrad, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: H. Acselrad. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. (pp. 9-20). Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll.
- Aranda, A. (2015, 13 de julho). Depois da Cheia – Trabalho de campo da perícia nas usinas do Madeira está parado por falta de recursos. *Amazônia Real*. Recuperado de <http://amazoniareal.com.br/depois-da-cheia-trabalho-de-campo-da-pericia-nas-usinas-do-madeira-esta-parado-por-falta-de-recursos/>.
- Becker, B. K. (2009). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bosi, A. (1992). Colônia, Culto e Cultura. In A. Bosi, *Dialética da Colonização* (pp. 11-63). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2000). Cultura e desenraizamento. In A. Bosi (org.), *Cultura Brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, C. R. (1999). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. (2007). *Decreto Número 6040*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília.
- Brasil. Presidência da República. Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução Número 466*. Brasília.
- Brasil. Presidência da República. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução Número 510*. Brasília.
- Caderno Nova Cartografia. Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. (2014). *Desastres Socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014*. N.6. Manaus: UEA Edições.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G. & Forsberg, S. S. (2013) Desafios Metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571-580.
- Campos, R. R. (2008). A natureza do espaço para Milton Santos. *Geografares*, (6), 155-165.

- Candido, S. E. A. (2010). *Comunidades Ribeirinhas, Engenheiros, e Conservação da Floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado, Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos).
- Castro, N. P. (2019). *Avaliação de Indicadores de Alteração Hidrológica na Bacia Hidrográfica do Madeira: grandes obras hidráulicas, sedimentos e os possíveis impactos na dinâmica fluvial*. (Dissertação de Mestrado, Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho).
- Controladoria Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. (2014). *Diagnóstico situacional dos efeitos da cheia do Rio Madeira em Porto Velho, Rondônia*. Relatório de Fiscalização nº 201408699. Recuperado de <https://auditoria.cgu.gov.br/download/7129.pdf>.
- CPRM, Serviço Geológico do Brasil. Agência Nacional das Águas. Sistema de Proteção da Amazônia. Universidade Federal de Rondônia. (2014). *Monitoramento Hidrológico*. Boletim nº 1.
- Demo, P. (1995). Pesquisa Participante. In P. Demo, *Metodologia científica em ciências sociais* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Fearnside, P. M. (2014). As barragens e as inundações no rio Madeira. *Ciência Hoje*, 53(314), 56-57.
- \_\_\_\_\_. (2015). Impactos das Barragens do Rio Madeira: Lições Não Aprendidas para o Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia. In: P. M. Fearnside. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA.
- \_\_\_\_\_. (2018). As barragens do rio Madeira: Uma espada de Dâmoçles pairando sobre Porto Velho. pp. 27-34. In: M.M.A. Cavalcante & J.A. Herrera (eds.) *Hidrelétricas na Amazônia: Interpretações geográficas sobre as usinas no Madeira e no Xingu*. GAPTA & Universidade Federal do Pará, Belém, PA & Clube de Autores Publicações, Joinville, SC. 216 pp.
- Ferraro, L. A. (2007). Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental. In: *Mapeamentos, Diagnósticos e intervenções Participativos no Socioambiente*. Documento Técnico (15). Brasília, DF: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.
- Fonseca, D. R. (2021). O Garimpo de Ouro no Rio Madeira durante a Década de 1980 segundo a percepção de um Garimpeiro. *Afros & Amazônicos*, 2 (4), 36-48.
- Franca, R. R. & Mendonça, F. A. (2015). A Cheia Histórica do Rio Madeira no ano de 2014: riscos e impactos à saúde em Porto Velho (RO). *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Hygeia, 11 (21), 62-79.
- Fraxe, T. J. P., Witkoski, A.C. & Miguez, S.F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência & Cultura*, 61 (3), 30-32.
- Garzon, L. F. N. (2019). Hidrelétricas no Rio Madeira: desastre como meta e norma. *Revista Científica Foz*, 2 (1), 120-142.

- Gonçalves, C. W. P. (2015). *Amazônia, Amazônias* (3a ed.). São Paulo: Editora Contexto.
- Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado da Saúde. Agência Estadual de Vigilância em Saúde. (2014, 06 de abril). *Boletim Enchentes*. Resposta coordenada e integrada. N.02.
- Günther, H., Elali, G. A. & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Gunther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa ambiente* (pp. 369-396). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ianni, O. (2001). *Teorias da Globalização* (9a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Internal Displacement Monitoring Centre. Norwegian Refugee Council. (2023). Internal displacement and food security. Global Report on Internal Displacement 2023.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *Censo Demográfico*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018). Município de Porto Velho. Em IBGE (2018), *Brasil em síntese: panorama das cidades e estados brasileiros*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>.
- Jolé, M. (2005). Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano. *Caderno CRH*, 18(45), 423-429.
- Konder, L. (2008). *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- Lourenço, L. (2015) Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização. In A. Siqueira, N. Valencio & M. Siena (Orgs.), *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos: RiMa Editora, EDUA.
- Maciel, M. N. (2016). *Tecendo Tradições Indígenas*. (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- Massola, G. M. & Svartman, B. P. (2018). In: S. Cavalcante. & G. Elali. (orgs.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Minayo, M. C. S. & Gomes, S. F. D. (orgs.). (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres. (2013). *Anuário brasileiro de desastres naturais: 2013*. Brasília: CENAD.
- Moser, G. (2005). A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. *Psicologia USP*, 16(1-2), 279-294.
- Neto, D. V. (2019). *Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre*. (Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo).
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

- Pasqualini, J. C., Martins, L. M. (2015) Dialética universal-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 361-369.
- Pinto, N.M.A et al. (2016) O Cotidiano de famílias de uma comunidade ribeirinhas da Ilha do Combu, Bélem/PA: contexto rural e urbano – estudo de caso. In M.G.A. Calegare & M.I.G. Higuchi (Orgs.). *Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais*. Curitiba: Editora CRV.
- Prefeitura de Porto Velho. (2019). *A cidade*. Recuperado de <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade>.
- Quarantelli, E. L. (2015). Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. (R. Brigatte, trad.). *O Social em Questão*, ano XVIII(33), 25-56.
- Rabinovich, E. P. (2005). Por uma psicologia das diferenças. *Psicologia USP*, 16 (1/2), 119-127.
- Rainey, S. J. & Rainey, M. C. A. (2016). Perspectivas ribeirinha sobre os impactos da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira em Rondônia. *Confins*, 29.
- Ribeiro, D. (2006). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, M. (2014). *A Natureza do Espaço* (4a ed.) São Paulo: Edusp.
- Sawaia, B. (2011). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Silva, A. P. S. (2017) Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço. In E. F. Rasera, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs.). *Democracia participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. (pp. 301-314). Porto Alegre: Abrapso Editora.
- Silva, A. P. S., Macedo, B. O., Kraft, F. G., Silva, J. B. & Jurado, K. R. (2021). Caminhos para uma inserção territorializada da Psicologia. In: T. M. Farias, N. Olekszechen & M. A. M. Brito (Orgs.). *Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências*. (pp. 75-95). Florianópolis: Abrapso Editora.
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. (2004). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. 5.ed. aum. Brasília: MMA/SBF.
- Souza Filho, R. (2003). Apontamentos sobre o materialismo dialético. *Libertas*, Juiz de Fora 3(1/2), 115-130.
- Switkes, G. (org.). (2008). *Águas Turvas: alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. São Paulo: International Rivers.
- Tassara, E. T. O. & Ardans-Bonifácio, H. O. (2008). Psicologia socioambiental, identidades urbanas e intervenção social: Reflexões sobre as mudanças socioambientais no sistema-mundo. In E. T. O. Tassara (Coord.) & E. W. Rutkowski (Org.). *Mudanças Climáticas e Mudanças Socioambientais Globais: reflexões sobre alternativas de futuro*. (pp. 123-154). Brasília: UNESCO, IBECC.

- Tassara, E. T. O. & Rabinovich, E. P. (2003). Perspectivas da Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 339-340.
- Valencio, N. F. L. S. (2009). O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini & J. Costa (Orgs). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. (pp. 19-33). São Carlos: Rima Editora.
- Valencio, N. F. L. S. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3631-3644.
- Valencio, N. F. L. S. (2016). Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, 68(3), 41-45.
- Vedovato, L. R., Franzolin, C. J. & Roque, L. R. (2020). Deslocados ambientais: uma análise com base na dignidade da pessoa humana. *Rev. Direito Práx.*, 11 (3), 1654-1680.
- Watanabe, C. Y. V., Gonçalves, A. V. B. & Paccini, D. A. K. (2022). Os efeitos da cheia de 2014 do Rio Madeira: reflexões sobre o acesso à justiça da população ribeirinha atingida em Porto Velho e a atuação do poder judiciário e da defensoria pública. *Rev. Quaestio Luris*, 15 (3), 1433-1467.
- Weil, S. (1996). O Desenraizamento. In E. Bosi (Ed.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (pp. 407-440). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2001). *O Enraizamento*. Bauru: EDUSC.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO**  
**Universidade de São Paulo**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada “*O processo de enraizamento em uma comunidade ribeirinha do Baixo Rio Madeira - Rondônia*”, desenvolvida por mim, Fernanda Graña Kraft, sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva, ambas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. A pesquisa tem como objetivo *compreender o processo de enraizamento da comunidade de Cavalcante frente às transformações socioambientais do impacto da enchente e deslocamento territorial*.

Após realizado o contato inicial com vocês, moradores da comunidade, e reunião comunitária para apresentação e aceitação dessa pesquisa, será realizado, em um primeiro momento, uma *entrevista aberta* com você, como se fosse uma conversa, sobre sua história de vida na região, de como foi a enchente de 2014 para você e para a comunidade que vivia antes de se mudar para Cavalcante, como foi essa mudança de local e como é sua vida atualmente na comunidade, como estão se organizando e quais são suas expectativas para o futuro. Essa entrevista poderá durar cerca de 1 hora, a depender da conversa realizada. Em um segundo momento, será realizada uma caminhada (*itinerário*) com você na comunidade em que vivia anteriormente e na comunidade de Cavalcante. Nessa etapa você que irá me conduzir por onde quiser me levar e poderá usar a máquina fotográfica para tirar fotos dos lugares mais significativos para você. Essas fotos serão feitas por você, ou se preferir, poderei fazê-las seguindo suas orientações. O Itinerário poderá durar cerca de 1 ou 2 horas, a depender de sua condução. Caso seja necessário o deslocamento em rabetá, a gasolina a ser utilizada será custeada por mim. Tanto na entrevista quanto na caminhada (itinerário), se for de seu consentimento, será utilizado o gravador de voz para que depois eu possa escrever nossa conversa. Em um terceiro momento pretende-se realizar também um *mapa cognitivo-afetivo de uso social* que será feito em grupo por vocês. A proposta desse mapa é de que façam um desenho da comunidade para compreender a organização espacial das casas, as áreas de roçado, as áreas de lazer, as áreas de pesca, as áreas de coleta extrativista e a relação entre as famílias nesse espaço.

Ao longo dessas etapas, junto de minha vivência com vocês, irei fazer também uma observação participante, da qual anotarei algumas impressões, sentimentos e conversas em meu caderno (diário de campo) para ajudar na análise do meu trabalho. Por fim, ao final do estudo, irei fazer uma devolutiva das minhas análises para a comunidade e para cada um de vocês, além da entrega do trabalho final.

A sua participação nesta pesquisa é livre, não trará gastos de nenhuma natureza e não será remunerada. Você, como participante, pode se recusar ou desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, sem que isso ocasione qualquer penalidade, prejuízo ou represálias de qualquer natureza. Saiba também que ao longo de toda a pesquisa, e na divulgação dos resultados, será mantido o sigilo e a confidencialidade, não divulgando nenhuma informação ou imagem que possa identificar você ou qualquer outro participante. Por isso, a fim de garantir sua privacidade, poderá escolher um outro nome, para que o seu nome seja substituído por um nome fictício.

Toda pesquisa pode apresentar riscos ou desconfortos. A sua participação nesta pesquisa pode apresentar, principalmente, desconfortos emocionais ou psicológicos relacionados ao conteúdo das conversas durante a entrevista ou itinerário. Caso esses desconfortos aconteçam, haverá um acolhimento psicológico a ser realizado por mim no momento do desconforto, além de interromper a

entrevista ou itinerário, que poderá ser retornado posteriormente em outro momento caso você sinta-se confortável para isso. Se o desconforto persistir, irei encaminhá-lo(a) para um psicólogo(a) ou médico(a) na cidade de Porto Velho, sendo a localidade mais próxima para esse tipo de atendimento. Além dos desconfortos emocionais, pelo procedimento do itinerário ser uma caminhada ou trajeto em rabetá, poderá haver riscos de quedas ou outros problemas físicos durante o processo. Caso aconteça, você será levado para o posto de saúde da comunidade mais próxima (São Carlos do Jamari) ou para Porto Velho, com meu acompanhamento. Vale ressaltar novamente que, caso haja custos em qualquer etapa da pesquisa ou com os atendimentos, serão todos custeados por mim.

A participação na pesquisa não traz benefícios específicos para você, mas, de modo geral, este estudo poderá contribuir para divulgação sobre a situação da comunidade após a enchente e para gerar conhecimento sobre os desastres e suas consequências para a população.

Agradeço por sua disponibilidade e atenção. Me comprometo a oferecer esclarecimentos relacionados a participação na pesquisa a qualquer momento, seja antes, durante e após a realização da mesma. Seguem os meus dados, como pesquisadora responsável, assim como os dados da orientadora da pesquisa, com quem você poderá tirar suas dúvidas, esclarecer qualquer aspecto ou ter qualquer informação que desejar sobre a pesquisa, bem como sobre sua participação nela. Lembrando que você pode fazer contato a qualquer momento.

Contato da pesquisadora responsável: Fernanda Graña Kraft – Telefone: (11) 986162030 – E-mail: [fe.kraft@gmail.com](mailto:fe.kraft@gmail.com)

Endereço da pesquisadora responsável: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Departamento de Psicologia. Av. Bandeirantes, 3900. Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto (SP) – Brasil. CEP 14040-901.

Contato da pesquisadora orientadora deste projeto de pesquisa: Prof. Dra. Ana Paula Soares da Silva, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Departamento de Psicologia. Av. Bandeirantes, 3900. Bairro Monte Alegre – Ribeirão Preto (SP) – Brasil. CEP 14040-901. Telefone: 55 (16) 3315 3659.

Se você ainda quiser sanar eventuais dúvidas sobre questões éticas do projeto poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto através dos seguintes contatos e endereço: Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Avenida Bandeirantes, 3900 - Bloco 01, Prédio da Administração, sala 07, 14040-901 - Ribeirão Preto - SP – Brasil. Fone: (16) 3315-4811 - Atendimento de 2ª a 6ª das 13h30 às 17h30. E-mail: [coetp@ffclrp.usp.br](mailto:coetp@ffclrp.usp.br)

Caso você considere que está esclarecido dos objetivos, procedimentos e implicações desta pesquisa e concorde com a sua participação, rubriche as páginas e assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, minha. Você poderá também demonstrar seu consentimento da pesquisa por meio de áudio gravado e terá uma via deste documento com você.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

Fernanda Graña Kraft  
CPF 372.961.518-11  
Nº USP 8769788

Nome: \_\_\_\_\_

Nº documento RG: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE B – Roteiro Entrevistas**

### **ROTEIRO CONVERSA/ENTREVISTA**

Data:  
Local da Entrevista:  
Horário:

#### **Dados do (a) participante**

Nome:  
Idade:  
Sexo:  
Ocupação:  
Comunidade que morava:

#### **Temáticas para conversa**

- (1) *História de vida* – a inter-relação com a região e com a comunidade que vivia antes;
- (2) *Enchente de 2014* - como foi essa vivência e os efeitos individuais (para o sujeito) e coletivos (para sua comunidade);
- (3) *Processo de deslocamento para a comunidade de Cavalcante* - quais foram as mudanças, sentimentos e articulações ocorridas durante o deslocamento;
- (4) *Vivência atual na comunidade* - a inter-relação atual com o ambiente, sentimentos e articulações nesse novo espaço;
- (5) *Perspectivas futuras* – pretensões e estratégias pessoais e coletivas para enfrentamento da situação vivida.

#### **Detalhes:**

##### **1. História de vida**

- Lugar onde nasceu e cresceu;
- Sua relação com a região do baixo madeira e com Porto Velho;
- Sua relação com a comunidade que vivia antes;
  - Como era viver lá;
  - Quanto tempo viveu lá;
  - Pontos positivos e negativos;

##### **2. Enchente de 2014**

- Como foi a enchente de 2014 para a pessoa;
- O que pensa sobre o fato;
- Quais foram os efeitos para ela e para sua família;



- Quais foram os efeitos para a comunidade;

**3. Processo de deslocamento para a comunidade de Cavalcante**

- Como foi a decisão da mudança;
- Como foi o processo da mudança;
- Quais foram os sentimentos envolvidos durante esse processo;
- Se houve articulações da comunidade para a mudança;
- Se houve um processo mais individual de cada família;
- Se houve participação em outros processos coletivos;

**4. Vivência atual na comunidade**

- Qual a relação da pessoa com a comunidade atual;
- Como é viver em Cavalcante;
- Como se sente vivendo ali;
- Como é a relação com os outros comunitários;
- Quais são as articulações da comunidade;
- Se participa de alguma articulação coletiva;
- Quais são os principais problemas;
- Há sugestões para esse problema;
- Há formas de enfrentamento para esse problema;
- Quais são as estratégias pessoais e coletivas no enfrentamento da situação vivida;

**5. Perspectivas futuras**

- Quais são as perspectivas futuras para sua vida em Cavalcante;
- Quais são as perspectivas coletivas para Cavalcante;